



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXX Nº 038 SEXTA-FEIRA, 27 DE MARÇO DE 2015



BRASÍLIA - DF

MESA DO SENADO FEDERAL *

PRESIDENTE Renan Calheiros - (PMDB-AL)	3º SECRETÁRIO Gladson Cameli - (PP-AC)
1º VICE-PRESIDENTE Jorge Viana - (PT-AC)	4º SECRETÁRIA Angela Portela - (PT-RR)
2º VICE-PRESIDENTE Romero Jucá - (PMDB-RR)	SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º SECRETÁRIO Vicentinho Alves - (PR-TO)	1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)
2º SECRETÁRIO Zeze Perrella - (PDT-MG)	2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)
	3º Elmano Férrer (PTB-PI)
	4º Douglas Cintra - (PTB-PE)

* As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

Bloco da Maioria (PMDB/PSD) - 22 Líder do PMDB - 18 Líder do PSD - 4 Omar Aziz (13) Vice-Líder do PSD Sérgio Petecão (12)	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PP) - 25 Líder Humberto Costa - PT (20,29) Vice-Líderes Acir Gurgacz (3,38) Benedito de Lira (15,18,44) Walter Pinheiro (32,36,43) Telmário Mota (4,30,42) Regina Sousa (41) Líder do PT - 14 Humberto Costa (20,29) Vice-Líderes do PT Paulo Rocha (33) Walter Pinheiro (32,36,43) Lindbergh Farias (31) Fátima Bezerra (34) Líder do PDT - 6 Acir Gurgacz (3,38) Vice-Líder do PDT Telmário Mota (4,30,42) Líder do PP - 5 Benedito de Lira (15,18,44)	Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM) - 16 Líder Alvaro Dias - PSDB (21) Vice-Líder Ataídes Oliveira (35) Líder do PSDB - 11 Cássio Cunha Lima (17) Vice-Líderes do PSDB Paulo Bauer (23) Aloysio Nunes Ferreira (40) Líder do DEM - 5 Ronaldo Caiado (6) Vice-Líder do DEM José Agripino (39)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PSOL/PCdoB) - 9 Líder Lídice da Mata - PSB (16,25) Vice-Líderes José Medeiros (11,19,28) Vanessa Grazziotin (22,26) Randolfe Rodrigues (24,27) Líder do PSB - 6 João Capiberibe (1,14) Vice-Líder do PSB Roberto Rocha (45) Líder do PPS - 1 José Medeiros (11,19,28) Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues (24,27) Líder do PCdoB - 1 Vanessa Grazziotin (22,26)	Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 9 Líder Fernando Collor - PTB (5,10) Vice-Líderes Blairo Maggi (9) Eduardo Amorim (8) Marcelo Crivella (2,7) Líder do PTB - 3 Fernando Collor (5,10) Líder do PR - 4 Blairo Maggi (9) Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (8) Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella (2,7)	

EXPEDIENTE

Ilana Trombka Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Coordenador Industrial	Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Rogério de Castro Pastori Diretor da Secretaria de Atas e Diários Quésia de Farias Cunha Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar
---	--

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 38ª SESSÃO, DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA, EM 26 DE MARÇO DE 2015

1.1 – ABERTURA..... 6

1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE..... 8

1.2.1 – Expediente encaminhado à publicação

1.2.1.1 – Requerimentos

Nº 230/2015, de autoria do Senadora Ângela Portela , solicitando a oitiva da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática sobre o Projeto de Lei do Senado nº 428/2014..... 8

Nº 231/2015, de iniciativa da Comissão de Serviços de Infraestrutura, solicitando a criação de Comissão Temporária Externa destinada a visitar a Casa Civil e tratar sobre a situação atual das Agências Reguladoras..... 8

Nº 232/2015, de autoria do Senador Marcelo Crivella, solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar no período de 11 a 16 de abril próximo..... 10

Nº 234/2015, de autoria do Senador Humberto Costa, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 112/2013 e 13/2015..... 13

1.2.1.2 – Comunicações

Da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal, de retirada do Senador Lasier Martins da composição da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (**Ofício nº 43/2015**)

13

Da Liderança do PR na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 671/2015 (**Ofício nº 142/2015**). Será feita a substituição solicitada

13

Da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN na Câmara dos Deputados, de retirada da Deputada Marinha Raupp da composição da Comissão Permanente Mista de Combate à violência contra a Mulher (**Ofício nº 481/2015**)..... 13

1.2.1.3 – Projetos de Lei do Senado

Nº 168/2015, de autoria do Senador Cássio Cunha Lima, que *altera Lei nº 10.826/2003, de 22 de dezembro de 2003, para conceder porte de arma de fogo aos policiais e aos bombeiros militares inativos*..... 13

Nº 169/2015, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que *altera Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, e nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, para vedar a doação de recursos por parte de pessoas jurídicas cujo faturamento decorrente de contratos com a administração igual ou supere 60% de seu faturamento bruto*..... 19

Nº 170/2015, de autoria do Senador Romário, que *acrescenta o art. 105-B à Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), para dispor sobre a propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão, nas eleições de 2016*..... 22

1.2.1.4 – Término de Prazo

Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, aos Projetos de Resolução nºs 13 e 14/2015..... 23

1.2.1.5 – Pareceres

Nº 39/2015, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 71/2011..... 23

Nº 40/2015, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 535/2011.... 34

Nº 41/2015, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 159/2012.... 39

Nº 42/2015, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 451/2012.... 46

1.2.1.6 – Abertura de prazos

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros do Senado, para que o Projeto de Lei do Senado nº 535/2011 seja apreciado pelo Plenário (**Ofício nº 6/2015-CE**)

52

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros do Senado, para que o Projeto de Lei do Senado nº 159/2012 seja apreciado pelo Plenário (**Ofício nº 8/2015-CE**)

52

Inclusão em Ordem do Dia, oportunamente, do Projeto de Lei do Senado nºs 451/2012, a fim de ser declarado prejudicado (**Ofício nº 7/2015-CE**).....

52

1.2.2 – Oradores

SENADOR *BLAIRO MAGGI* – Destaque à importância do cadastramento, pelos agricultores, das propriedades rurais no Cadastro Ambiental Rural (CAR) até o dia 5 de maio; e outros assuntos..... 53

SENADORA *VANESSA GRAZZIOTIN* – Registro da instalação, pelo Congresso Nacional, da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Petrobras, no último dia 24; e outro assunto 58

SENADOR *DONIZETI NOGUEIRA* – Defesa da condução do governo, nos últimos doze anos, pelo ex-Presidente Lula e pela Presidente Dilma Rousseff..... 59

1.3 – ORDEM DO DIA**1.3.1 – Item 1**

Proposta de Emenda à Constituição nº 73/2011, tendo como primeiro signatário o Senador Wilson Santiago, que altera a redação do § 6º do art. 14 da Constituição Federal para determinar a desincompatibilização do Presidente da República, do Governador do Estado e do Prefeito Municipal como condição para a candidatura eleitoral. **Retirada da pauta, nos termos do Requerimento nº 233/2015, lido e aprovado nesta oportunidade** 61

1.3.2 – Item extrapauta (Incluído na pauta com aquiescência do Plenário)

Requerimento nº 173/2015, de autoria do Senador Romário e outros Senadores, solicitando a continuidade de tramitação do Projeto de Lei da Câmara nº 107/2008. **Aprovado** 61

1.3.3 – Item extrapauta (Incluído na pauta com aquiescência do Plenário)

Requerimento nº 177/2015, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senadores, solicitando a continuidade de tramitação do Projeto de Lei do Senado nº 205/2007; do Projeto de Resolução nº 18/2005; e das Propostas de Emenda à Constituição nºs 27 e 28/2010. **Aprovado** 62

1.4 – APÓS A ORDEM DO DIA 62**1.4.1 – Oradores**

SENADOR *RONALDO CAIADO*, como Líder – Insatisfação com a atuação do Governo Federal na condução econômica e política do País..... 63

SENADOR *LASIER MARTINS* – Apresentação de dados e indicadores econômicos que demonstram a grave crise econômica pelo qual o País está passando 68

SENADOR *REGUFFE* – Registro de projeto de lei de autoria de S. Ex^a que estabelece direitos para o consumidor em contratos de transporte aéreo 70

SENADOR *PAULO PAIM* – Reflexões em relação à crise hídrica mundial a partir de um enfoque humanístico; e outro assunto 70

SENADORA *REGINA SOUSA* – Cobrança da adoção de medidas que racionalizem o consumo da água potável..... 80

SENADOR *TELMÁRIO MOTA* – Apelo ao Ministério da Educação no sentido da liberação dos recursos do Programa de Bolsa Permanência, o qual atende aos estudantes matriculados em instituições federais de ensino superior em situação de vulnerabilidade socioeconômica, bem como aos estudantes indígenas e quilombolas; e outros assuntos 83

1.4.2 – Discurso encaminhado à publicação

SENADORA *ÂNGELA PORTELA* – Expectativa com a realização de audiências públicas com Ministros de Estado na Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher 85

1.5 – ENCERRAMENTO 86**SENADO FEDERAL****2 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL**

Por Unidade da Federação 87

Bancadas dos Partidos 88

Por ordem alfabética 89

3 – COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL 90**4 – LIDERANÇAS** 91**5 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS** 93**6 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO** 95**7 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES**

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos 98

CAS – Comissão de Assuntos Sociais 101

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania 102

CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte 104

CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle 106

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa 108

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional 110

CI – Comissão de Serviços de Infraestrutura 111

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.....	113
CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária	115
CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática	116
CSF – Comissão Senado do Futuro.....	117

8 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17/1993).....	118
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20/1993)	119
Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40/1995)	120
Procuradoria Especial da Mulher (Resolução nº 9/2013).....	120
Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1/2005).....	120
Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2/2001).....	121
Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35/2009).....	122
Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14/2010)	123
Comissão do Projeto Jovem Senador (Resolução nº 42/2010)	124
Conselho do Prêmio Mérito Ambiental (Resolução nº 15/2012).....	125
Conselho de Estudos Políticos (Ato da Comissão Diretora nº 21/2006; e Portaria do Presidente nº 8/2015)	126
Conselho da Comenda Senador Abdias Nascimento (Resolução nº 47/2013)	127
Conselho da Comenda Dorina Gouveia Nowill (Resolução nº 34/2013)	128

CONGRESSO NACIONAL

9 – COMISSÕES MISTAS

CMO – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Resolução nº 1/2006)	129
CMMC – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (Resolução nº 4/2008).....	136
Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas – Fipa (Resolução nº 2/2007).....	137
CCAI – Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (Lei nº 9.883/1999).....	138
CMCPLP – Comissão Mista de Assuntos Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (Resolução nº 2/2014)	138
CMCVM – Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher (Resolução nº 1/2014).....	139

10 – CONSELHOS

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70/1972)	141
Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389/1991)	142
Conselho do Diploma do Mérito Educativo Darcy Ribeiro (Resolução nº 2/1999)	143

Ata da 38ª Sessão, Deliberativa Extraordinária, em 26 de março de 2015

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

Presidência dos Srs. Jorge Viana, Elmano Férrer, Acir Gurgacz e Paulo Paim.

(Inicia-se a sessão às 11 horas e 46 minutos e encerra-se às 14 horas e 39 minutos.)

É o seguinte o registro de comparecimento:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO Senado Federal 55ª Legislatura 1ª Sessão Legislativa Ordinária

38ª SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA ÀS 11:30 HORAS

Período : 26/03/15 07:00 até 26/03/15 20:32

Partido	UF	Nome	Pres
PDT	RO	ACIR GURGACZ	X
PSOB	PR	ALVARO DIAS	X
PT	RR	ÂNGELA PORTELA	X
PSDB	MG	ANTONIO ANASTASIA	X
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X
PP	AL	BENEDITO DE LIRA	X
PR	MT	BLAIRO MAGGI	X
PSDB	PB	CÁSSIO CUNHA LIMA	X
PMDB	SC	DÁRIO BERGER	X
DEM	AP	DAVI ALCOLUMBRE	X
PT	MS	DELCÍDIO DO AMARAL	X
PT	TO	DONIZETI NOGUEIRA	X
PMDB	MA	EDISON LOBÃO	X
PTB	PI	ELMANO FÉRRER	X
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA	X
PT	RN	FÁTIMA BEZERRA	X
PSB	PE	FERNANDO BEZERRA COELHO	X
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X
PT	PR	GLEISI HOFFMANN	X
PSD	DF	HELIO JOSÉ	X
PT	PE	HUMBERTO COSTA	X
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	X
PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	X
PT	AC	JORGE VIANA	X
DEM	RN	JOSÉ AGRIPIINO	X
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X
PPS	MT	JOSÉ MEDEIROS	X
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	X
PSDB	SP	JOSÉ SERRA	X
PDT	RS	LASIER MARTINS	X
PT	RJ	LINDBERGH FARÍAS	X
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X
PMDB	SC	LUIZ HENRIQUE	X
PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X
PT	SP	MARTA SUPLICY	X
PSD	AM	OMAR AZIZ	X
PSD	BA	OTTO ALENCAR	X

PT	RS	PAULO PAIM	X
PT	PA	PAULO ROCHA	X
PMDB	PB	RAIMUNDO LIRA	X
P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	X
PT	PI	REGINA SOUSA	X
PDT	DF	REGUFFE	X
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X
PMDB	ES	RICARDO FERRAÇO	X
PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	X
PSB	MA	ROBERTO ROCHA	X
PSB	RJ	ROMARIO	X
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X
DEM	GO	RONALDO CAIADO	X
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X
PDT	RR	TELMÁRIO MOTA	X
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X
PCdoB	AM	VANESSA GRAZZIOTIN	X
PR	TO	VICENTINHO ALVES	X
PMDB	MS	WALDEMIR MOKA	X
PT	BA	WALTER PINHEIRO	X
PR	MT	WELLINGTON FAGUNDES	X
DEM	GO	WILDER MORAIS	X

Compareceram: 61 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo /PDT – RO) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

A Presidência comunica ao Plenário que há Expediente sobre a Mesa, que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*.

É o seguinte o expediente:

REQUERIMENTOS

REQUERIMENTOS Nº 230, DE 2015

Requeiro, nos termos regimentais, que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 428, de 2014, o qual “Altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para estimular o compartilhamento de infraestrutura por concessionárias e permissionárias de serviço público.”, seja ouvida a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, por estar no âmbito da sua competência.

Em de de 2015. – Senadora **Angela Portela**, PT-RR.

(Inclua-se em Ordem do Dia oportunamente)

REQUERIMENTOS Nº 231, DE 2015

Senhor Presidente

Requeiro, nos termos do artigo 74, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal a criação de Comissão Temporária Externa, composta por 3 membros, para visitar a Casa Civil e tratar sobre a situação atual das Agências Reguladoras pertinentes a Comissão de Infraestrutura.

Neste termos.

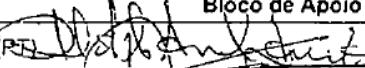
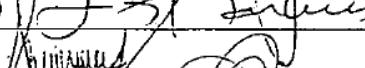
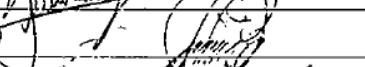
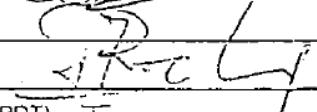
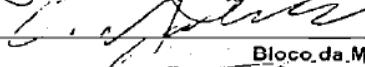
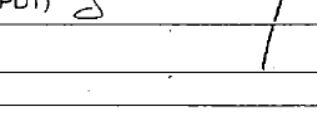
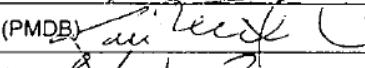
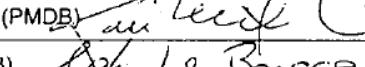
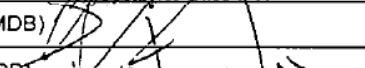
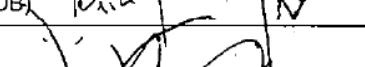
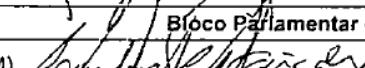
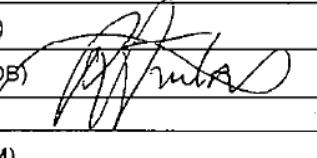
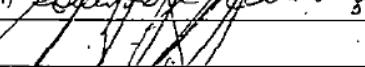
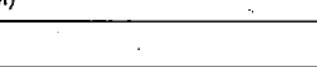
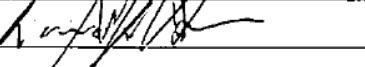
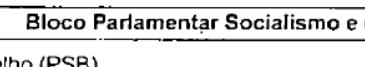
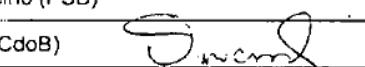
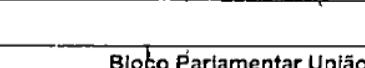
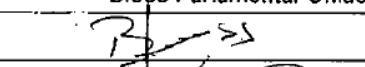
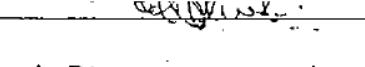
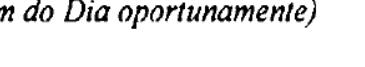
Aguarda deferimento.

Sala das Sessões, em 25 de março de 2015. – **Garibaldi Alves Filho**, Senador.

SECRETARIA DE COMISSÕES

Reunião: 2ª Reunião, Extraordinária, da CI**Data:** 25 de março de 2015 (quarta-feira), às 08h30**Local:** Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT, PP)	
Delcídio do Amaral (PDT) 	1. Jorge Viana (PT)
Walter Pinheiro (PT) 	2. Angela Portela (PT)
Lasier Martins (PDT) 	3. José Pimentel (PT)
Acir Gurgacz (PDT) 	4. Paulo Rocha (PT) 
Telmário Mota (PDT) 	5. Cristovam Buarque (PDT) 
Ciro Nogueira (PP) 	6. Ivo Cassol (PP) 
Bloco da Maioria(PMDB, PSD)	
Garibaldi Alves Filho (PMDB) 	1. Edison Lobão (PMDB)
Sandra Braga (PMDB) 	2. Waldemir Moka (PMDB) 
Valdir Raupp (PMDB) 	3. Dário Berger (PMDB)
Fernando Ribeiro (PMDB) 	4. Eunício Oliveira (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB) 	5. Romero Jucá (PMDB) 
Hélio José (PSD) 	6. Rose de Freitas (PMDB) 
Bloco Parlamentar da Oposição(PSDB, DEM)	
Ronaldo Caiado (DEM) 	1. Davi Alcolumbre (DEM)
Wilder Morais (DEM) 	2. José Agripino (DEM)
Flexa Ribeiro (PSDB) 	3. VAGO
Paulo Bauer (PSDB) 	4. VAGO
VAGO 	5. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
Fernando Bezerra Coelho (PSB) 	1. Roberto Rocha (PSB)
Vanessa Grazziotin (PCdoB) 	2. VAGO
VAGO 	3. VAGO
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR, PRB)	
Blairo Maggi (PR) 	1. Douglas Cintra (PTB) 
Wellington Fagundes (PR) 	2. Vicentinho Alves (PR) 
Filomeno Ferrer (PTB) 	3. Eduardo Amerim (PSC) 

(Inluia-se em Ordem do Dia oportunamente)

REQUERIMENTO Nº 232, DE 2015

00100.025097/2015-20

Requeiro, nos termos do art. 40, § 1º, I, combinado com o art. 39, I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-me do país de 9 a 17 de abril do corrente, para representar o Senado Federal, como membro da Comissão de Ciência e Tecnologia, em evento a ser realizado nos Estados Unidos da América, em Las Vegas - Nevada, denominado *NAB Show 2015*, a realizar-se entre os dias 11 a 16 de abril de 2015, a convite da Abert –Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão.

Sala das Comissões, em



Senador Marcelo Crivella

ABERT

Brasília-DF, 11 de março de 2015.

Exmo. Senhor Senador
Marcelo Crivella
 Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT
 Senado Federal
 Nesta

Exmo Senhor Senador,

A **Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT**, tem a honra de convidar Vossa Excelência para visitar o **NAB SHOW 2015 – no período de 11 a 16 de abril, em Las Vegas, Nevada – USA**.

Considerado o maior e mais completo evento do setor de multimídia e entretenimento, o **NAB SHOW** é referência em criação, gestão, vendas, distribuição e consumo de conteúdo.

Realizado anualmente pela *National Association of Broadcasters*, entidade que agrupa mais de 8 mil emissoras de rádio e de TV, conta com a adesão das maiores empresas e a melhor tecnologia do setor de radiodifusão.

Para 2015, espera-se um público de mais de 100 mil profissionais e um volume de negócios acima de 20 bilhões de dólares. Serão mais de 1.500 expositores de 150 países, em uma área de 83.000 m², além de diversas conferências, que ocorrerão em paralelo à feira, que atendem temáticas de Gerenciamento e Engenharia de Broadcasting, Produção e Pós-produção, Multimídia e Cinema Digital.

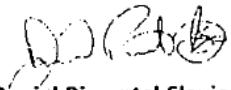
Vossa Excelência experimentará em primeira mão o que há de mais moderno na indústria da radiodifusão, enriquecendo sobremaneira o encontro dos empresários brasileiros.

Agenda preliminar da Delegação Brasileira:

Dia	Horário	Descrição
13/04	8 horas	Abertura do evento da SET
	9 horas	Abertura da NAB
	10h30min	Visita ao Pavilhão Brasileiro
	12horas	Brunch AESP
	14h30min	Visita Stands Feira
14/04	8h30min	Café da Manhã da Radiodifusão

Visite o website, www.nabshow.com ou entre em contato Michelle Aquino (61) 2104-4614 e teremos grande satisfação em encaminhar informações mais detalhadas sobre o evento.

Atenciosamente,


Daniel Pimentel Slaviero
 Presidente

MEMO. Nº 084 /2015-PRESID.

Brasília, 25 de março de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **MARCELO CRIVELLA**
Senado Federal

Senhor Senador,

Ao cumprimentá-lo, indico Vossa Excelência para, na qualidade de membro representante do Senado, participar do "Nab Show", a convite da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão - Abert, na cidade de Las Vegas, Estados Unidos da América, no período de 11 a 16 de abril de 2015, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal e com ônus para esta Casa Legislativa.

Atenciosamente,

Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente do Senado Federal

(À Publicação)

REQUERIMENTO N° 234, DE 2015 – PLEN

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, tramitação conjunta dos **Projeto de Lei do Senado nº. 112, de 2013**, que *Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nºs 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências, com o objetivo de instituir incentivos e programas para implantação de sistemas de coleta, armazenamento e utilização de águas pluviais em condomínios residenciais e comerciais* e **Projeto de Lei do Senado nº. 13, de 2015**, que *Altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, (Política Nacional de Recursos Hídricos) e a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007 (Lei de Saneamento Básico) para promover o uso de fontes alternativas de abastecimento de água, por versarem sobre mesma matéria.*

Sala das Sessões, em de março de 2015. – Senador **Humberto Costa**

(Inclua-se em Ordem do Dia oportunamente)

COMUNICAÇÕES

Ofício nº 043/2015-GLDBAG

Brasília, 25 de março de 2015

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais comunico que o Senador Lasier Martins deixa de compor a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR, em uma vaga de suplente pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo.

Senador **Humberto Costa**, Líder do Bloco de Apoio ao Governo

Of. nº 142/2015-LidPR

Brasília, 26 de março de 2015

Assunto: Substituição de membro titular da Comissão Mista MP 671/15

Senhor Presidente,

Solicito especial atenção de Vossa Excelência no sentido de indicar o Deputado José Rocha (PR/BA) para membro titular em substituição ao Deputado Maurício Quintella Lessa (PR/AL) na Comissão Mista da Medida Provisória nº 671, de 19-3-2015, que “Institui o Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro, dispõe sobre a gestão temerária no âmbito das entidades desportivas profissionais e dá outras providências”.

Respeitosamente, – Deputado **Maurício Quintella Lessa** – Líder do Partido da República – PR.

(Será feita a substituição solicitada.)

OF/GAB/I/Nº 481

Brasília, 26 de março de 2015

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que a Deputada Marinha Raupp – PMDB deixa de integrar, na qualidade de Titular, a Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher.

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. – Deputado **Leonardo Picciani** – Líder do Bloco PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.

PROJETOS DE LEI DO SENADO**PROJETO DE LEI DO SENADO N° 168, DE 2015**

Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para conceder porte de arma de fogo aos policiais e aos bombeiros militares inativos.

Art. 1º O inciso II do art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º

.....

II – os integrantes ativos ou inativos dos órgãos referidos nos incisos do *caput* do art. 144 da Constituição Federal;

....." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Este Projeto de Lei do Senado (PLS) tem por objetivo alterar o Estatuto do Desarmamento para conceder o porte de arma de fogo aos servidores inativos da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal, da Polícia Ferroviária Federal, das Polícias Civis, das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares.

Tal medida se justifica em razão de recente decisão da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que, em dezembro de 2014, ao julgar o *Habeas Corpus* (HC) nº 267.058/SP, sob a relatoria do Ministro Jorge Mussi, negou o direito de porte de arma a um policial civil aposentado, conforme o trecho da ementa a seguir transscrito:

POLICIAL CIVIL APOSENTADO. INEXISTÊNCIA DE DIREITO AO PORTE DE ARMA. INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 33 DO DECRETO FEDERAL 5.123/2004. AUSÊNCIA DE PROVAS DE QUE O PACIENTE ESTARIA AUTORIZADO A PORTAR ARMAMENTO FORA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. COAÇÃO ILEGAL NÃO EVIDENCIADA.

1. De acordo com o artigo 33 do Decreto Federal 5.123/2004, que regulamentou o artigo 6º da Lei 10.826/2003, o porte de arma de fogo está condicionado ao efetivo exercício das funções institucionais por parte dos policiais, motivo pelo qual não se estende aos aposentados.

Na verdade, a Primeira Turma do STJ já havia decidido no mesmo sentido, em abril de 2008, ao julgar o Recurso Ordinário em Mandado de Segurança (RMS) nº 23.971/MT, sob a relatoria do Ministro José Delgado, como se observa no trecho da ementa transscrito a seguir:

ADMINISTRATIVO. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. DELEGADOS DE POLÍCIA APOSENTADOS. INEXISTÊNCIA DE DIREITO A PORTE DE ARMAS. VEDAÇÃO EXPRESSA PELO ARTIGO 33 DO DECRETO FEDERAL 5.123/2004, QUE REGULAMENTA O ARTIGO 6º DA LEI 10.826/03, ESTATUTO DO DESARMAMENTO. DIREITO LÍQUIDO E CERTO NÃO CARACTERIZADO.

1. Trata-se de recurso ordinário em mandado de segurança ajuizado pelo Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado de Mato Grosso – Sindepo/MT em impugnação a acórdão que, amparado na Lei 10.826/03 (Estatuto do Desarmamento), decidiu que os delegados de polícia aposentados não possuem direito ao porte de armas, prerrogativa somente deferida aos profissionais que estejam no exercício de suas funções institucionais.

2. Contudo, a pretensão é de manifesto descabimento, porquanto o artigo 33 do Decreto Federal 5.123/2004, que regulamenta o artigo 6º da Lei 10.826/03, Estatuto do Desarmamento, é expresso ao condicionar o porte de arma de fogo aos policiais civis (entre outros profissionais) ao efetivo exercício de suas funções institucionais, o que não se verifica em relação aos profissionais policiais que estejam já aposentados. Confira-se o precitado dispositivo:

Decreto 5.123/2004 – Art. 33. O Porte de Arma de Fogo é deferido aos militares das Forças Armadas, aos policiais federais e estaduais e do Distrito Federal, civis e militares, aos Corpos de Bombeiros Militares, bem como aos policiais da Câmara dos Deputados e do Senado Federal em razão do desempenho de suas funções institucionais.

Ocorre, no entanto, que o art. 37 do mesmo Decreto nº 5.123, de 1º de julho de 2004, transscrito a seguir, é claro ao conceder o porte de arma aos policiais e aos bombeiros militares inativos, desde que observados requisitos, como a propriedade da arma de fogo (as armas de fogo da corporação devem ser devolvidas por ocasião da passagem para a inatividade) e a realização de avaliação psicológica a cada três anos:

Art. 37. Os integrantes das Forças Armadas e os servidores dos órgãos, instituições e corporações mencionados nos incisos II, V, VI e VII do *caput* do art. 6º da Lei nº 10.826, de 2003, transferidos para a reserva remunerada ou aposentados, para conservarem a autorização de porte de arma de fogo de sua propriedade deverão submeter-se, a cada três anos, aos testes de avaliação da aptidão psicológica a que faz menção o inciso III do *caput* do art. 4º da Lei nº 10.826, de 2003.

Além disso, o PLS pretende evitar que os policiais aposentados, frequentes vítimas de represálias e vinganças, tornem-se reféns da criminalidade.

Em face do exposto, para evitar que decisões judiciais retirem dos servidores inativos dos órgãos de segurança pública o legítimo direito ao porte de arma, solicito o apoio dos nobres Senadores para a aprovação deste PLS.

Sala das Sessões, março de 2015. – Senador **Cássio Cunha Lima**.

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

CAPÍTULO III Da Segurança Pública

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

- I – polícia federal;
- II – polícia rodoviária federal;
- III – polícia ferroviária federal;
- IV – polícias civis;
- V – polícias militares e corpos de bombeiros militares.

§ 1º – A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, estruturado em carreira, destina-se a:

§ 1º A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

I – apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei;

II – prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência;

III – exercer as funções de polícia marítima, aérea e de fronteiras;

III – exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

IV – exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.

§ 2º – A polícia rodoviária federal, órgão permanente, estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais.

§ 2º A polícia rodoviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 3º – A polícia ferroviária federal, órgão permanente, estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das ferrovias federais.

§ 3º A polícia ferroviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das ferrovias federais. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 4º – às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.

§ 5º – às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.

§ 6º – As polícias militares e corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

§ 7º – A lei disciplinará a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, de maneira a garantir a eficiência de suas atividades.

§ 8º – Os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei.

§ 9º A remuneração dos servidores policiais integrantes dos órgãos relacionados neste artigo será fixada na forma do § 4º do art. 39. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 10. A segurança viária, exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do seu patrimônio nas vias públicas: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 82, de 2014)

I – comprehende a educação, engenharia e fiscalização de trânsito, além de outras atividades previstas em lei, que assegurem ao cidadão o direito à mobilidade urbana eficiente; e (Incluído pela Emenda Constitucional nº 82, de 2014)

II – compete, no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, aos respectivos órgãos ou entidades executivos e seus agentes de trânsito, estruturados em Carreira, na forma da lei. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 82, de 2014)

LEI N° 10.826, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003

Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm, define crimes e dá outras providências.

Art. 4º Para adquirir arma de fogo de uso permitido o interessado deverá, além de declarar a efetiva necessidade, atender aos seguintes requisitos:

+ comprovação de idoneidade, com a apresentação de certidões de antecedentes criminais fornecidas pela Justiça Federal, Estadual, Militar e Eleitoral e de não estar respondendo a inquérito policial ou a processo criminal;

I – comprovação de idoneidade, com a apresentação de certidões negativas de antecedentes criminais fornecidas pela Justiça Federal, Estadual, Militar e Eleitoral e de não estar respondendo a inquérito policial ou a processo criminal, que poderão ser fornecidas por meios eletrônicos; (Redação dada pela Lei nº 11.706, de 2008)

II – apresentação de documento comprobatório de ocupação lícita e de residência certa;

III – comprovação de capacidade técnica e de aptidão psicológica para o manuseio de arma de fogo, atestadas na forma disposta no regulamento desta Lei.

§ 1º O Sinarm expedirá autorização de compra de arma de fogo após atendidos os requisitos anteriormente estabelecidos, em nome do requerente e para a arma indicada, sendo intransferível esta autorização.

§ 2º A aquisição de munição somente poderá ser feita no calibre correspondente à arma adquirida e na quantidade estabelecida no regulamento desta Lei.

§ 2º A aquisição de munição somente poderá ser feita no calibre correspondente à arma registrada e na quantidade estabelecida no regulamento desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 11.706, de 2008)

§ 3º A empresa que comercializar arma de fogo em território nacional é obrigada a comunicar a venda à autoridade competente, como também a manter banco de dados com todas as características da arma e cópia dos documentos previstos neste artigo.

§ 4º A empresa que comercializa armas de fogo, acessórios e munições responde legalmente por essas mercadorias, ficando registradas como de sua propriedade enquanto não forem vendidas.

§ 5º A comercialização de armas de fogo, acessórios e munições entre pessoas físicas somente será efetivada mediante autorização do Sinarm.

§ 6º A expedição da autorização a que se refere o § 1º será concedida, ou recusada com a devida fundamentação, no prazo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da data do requerimento do interessado.

§ 7º O registro precário a que se refere o § 4º prescinde do cumprimento dos requisitos dos incisos I, II e III deste artigo.

§ 8º Estará dispensado das exigências constantes do inciso III do caput deste artigo, na forma do regulamento, o interessado em adquirir arma de fogo de uso permitido que comprove estar autorizado a portar arma com as mesmas características daquela a ser adquirida. (Incluído pela Lei nº 11.706, de 2008)

**CAPÍTULO III
Do Porte**

Art. 6º É proibido o porte de arma de fogo em todo o território nacional, salvo para os casos previstos em legislação própria e para:

I – os integrantes das Forças Armadas;

II – os integrantes de órgãos referidos nos incisos do **caput** do art. 144 da Constituição Federal;

III – os integrantes das guardas municipais das capitais dos Estados e dos Municípios com mais de 500.000 (quinhentos mil) habitantes, nas condições estabelecidas no regulamento desta Lei;

IV – os integrantes das guardas municipais dos Municípios com mais de 250.000 (duzentos e cinqüenta mil) e menos de 500.000 (quinhentos mil) habitantes, quando em serviço;

IV – os integrantes das guardas municipais dos Municípios com mais de cinqüenta mil e menos de quinhentos mil habitantes, quando em serviço; (Redação dada pela Medida Provisória nº 157, de 2003)

IV – os integrantes das guardas municipais dos Municípios com mais de 50.000 (cinquenta mil) e menos de 500.000 (quinquenta mil) habitantes, quando em serviço; (Redação dada pela Lei nº 10.867, de 2004)

V – os agentes operacionais da Agência Brasileira de Inteligência e os agentes do Departamento de Segurança do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República;

VI – os integrantes dos órgãos policiais referidos no art. 51, IV, e no art. 52, XIII, da Constituição Federal;

VII – os integrantes do quadro efetivo dos agentes e guardas prisionais, os integrantes das escoltas de presos e as guardas portuárias;

VIII – as empresas de segurança privada e de transporte de valores constituídas, nos termos desta Lei;

IX – para os integrantes das entidades de desporto legalmente constituídas, cujas atividades esportivas demandem o uso de armas de fogo, na forma do regulamento desta Lei, observando-se, no que couber, a legislação ambiental.

X – os integrantes da Carreira Auditoria da Receita Federal, Auditores-Fiscais e Técnicos da Receita Federal. (Incluído pela Lei nº 11.118, de 2005)

X – integrantes das Carreiras de Auditoria da Receita Federal do Brasil e de Auditoria-Fiscal do Trabalho, cargos de Auditor-Fiscal e Analista Tributário. (Redação dada pela Lei nº 11.501, de 2007)

XI – os tribunais do Poder Judiciário descritos no art. 92 da Constituição Federal e os Ministérios Públicos da União e dos Estados, para uso exclusivo de servidores de seus quadros pessoais que efetivamente estejam no exercício de funções de segurança, na forma de regulamento a ser emitido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ e pelo Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP. (Incluído pela Lei nº 12.694, de 2012)

§ 1º As pessoas descritas nos incisos I, II, III, V, VI, VII e X do caput terão direito de portar arma de fogo fornecida pela respectiva corporação ou instituição, mesmo fora de serviço, bem como armas de fogo de propriedade particular, na forma do regulamento, em ambos os casos. (Redação dada pela Medida Provisória nº 379, de 2007) (Medida Provisória nº 379, revogada pela nº 390, de 2007)

§ 1º As pessoas previstas nos incisos I, II, III, V e VI deste artigo terão direito de portar arma de fogo fornecida pela respectiva corporação ou instituição, mesmo fora de serviço, na forma do regulamento, aplicando-se nos casos de armas de fogo de propriedade particular os dispositivos do regulamento desta Lei.

§ 1º As pessoas previstas nos incisos I, II, III, V e VI do caput deste artigo terão direito de portar arma de fogo de propriedade particular ou fornecida pela respectiva corporação ou instituição, mesmo fora de serviço, nos termos do regulamento desta Lei, com validade em âmbito nacional para aquelas constantes dos incisos I, II, V e VI. (Redação dada pela Lei nº 11.706, de 2008)

§ 1º Aos servidores a que se refere o inciso X do caput deste artigo terão direito de portar armas de fogo para sua defesa pessoal, o que constará da carteira funcional que for expedida pela repartição a que estiverem subordinados. (Incluído pela Lei nº 11.118, de 2005) (Revogado pela Lei nº 11.706, de 2008)

§ 1º-B. Os integrantes do quadro efetivo de agentes e guardas prisionais poderão portar arma de fogo de propriedade particular ou fornecida pela respectiva corporação ou instituição, mesmo fora de serviço, desde que estejam: (Incluído pela Lei nº 12.993, de 2014)

I – submetidos a regime de dedicação exclusiva; (Incluído pela Lei nº 12.993, de 2014)

II – sujeitos à formação funcional, nos termos do regulamento; e (Incluído pela Lei nº 12.993, de 2014)

III – subordinados a mecanismos de fiscalização e de controle interno. (Incluído pela Lei nº 12.993, de 2014)

§ 1º-C. (VETADO). (Incluído pela Lei nº 12.993, de 2014)

§ 2º A autorização para o porte de arma de fogo dos integrantes das instituições descritas nos incisos V, VI, VII e X do caput está condicionada à comprovação do requisito a que se refere o inciso III do caput do art. 4º, nas condições estabelecidas no regulamento. (Redação dada pela Medida Provisória nº 379, de 2007)

§ 2º A autorização para o porte de arma de fogo dos integrantes das instituições descritas nos incisos V, VI e VII está condicionada à comprovação do requisito a que se refere o inciso III do art. 4º, nas condições estabelecidas no regulamento desta Lei. (Vide Medida Provisória nº 390, de 2007)

§ 2º A autorização para o porte de arma de fogo dos integrantes das instituições descritas nos incisos V, VI, VII e X está condicionada à comprovação do requisito a que se refere o inciso III do art. 4º, nas condições estabelecidas no regulamento desta Lei. (Redação dada pela Medida Provisória nº 417, de 2008)

§ 2º A autorização para o porte de arma de fogo aos integrantes das instituições descritas nos incisos V, VI, VII e X do caput deste artigo está condicionada à comprovação do requisito a que se refere o inciso III do caput do art. 4º desta Lei nas condições estabelecidas no regulamento desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 11.706, de 2008)

§ 3º A autorização para o porte de arma de fogo das guardas municipais está condicionada à formação funcional de seus integrantes em estabelecimentos de ensino de atividade policial, à existência de mecanismos de fiscalização e de controle interno, nas condições estabelecidas no regulamento desta Lei.

§ 3º A autorização para o porte de arma de fogo das guardas municipais está condicionada à formação funcional de seus integrantes em estabelecimentos de ensino de atividade policial e à existência de mecanismos de fiscalização e de controle interno, nas condições estabelecidas no regulamento desta Lei, observada a supervisão do Comando do Exército. (Redação dada pela Lei nº 10.867, de 2004)

§ 3º A autorização para o porte de arma de fogo das guardas municipais está condicionada à formação funcional de seus integrantes em estabelecimentos de ensino de atividade policial, à existência de mecanismos de fiscalização e de controle interno, nas condições estabelecidas no regulamento desta Lei, observada a supervisão do Ministério da Justiça. (Redação dada pela Lei nº 10.884, de 2004)

§ 4º Os integrantes das Forças Armadas, das polícias federais e estaduais e do Distrito Federal, bem como os militares dos Estados e do Distrito Federal, ao exercerem o direito descrito no art. 4º, ficam dispensados do cumprimento do disposto nos incisos I, II e III do mesmo artigo, na forma do regulamento desta Lei.

§ 5º *Aos residentes em áreas rurais, que comprovem depender do emprego de arma de fogo para prover sua subsistência alimentar familiar, será autorizado, na forma prevista no regulamento desta Lei, o porte de arma de fogo na categoria “caçador”. (Vide Lei nº 11.191, de 2005)*

§ 6º *Aos integrantes das guardas municipais dos Municípios que integram regiões metropolitanas será autorizado porte de arma de fogo, quando em serviço. (Incluído pela Lei nº 10.867, de 2004)*

§ 5º Aos residentes em áreas rurais, maiores de 25 (vinte e cinco) anos que comprovem depender do emprego de arma de fogo para prover sua subsistência alimentar familiar será concedido pela Polícia Federal o porte de arma de fogo, na categoria caçador para subsistência, de uma arma de uso permitido, de tiro simples, com 1 (um) ou 2 (dois) canos, de alma lisa e de calibre igual ou inferior a 16 (dezesseis), desde que o interessado comprove a efetiva necessidade em requerimento ao qual deverão ser anexados os seguintes documentos: (Redação dada pela Lei nº 11.706, de 2008)

- I – documento de identificação pessoal; (Incluído pela Lei nº 11.706, de 2008)
- II – comprovante de residência em área rural; e (Incluído pela Lei nº 11.706, de 2008)
- III – atestado de bons antecedentes. (Incluído pela Lei nº 11.706, de 2008)

§ 6º O caçador para subsistência que der outro uso à sua arma de fogo, independentemente de outras tipificações penais, responderá, conforme o caso, por porte ilegal ou por disparo de arma de fogo de uso permitido. (Redação dada pela Lei nº 11.706, de 2008)

§ 7º Aos integrantes das guardas municipais dos Municípios que integram regiões metropolitanas será autorizado porte de arma de fogo, quando em serviço. (Incluído pela Lei nº 11.706, de 2008)

DECRETO N° 5.123, DE 1º DE JULHO DE 2004.

Regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – SINARM e define crimes.

Subseção III

Dos Integrantes e das Instituições Mencionadas no Art. 6º da Lei nº 10.826, de 2003

Art. 33. O Porte de Arma de Fogo é deferido aos militares das Forças Armadas, aos policiais federais e estaduais e do Distrito Federal, civis e militares, aos Corpos de Bombeiros Militares, bem como aos policiais da Câmara dos Deputados e do Senado Federal em razão do desempenho de suas funções institucionais.

§ 1º O Porte de Arma de Fogo das praças das Forças Armadas e dos Policiais e Corpos de Bombeiros Militares é regulado em norma específica, por atos dos Comandantes das Forças Singulares e dos Comandantes-Gerais das Corporações.

§ 2º Os integrantes das polícias civis estaduais e das Forças Auxiliares, quando no exercício de suas funções institucionais ou em trânsito, poderão portar arma de fogo fora da respectiva unidade federativa, desde que expressamente autorizados pela instituição a que pertençam, por prazo determinado, conforme estabelecido em normas próprias.

Art. 37. Os integrantes das Forças Armadas e os servidores dos órgãos, instituições e corporações mencionados nos incisos II, V, VI e VII do caput do art. 6º da Lei nº 10.826, de 2003, transferidos para a reserva remunerada ou aposentados, para conservarem a autorização de porte de arma de fogo de sua propriedade deverão

submeter-se, a cada três anos, aos testes de avaliação da aptidão psicológica a que faz menção o inciso III do caput art. 4º da Lei nº 10.826, de 2003. (Redação dada pelo Decreto nº 6.146, de 2007)

§ 1º O cumprimento destes requisitos será atestado pelas instituições, órgãos e corporações de vinculação.

§ 2º Não se aplicam aos integrantes da reserva não remunerada das Forças Armadas e Auxiliares, as prerrogativas mencionadas no caput.

(À *Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; em decisão terminativa*)

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 169, DE 2015

Altera leis nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, e nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, para vedar a doação de recursos por parte de pessoas jurídicas cujo faturamento decorrente de contratos com a administração iguale ou supere 60% de seu faturamento bruto.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 24 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, passa a vigorar com o acréscimo do seguinte inciso XII:

“Art. 24.

.....
XII – pessoas jurídicas que, no ano anterior, tenham 60% (sessenta por cento) ou mais de seu faturamento bruto oriundo de contratos com a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluindo:

a) suas autarquias e fundações;

a) empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público. (NR)”

Art. 2º O art. 31 da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, passa a vigorar com o acréscimo do seguinte inciso V:

“Art. 31.

.....
V – pessoas jurídicas que, no ano anterior, tenham 60% (sessenta por cento) ou mais de seu faturamento bruto oriundo de contratos com a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluindo:

a) suas autarquias e fundações;

a) empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público. (NR)”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, respeitado o disposto no art. 16 da Constituição da República.

Justificação

As doações de pessoas jurídicas dependentes de contratos com a administração consistem na grande fonte de corrupção no Brasil. Os agentes políticos que favorecem o acesso a essas empresas ao poder público recebem, como contrapartida, doações para seus respectivos partidos e para suas campanhas eleitorais. Perpetua-se, assim, um círculo vicioso.

Por outro lado, afigura-se desproporcional a eliminação por completo da possibilidade de que pessoas jurídicas façam doações para campanhas eleitorais e partidos. Cremos ser um exercício de cidadania o eleitor e o empresário apoiarem, moderadamente, a corrente política de sua preferência.

Como solução para o problema, apresentamos projeto para vedação de doações por parte das pessoas jurídicas que possuam laços financeiros e econômicos com a administração.

A vedação proposta abrange as doações para campanhas eleitorais e para os fundos dos partidos políticos. Com isso, evita-se a possibilidade de que as empresas canalizarem recursos advindos de corrupção por meio de doações a partidos políticos.

Diante dos benefícios da medida para toda a sociedade, confiamos na aprovação desta proposição pelas senhoras Senadoras e pelos senhores Senadores.

Sala das Sessões, – Senadora **Lúcia Vânia**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI N° 9.096, DE 19 DE SETEMBRO DE 1995

Dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal.**TÍTULO III
Das Finanças e Contabilidade dos Partidos****CAPÍTULO I
Da Prestação de Contas**

Art. 30. O partido político, através de seus órgãos nacionais, regionais e municipais, deve manter escrituração contábil, de forma a permitir o conhecimento da origem de suas receitas e a destinação de suas despesas.

Art. 31. É vedado ao partido receber, direta ou indiretamente, sob qualquer forma ou pretexto, contribuição ou auxílio pecuniário ou estimável em dinheiro, inclusive através de publicidade de qualquer espécie, procedente de:

I – entidade ou governo estrangeiros;

II – autoridade ou órgãos públicos, ressalvadas as dotações referidas no art. 38;

III – autarquias, empresas públicas ou concessionárias de serviços públicos, sociedades de economia mista e fundações instituídas em virtude de lei e para cujos recursos concorram órgãos ou entidades governamentais;

IV – entidade de classe ou sindical.

Art. 32. O partido está obrigado a enviar, anualmente, à Justiça Eleitoral, o balanço contábil do exercício findo, até o dia 30 de abril do ano seguinte.

§ 1º O balanço contábil do órgão nacional será enviado ao Tribunal Superior Eleitoral, o dos órgãos estaduais aos Tribunais Regionais Eleitorais e o dos órgãos municipais aos Juízes Eleitorais.

§ 2º A Justiça Eleitoral determina, imediatamente, a publicação dos balanços na imprensa oficial, e, onde ela não exista, procede à afixação dos mesmos no Cartório Eleitoral.

§ 3º No ano em que ocorrem eleições, o partido deve enviar balancetes mensais à Justiça Eleitoral, durante os quatro meses anteriores e os dois meses posteriores ao pleito.

Art. 33. Os balanços devem conter, entre outros, os seguintes itens:

I – discriminação dos valores e destinação dos recursos oriundos do fundo partidário;

II – origem e valor das contribuições e doações;

III – despesas de caráter eleitoral, com a especificação e comprovação dos gastos com programas no rádio e televisão, comitês, propaganda, publicações, comícios, e demais atividades de campanha;

IV – discriminação detalhada das receitas e despesas.

Art. 34. A Justiça Eleitoral exerce a fiscalização sobre a escrituração contábil e a prestação de contas do partido e das despesas de campanha eleitoral, devendo atestar se elas refletem adequadamente a real movimentação financeira, os dispêndios e recursos aplicados nas campanhas eleitorais, exigindo a observação das seguintes normas:

I – obrigatoriedade de constituição de comitês e designação de dirigentes partidários específicos, para movimentar recursos financeiros nas campanhas eleitorais;

II – caracterização da responsabilidade dos dirigentes do partido e comitês, inclusive do tesoureiro, que responderão, civil e criminalmente, por quaisquer irregularidades;

III – escrituração contábil, com documentação que comprove a entrada e saída de dinheiro ou de bens recebidos e aplicados;

IV – obrigatoriedade de ser conservada pelo partido a documentação comprobatória de suas prestações de contas, por prazo não inferior a cinco anos;

V – obrigatoriedade de prestação de contas, pelo partido político, seus comitês e candidatos, no encerramento da campanha eleitoral, com o recolhimento imediato à tesouraria do partido dos saldos financeiros eventualmente apurados.

§ 1º A fiscalização de que trata o **caput** tem por escopo identificar a origem das receitas e a destinação das despesas com as atividades partidárias e eleitorais, mediante o exame formal dos documentos contábeis e fiscais apresentados pelos partidos políticos, comitês e candidatos, sendo vedada a análise das atividades político-partidárias ou qualquer interferência em sua autonomia. (Incluído pela Lei nº 12.891, de 2013)

§ 2º Para efetuar os exames necessários ao atendimento do disposto no **caput**, a Justiça Eleitoral pode requisitar técnicos do Tribunal de Contas da União ou dos Estados, pelo tempo que for necessário. (Incluído pela Lei nº 12.891, de 2013)

Art. 35. O Tribunal Superior Eleitoral e os Tribunais Regionais Eleitorais, à vista de denúncia fundamentada de filiado ou delegado de partido, de representação do Procurador-Geral ou Regional ou de iniciativa do Corregedor,

determinarão o exame da escrituração do partido e a apuração de qualquer ato que viole as prescrições legais ou estatutárias a que, em matéria financeira, aquele ou seus filiados estejam sujeitos, podendo, inclusive, determinar a quebra de sigilo bancário das contas dos partidos para o esclarecimento ou apuração de fatos vinculados à denúncia.

Parágrafo único. O partido pode examinar, na Justiça Eleitoral, as prestações de contas mensais ou anuais dos demais partidos, quinze dias após a publicação dos balanços financeiros, aberto o prazo de cinco dias para impugná-las, podendo, ainda, relatar fatos, indicar provas e pedir abertura de investigação para apurar qualquer ato que viole as prescrições legais ou estatutárias a que, em matéria financeira, os partidos e seus filiados estejam sujeitos.

Art. 36. Constatada a violação de normas legais ou estatutárias, ficará o partido sujeito às seguintes sanções:

I – no caso de recursos de origem não mencionada ou esclarecida, fica suspenso o recebimento das quotas do fundo partidário até que o esclarecimento seja aceito pela Justiça Eleitoral;

II – no caso de recebimento de recursos mencionados no art. 31, fica suspensa a participação no fundo partidário por um ano;

III – no caso de recebimento de doações cujo valor ultrapasse os limites previstos no art. 39, § 4º, fica suspensa por dois anos a participação no fundo partidário e será aplicada ao partido multa correspondente ao valor que exceder aos limites fixados.

Art. 37. A falta de prestação de contas ou sua desaprovação total ou parcial implica a suspensão de novas cotas do Fundo Partidário e sujeita os responsáveis às penas da lei. (Redação dada pela Lei nº 9.693, de 1998)

§ 1º. A Justiça Eleitoral pode determinar diligências necessárias à complementação de informações ou ao saneamento de irregularidades encontradas nas contas dos órgãos de direção partidária ou de candidatos. (Parágrafo renumerado pela Lei nº 9.693, de 1998)

§ 2º A sanção a que se refere o caput será aplicada exclusivamente à esfera partidária responsável pela irregularidade. (Incluído pela Lei nº 9.693, de 1998)

§ 3º A sanção de suspensão do repasse de novas quotas do Fundo Partidário, por desaprovação total ou parcial da prestação de contas de partido, deverá ser aplicada de forma proporcional e razoável, pelo período de 1 (um) mês a 12 (doze) meses, ou por meio do desconto, do valor a ser repassado, da importância apontada como irregular, não podendo ser aplicada a sanção de suspensão, caso a prestação de contas não seja julgada, pelo juízo ou tribunal competente, após 5 (cinco) anos de sua apresentação. (Incluído pela Lei nº 12.034, de 2009)

§ 4º Da decisão que desaprovar total ou parcialmente a prestação de contas dos órgãos partidários caberá recurso para os Tribunais Regionais Eleitorais ou para o Tribunal Superior Eleitoral, conforme o caso, o qual deverá ser recebido com efeito suspensivo. (Incluído pela Lei nº 12.034, de 2009)

§ 5º As prestações de contas desaprovadas pelos Tribunais Regionais e pelo Tribunal Superior poderão ser revistas para fins de aplicação proporcional da sanção aplicada, mediante requerimento ofertado nos autos da prestação de contas. (Incluído pela Lei nº 12.034, de 2009)

§ 6º O exame da prestação de contas dos órgãos partidários tem caráter jurisdicional. (Incluído pela Lei nº 12.034, de 2009)

§ 7º (VETADO). (Incluído pela Lei nº 12.891, de 2013)

§ 8º (VETADO). (Incluído pela Lei nº 12.891, de 2013)

LEI Nº 9.504, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997

Estabelece normas para as eleições

Art. 24. É vedado, a partido e candidato, receber direta ou indiretamente doação em dinheiro ou estimável em dinheiro, inclusive por meio de publicidade de qualquer espécie, procedente de:

I – entidade ou governo estrangeiro;

II – órgão da administração pública direta e indireta ou fundação mantida com recursos provenientes do Poder Público;

III – concessionário ou permissionário de serviço público;

IV – entidade de direito privado que receba, na condição de beneficiária, contribuição compulsória em virtude de disposição legal;

V – entidade de utilidade pública;

VI – entidade de classe ou sindical;

VII – pessoa jurídica sem fins lucrativos que receba recursos do exterior.

VIII – entidades benéficas e religiosas; (Incluído pela Lei nº 11.300, de 2006)

IX – entidades esportivas; (Redação dada pela Lei nº 12.034, de 2009)

X – organizações não-governamentais que recebam recursos públicos; (Incluído pela Lei nº 11.300, de 2006)

XI – organizações da sociedade civil de interesse público. (Incluído pela Lei nº 11.300, de 2006)

Parágrafo único. Não se incluem nas vedações de que trata este artigo as cooperativas cujos cooperados não sejam concessionários ou permissionários de serviços públicos, desde que não estejam sendo beneficiadas com recursos públicos, observado o disposto no art. 81. (Incluído pela Lei nº 12.034, de 2009)

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; em decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 170, DE 2015

Acrescenta o art. 105-B à Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), para dispor sobre a propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão, nas eleições de 2016.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 105-B:

“Art. 105-B. A propaganda eleitoral no rádio e na televisão, prevista para a quarta-feira, dia 7 de setembro de 2016, das vinte horas e trinta minutos às vinte e uma horas, será realizada, excepcionalmente, das dezenove horas às dezenove horas e trinta minutos.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O projeto de lei que ora submetemos a esta Casa tem o objetivo de alterar, excepcionalmente, o período noturno do horário da propaganda eleitoral e na televisão, previsto para se realizar na quarta-feira, dia 7 de setembro de 2016, das 20 horas e trinta minutos às 21 horas.

A proposta pretende a antecipação do período noturno da propaganda eleitoral no referido dia, para que seja realizada entre as 19 horas e 19 horas e 30 minutos.

Cabe ressaltar que tal antecipação será efetivada em termos excepcionais, ocorrendo apenas na referida data, quando será realizada a Cerimônia de Abertura dos Jogos Paralímpicos – Rio 2016, que está prevista para ocorrer a partir das 20 horas e 16 minutos exatamente no dia 7 de setembro de 2016, uma quarta-feira (20 horas e 16 minutos em razão do simbolismo pelo ano de 2016).

Como é do conhecimento de todos, no ano vindouro de 2016, em nosso País, na Cidade do Rio de Janeiro, estarão sendo realizados os jogos das XXXI Olimpíadas (Rio 2016) entre os dias 5 e 21 de agosto e a seguir, entre os dias 7 e 18 de setembro, serão realizados os jogos da XV Paralimpíadas, competição desportiva entre atletas de países de todo o Mundo, em que os competidores são pessoas com alguma espécie de deficiência, como é sabido.

A propósito, cabe registrar que por ocasião da abertura das XXXI Olimpíadas ainda não terá se iniciado o período de propaganda eleitoral no rádio e na televisão referente às eleições municipais de 2016 e também que a solenidade de encerramento será realizada dia 21 de agosto, quando a propaganda já terá se iniciado, mas tal dia será um domingo, quando não há propaganda eleitoral no rádio e na televisão, no primeiro turno das eleições.

Por outro lado, no que se refere às Paralimpíadas, conforme já expresso acima, a Cerimônia de Abertura ocorrerá no dia 7 de setembro, uma quarta-feira, às 20 horas e 16 minutos, quando já estará em transcurso o horário da propaganda eleitoral (a coincidência do horário do início da Cerimônia de Abertura dos Jogos com o ano da sua realização é já tradicional).

Desse modo, em face da obrigatoriedade legal da propaganda eleitoral, em princípio haveria impedimento de transmissão da Cerimônia de Abertura das Paralimpíadas, por parte dos canais de televisão, em prejuízo de todos os brasileiros, que seriam privados de assistir a essa importante e bonita cerimônia, em razão da coincidência da sua realização com o período noturno do horário de propaganda eleitoral na televisão, que ocorre entre às 20 horas e trinta minutos e as 21 horas, nas eleições municipais (art. 47, § 1º, VI, 'b', da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997).

Para evitar tal prejuízo, por solicitação do Comitê Paralímpico Brasileiro, estamos apresentando o projeto de lei que ora justificamos e que – excepcionalmente – antecipa o período noturno do horário de propaganda eleitoral, no dia 7 de setembro de 2016.

De outra parte, a Cerimônia de Encerramento ocorrerá no dia 18 de setembro de 2016, um domingo, dia no qual não há propaganda eleitoral no rádio e na televisão (no primeiro turno), não havendo portanto necessidade de alteração da legislação eleitoral.

Em face do exposto, em especial tendo em vista a relevância social do presente projeto de lei, solicitamos o apoio das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores para a sua aprovação.

Sala das Sessões, – Senador **Romário**.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; em decisão terminativa)

TÉRMINO DO PRAZO

Encerrou-se em 25 de março o prazo para apresentação de emendas aos **Projetos de Resolução n°s 13 e 14, de 2015**.

Não foram oferecidas emendas.

Os Projetos vão à CCJ e à CDIR.

PARECERES**PARECER
Nº 39, DE 2015**

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 71, de 2011 do Senador Paulo Mansur e outros que “altera o § 6º do art. 231 da Constituição Federal e acrescenta art. 67-A ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para permitir a indenização de possuidores de títulos dominiais relativos a terras declaradas como indígenas expedidos até o dia 5 de outubro de 1988”.

RELATOR: Senador LUIZ HENRIQUE

I – RELATÓRIO

Esta Comissão examina a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 71, de 2011, de iniciativa do Senador Paulo Bauer e outros senhores Senadores, que pretende instituir pagamento de indenização para detentores de títulos dominiais relativos a terras declaradas como indígenas, desde que esses títulos tenham sido regularmente expedidos até 5 de outubro de 1988.

A proposição suprime a parte final do § 6º do art. 231 da Constituição Federal, que veda indenização ou ações contra a União em decorrência da nulidade e extinção dos atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse de terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, exceto com relação a benfeitorias resultantes da ocupação em boa fé.

No mesmo sentido, a proposição acrescenta dispositivo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para assegurar indenização, com base no valor estimado da terra nua e das benfeitorias úteis e

necessárias realizadas de boa-fé, aos possuidores de títulos de domínio que os indiquem como proprietários de áreas declaradas tradicionalmente indígenas e que tenham sido regularmente expedidos pelo Poder Público até a data da promulgação da Constituição Federal de 1988.

Caso aprovada, a emenda resultante da proposição entrará em vigor na data de sua publicação.

Na justificação, argúi-se que se devem conciliar as justas pretensões daqueles que, de boa-fé, detêm títulos dominiais relativos a terras ora reconhecidas como indígenas com o direito fundamental dos índios às terras que, histórica, cultural e tradicionalmente, lhe competem.

Em 14 de novembro de 2011, o Senador Eduardo Suplicy apresentou Voto em Separado à matéria concluindo, na forma de Substitutivo, que a indenização: i) dependerá da existência de título de domínio expedido pelo Poder Público antes da promulgação da Constituição; ii) não será devida, quanto à terra nua, “em relação ao título que originariamente derivou de posse injusta”; iii) não será estendida “aos processos demarcatórios concluídos pelo Poder Executivo até o dia 5 de outubro de 2008”.

Na mesma data, o Senador Randolfe Rodrigues também submeteu a esta Comissão Voto em Separado arrematando, porém, pela integral rejeição da Proposta, sob o argumento de que considerar “nulos os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse de terras tradicionalmente ocupadas pelos índios [equivale] dizer que tais atos encontram-se em total desconformidade com as regras do ordenamento jurídico, razão pela qual não são suscetíveis de confirmação, não convalescem pelo passar do tempo e não produzem efeitos”.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 356 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania opinar sobre a admissibilidade e o mérito das propostas de emenda à Constituição em curso nesta Casa.

A proposição atende aos ditames formais e materiais de constitucionalidade, pois não tramita na vigência de intervenção federal, estado de defesa ou estado de sítio, tampouco trata de matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada na atual sessão legislativa, nem tende a abolir a forma federativa do Estado, o voto direto, secreto, universal e periódico, a separação dos Poderes ou os direitos e garantias individuais. Além disso, foi subscrita por mais de um terço dos Senadores.

Reconhecemos a acirrada controvérsia pendente sobre a matéria ora examinada, consistente na oposição entre a possibilidade de indenizar os detentores de títulos dominiais expedidos pelo poder público, de um lado, algo que admite, se bem que com reservas, o Senador Eduardo Suplicy, e a rejeição a qualquer pretensão indenizatória fundamentada em títulos declarados nulos e extintos pela Constituição, de outro, como postula o Senador Randolfe Rodrigues.

Em que pese a discussão jurídica sobre o § 6º do art. 231 da Constituição, não podemos ignorar que as consequências tanto da redação em vigor, quanto da alteração alvitrada pela PEC nº 71, de 2011, atingem a vida de milhares de pessoas, índios e não índios, sendo indispensável que ofereçamos uma solução que tenda a produzir justiça e paz e não acirre os conflitos já existentes.

Desse modo, forçoso notar que muitas das posses atuais se assentam em títulos dominiais expedidos pelo poder público em favor de particulares, tendo gozado, por anos, de presunção de legalidade e legitimidade. Ao declarar esses títulos nulos, sem indenizar seus detentores, o Estado brasileiro promove indisfarçável injustiça, pois não honra a posse civil e a propriedade que reconheceria e mesmo criaria, provocando grave insegurança jurídica, ainda que seja legítima a prevalência da posse indígena.

A PEC nº 71, de 2011, não pretende opor esses títulos à posse indígena, e não fere direito algum dos indígenas. Tampouco busca coonestar suposta ação de particulares “cientes das legítimas pretensões dos índios, que eram facilmente atropeladas pelo ‘espírito bandeirante’ – sem ofensa aos paulistas – de outrora”, como ponderou, comprehensivelmente

preocupado, o Senador Randolfe Rodrigues. Ao contrário, a ampla maioria dos particulares que se estabeleceram em terras indígenas tiveram o amparo legal e material do Estado brasileiro, que então promovia a colonização do interior. Caso exemplar deu-se em Mato Grosso do Sul na década de 1940.

Não pode agora o poder público simplesmente retirar o amparo jurídico a essas pessoas, sem indenizá-las pela posse que se revista de justeza e de boa-fé. O Estado patrocinou a situação de direito e de fato que resultou no conflito fundiário entre colonos e índios, e a todos os envolvidos deve reparação. É justa a indenização, até porque falamos, em muitos casos, de pequenos agricultores e famílias que se acham há gerações nessas terras. É injusto que essas pessoas paguem sozinhas o preço dessas mudanças históricas, sendo que nada fizeram sem o amparo estatal, conforme a lei então vigente.

O argumento de que a nulidade e a extinção dos títulos dominiais não podem gerar efeitos indenizatórios não se sustenta diante do próprio § 6º do art. 231 da Constituição, que permite a indenização das benfeitorias derivadas da ocupação de boa-fé. Ou seja, o fundamento jurídico para indenizar a posse da terra nua em boa-fé é o mesmo que a Constituição admite para as benfeitorias, e não pode ser mitigado pela leitura seletiva do comando constitucional.

Mas não é só: cuida-se, substancialmente, de compreender que a responsabilidade estatal, aqui, não decorre **nem** da declaração do caráter da terra indígena **nem** da nulidade dos atos jurídicos decorrente desse procedimento, mas sim, do dano causado pelo Estado a terceiros de boa-fé como consequência da expedição de títulos de domínio ou legitimação de posse em favor deles.

A reparação a cargo do Estado baseia-se no art. 37, § 6º, do texto constitucional – que impõe às pessoas jurídicas de direito público o dever de responder pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, tenham causado a terceiros –, e em princípio elementar de direito civil, segundo o qual devem as partes, na presença de dano, receber reparação e ser devolvidas ao estado anterior.

No caso, o Estado, ao emitir títulos e legitimar posses de áreas posteriormente declaradas indígenas, tratou a terra, equivocadamente – no

que fez incorrer em erro milhares de famílias – como se *bem dominical* (isto é, sem destinação pública específica) fosse, tornando os atos correspondentes dignos de credibilidade, como, aliás, ocorre, por presunção, com todos os atos de Estado.

Verificam-se presentes, pois, os elementos caracterizadores da responsabilidade estatal e hábeis a deferir a reparação em favor dos prejudicados: fato ou ato administrativo causador de dano (a expedição de títulos dominiais de que resultou a posse colona), o dano propriamente dito (a expropriação sem indenização pela terra) e o nexo causal entre uma e outra coisa.

Não ignoramos que esses atos de titulação sejam nulos por força da dicção do § 6º do art. 231 da Constituição. Disso não pode decorrer, porém, que os cidadãos que neles depositaram confiança, e com base neles se viram estabelecidos por anos naquilo que imaginavam ser sua propriedade, fiquem completamente desamparados e sem possibilidade de reclamar proteção ao ordenamento. Se o ato administrativo é injurídico e por sua própria desconformidade com as normas deve ser excluído do mundo do direito, a reparação dos danos por ele deixados é providência que se impõe. E não custa colocar em claro: o principal dano é a *expropriação* – não há outro modo de chamá-la – sem compensação, algo que se tem seguido à declaração de nulidade dos títulos como consequência do processo de demarcação de terras indígenas.

Assim, e sem ferir a já cristalizada prevalência dos direitos originários dos índios sobre as terras que tradicionalmente ocupam, impõe-se reconhecer que há pessoas que adquiriram terras de boa-fé, nelas viveram e trabalharam, e têm a justa pretensão de ser indenizadas pelo mesmo Estado que amparou e promoveu tais atos, sob pena de arcarem sozinhas com todo o ônus de um processo histórico que envolve muitas partes.

Vale também assentar: a responsabilização que entendemos caber ao Poder Público – decorre não da demarcação e declaração da terra indígena, que resulta da própria Constituição Federal, mas sim da prática

administrativa ilegal consistente na expedição de títulos de domínio ou posse sobre terras que devia o Estado saber indígenas.

Mas não só disso. A esse primeiro ato lesivo, conjuga-se o desrespeito ao prazo de cinco anos para conclusão das demarcações, estabelecido pela Constituição Federal, no art. 67 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT). Com o decurso do prazo quinquenal sem que fossem concluídas as demarcações, a Constituição Federal restou novamente descumprida, e a legítima expectativa dos possuidores de título de propriedade restou reforçada.

Assim, quanto às demarcações concluídas e homologadas nos primeiros cinco anos, ainda se pode alegar o cumprimento do rito previsto pelo Constituinte originário, que não amparava o direito dos ocupantes das terras. No entanto, para as demarcações feitas posteriormente, em desacordo com o art. 67 do ADCT, parece-nos que outra solução, mais justa para todos os envolvidos, deva ser buscada.

Se as regras constitucionais acima citadas já não fossem suficientes para amparar o pleito dos possuidores de boa-fé, uma análise rigorosa do princípio da segurança jurídica o faria. Ora, um agricultor que, em 1988, ocupasse terras em relação às quais houvesse dúvida se seriam ou não demarcadas como indígenas, estaria ciente dos riscos que correria em permanecer, investir e produzir naquelas terras, pois somente teria direito às benfeitorias. Após cinco anos da promulgação da Constituição, no entanto, a situação se inverte e a confiança em seu título se fortalece, pois a própria União, com sua conduta omissiva, conferiu legítima expectativa ao citado agricultor. Em nome da segurança jurídica, é razoável que o direito ampare essa nova situação, dando-lhe tratamento distinto dos possuidores de terras demarcadas durante o prazo previsto no art. 67 do ADCT.

Enfim, com esse objetivo de conciliar os interesses ora submetidos a esta Comissão na forma da PEC nº 71, de 2011, apresentamos, ao final deste relatório, Substitutivo que, ao tempo em que garante aos detentores de títulos dominiais idôneos direito à indenização, o faz segundo critérios precisos e que excluem, evidentemente, as pretensões de grileiros ou posseiros que tenham agido ou pretendam agir em desconformidade com a lei.

Em primeiro lugar, exige-se que, para a obtenção de indenização, se faça prova de ter realmente a União expedido o título que, tornado nulo com a declaração do caráter indígena da terra, tenha causado o dano ao particular; em segundo lugar, que a posse atual seja justa (isto é, não violenta nem clandestina ou precária) e de boa-fé (o indicado no título ou quem o suceda deve ignorar o vício ou o obstáculo que impedia a aquisição da coisa).

A razão subjacente consiste em evitar a ação de grileiros nessas terras, mesmo nas já homologadas e nas quais não haja mais conflitos agrários. Receamos que isso possa originar ou recrudescer conflitos violentos entre indígenas, posseiros e grileiros.

Preconiza-se, ainda, que os danos decorrentes da responsabilidade estabelecida sejam calculados com base no valor da terra nua e das benfeitorias necessárias e úteis realizadas de boa-fé. A ideia é aproximar a responsabilização ora instituída da noção de *compensação* e de *reparação*, de modo que os particulares sejam devolvidos a um estado de conforto e segurança jurídica.

Finalmente, pelas razões já expostas, determina-se a aplicação da inovação resultante da Proposta apenas aos casos envolvendo processos demarcatórios cujo decreto homologatório tenha sido publicado após cinco anos da promulgação da Constituição de 1988.

III – VOTO

Em vista do exposto, somos pela **aprovação** da Proposta de Emenda à Constituição nº 71, de 2011, na forma do seguinte substitutivo:

EMENDA Nº 1 – CCJ (Substitutivo)**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 71, DE 2011**

Altera o § 6º do art. 231 da Constituição Federal e acrescenta art. 67-A ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para permitir a indenização de possuidores de títulos relativos a terras declaradas como indígenas expedidos até o dia 5 de outubro de 1988, na forma que especifica.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O § 6º do art. 231 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 231.

.....
§ 6º São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei civil, na hipótese de comprovado dano causado pelo Poder Público ao particular de boa-fé.” (NR)

Art. 2º O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar acrescido do seguinte art. 67-A:

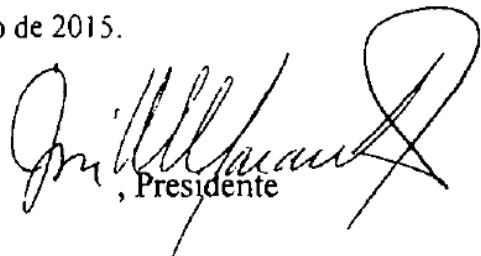
“Art. 67-A. A União responderá, nos termos da lei civil, pelos danos causados aos detentores de boa-fé de títulos de domínio, concessão de uso ou equivalente regularmente expedidos pelo poder público até 5 de outubro de 1988 relativos a áreas posteriormente declaradas tradicionalmente indígenas.

§ 1º Não se aplica o disposto no *caput* às demarcações homologadas no prazo de que trata o art. 67 do ADCT.

§ 2º Os danos decorrentes da responsabilidade a que se refere o *caput* deste artigo calcular-se-ão com base no valor da terra nua e das benfeitorias necessárias e úteis realizadas de boa-fé e não serão reparados se a posse atual for injusta ou de má-fé.”

Art. 3º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 25 de março de 2015.



, Presidente



, Relator

Reunião: 2ª Reunião, Ordinária, da CCJ
Data: 25 de março de 2015 (quarta-feira), às 10h
Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT, PP)	
Marta Suplicy (PT) <i>Marta Suplicy</i>	1. Walter Pinheiro (PT) <i>Walter Pinheiro</i>
Gleisi Hoffmann (PT) <i>Gleisi Hoffmann</i>	2. Jorge Viana (PT) <i>Jorge Viana</i>
José Pimentel (PT) <i>José Pimentel</i>	3. Lindbergh Farias (PT) <i>Lindbergh Farias</i>
Fátima Bezerra (PT) <i>Fátima Bezerra</i>	4. Angela Portela (PT) <i>Angela Portela</i>
Humberto Costa (PT) <i>Humberto Costa</i>	5. Zeze Perrella (PDT) <i>Zeze Perrella</i>
Acir Gurgacz (PDT) <i>Acir Gurgacz</i>	6. Paulo Paim (PT) <i>Paulo Paim</i>
Benedito de Lira (PP) <i>Benedito de Lira</i>	7. Ivo Cassol (PP) <i>Ivo Cassol</i>
Ciro Nogueira (PP) <i>Ciro Nogueira</i>	8. Ana Amélia (PP) <i>Ana Amélia</i>
Bloco da Maioria(PMDB, PSD)	
Eunício Oliveira (PMDB) <i>Eunício Oliveira</i>	1. Roberto Requião (PMDB) <i>Roberto Requião</i>
Edison Lobão (PMDB) <i>Edison Lobão</i>	2. Omar Aziz (PSD) <i>Omar Aziz</i>
Ricardo Ferraço (PMDB) <i>Ricardo Ferraço</i>	3. Valdir Raupp (PMDB) <i>Valdir Raupp</i>
Romero Jucá (PMDB) <i>Romero Jucá</i>	4. Waldemir Moka (PMDB) <i>Waldemir Moka</i>
Simone Tebet (PMDB) <i>Simone Tebet</i>	5. Dário Berger (PMDB) <i>Dário Berger</i>
Garibaldi Alves Filho (PMDB) <i>Garibaldi Alves Filho</i>	6. Rose de Freitas (PMDB) <i>Rose de Freitas</i>
Luiz Henrique (PMDB) <i>Luiz Henrique</i>	7. Sérgio Petecão (PSD) <i>Sérgio Petecão</i>
José Maranhão (PMDB) <i>José Maranhão</i>	8. VAGO <i>VAGO</i>
Bloco Parlamentar da Oposição(PSDB, DEM)	
José Agripino (DEM) <i>José Agripino</i>	1. Maria do Carmo Alves (DEM) <i>Maria do Carmo Alves</i>
Ronaldo Caiado (DEM) <i>Ronaldo Caiado</i>	2. Wilder Morais (DEM) <i>Wilder Morais</i>
Aécio Neves (PSDB) <i>Aécio Neves</i>	3. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) <i>Aloysio Nunes Ferreira</i>
José Serra (PSDB) <i>José Serra</i>	4. Ataídes Oliveira (PSDB) <i>Ataídes Oliveira</i>
Antonio Anastasia (PSDB) <i>Antonio Anastasia</i>	5. Alvaro Dias (PSDB) <i>Alvaro Dias</i>
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
Antonio Carlos Valadares (PSB) <i>Antonio Carlos Valadares</i>	1. Vanessa Grazziotin (PCdoB) <i>Vanessa Grazziotin</i>
Roberto Rocha (PSB) <i>Roberto Rocha</i>	2. João Capiberibe (PSB) <i>João Capiberibe</i>
Randolfe Rodrigues (PSOL) <i>Randolfe Rodrigues</i>	3. José Medeiros (PPS) <i>José Medeiros</i>
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR, PRB)	
Eduardo Amorim (PSC) <i>Eduardo Amorim</i>	1. Douglas Cintra (PTB) <i>Douglas Cintra</i>
Marcelo Crivella (PRB) <i>Marcelo Crivella</i>	2. Blairo Maggi (PR) <i>Blairo Maggi</i>
Magno Malta (PR) <i>Magno Malta</i>	3. Elmano Fárrar (PTB) <i>Elmano Fárrar</i>

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 6º - As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

§ 6º - São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa fé.

TÍTULO X
ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS

Art. 67. A União concluirá a demarcação das terras indígenas no prazo de cinco anos a partir da promulgação da Constituição.

Art. 68. Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.

(À Publicação.)

PARECER Nº 40, DE 2015

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 535, de 2011, do Senador Walter Pinheiro e outros, que inscreve os nomes de Maria Quitéria, Joana Angélica, Maria Felipa e João das Botas no Livro dos Heróis da Pátria.

RELATOR: Senador RANDOLFE RODRIGUES

I – RELATÓRIO

Vem ao exame da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 535, de 2011, de autoria da Senadora Lídice da Mata e dos Senadores Walter Pinheiro e João Durval, propondo a inscrição dos nomes de Maria Quitéria, Joana Angélica, Maria Felipa e João das Botas no Livro dos Heróis da Pátria.

Consta a proposição de dois artigos, o primeiro deles determinando a referida inscrição, com os nomes completos dos homenageados: Maria Quitéria de Jesus Medeiros, Sóror Joana Angélica de Jesus, Maria Felipa de Oliveira e João Francisco de Oliveira (João das Botas). O art. 2º estabelece a vigência da lei para a data de sua publicação.

A justificação relata como, no bojo dos acontecimentos históricos relativos à luta pela Independência do Brasil na Bahia, ressaltam os vultos de Maria Quitéria, a valente baiana que, travestida de soldado e assim incorporada ao Batalhão dos Periquitos, destacou-se por seu heroísmo em diversas batalhas contra as forças colonialistas; de Sóror Joana Angélica, a religiosa que oferece sua vida à defesa de seu convento e suas monjas do ataque de militares portugueses, que reprimiam e promoviam desordens; de Maria Felipa de Oliveira, a corajosa mulher negra que comanda uma resistência de caráter popular, tão improvisada

quanto danosa às tropas e embarcações portuguesas localizadas na Ilha de Itaparica; e, por fim, de João das Botas, marinheiro português convertido à causa da nossa independência, que conquistou, como comandante da Flotilha Itaparicana, notáveis feitos bélicos nas águas da Baía de Todos os Santos durante a Guerra de Independência.

Encaminhado à CE para deliberação em caráter terminativo, o projeto não recebeu emendas.

II – ANÁLISE

Compete à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, de acordo com o art. 102, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre proposições que versem sobre homenagens cívicas.

O PLS nº 535, de 2011, busca reconhecer e consagrar pessoas que lutaram, com notável coragem, talento e sacrifício, pela Independência do Brasil. Foi na Bahia, sem dúvida, onde a luta por nossa emancipação dos laços coloniais se mostrou mais incerta e mais árdua. O sentimento patriótico difundiu-se pela sociedade baiana, que se empenhou decididamente na luta contra as forças que pretendiam frear o processo de independência, mantendo ao menos a Bahia como parte do Reino português. A Coroa lusa não hesitou, inclusive, em contratar mercenários, de várias nacionalidades europeias, para reforçar seus exércitos.

Mas foram em vão os esforços que intentavam deter a marcha da história. O empenho do povo baiano pela liberdade, evidenciado e simbolizado por heroínas como Maria Quitéria, Joana Angélica e Maria Felipa e por um herói como João das Botas, prevaleceu sobre o poderio bélico lusitano. A Independência da Bahia do jugo português foi, afinal, alcançada no dia 2 de julho de 1823, uma data de grande relevo para a Nação, comemorada efusivamente, a cada ano, pela população da Bahia.

A proposição, que reconhece, com acerto, a importância de lembrarmos nossos heróis populares, mostra-se conforme às disposições da Lei nº 11.597, de 29 de novembro de 2007, que regulamenta a inscrição de nomes no Livro dos Heróis da Pátria. Mostra-se adequada, igualmente, aos ditames constitucionais, à ordem jurídica nacional, à boa técnica legislativa e ao Regimento da Casa.

III – VOTO

Em consonância ao exposto, o voto é pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei do Senado nº 535, de 2011.

Sala da Comissão, em 24 de março de 2015.



Senador Romário, Presidente


, Relator

Comissão de Educação, Cultura e Esporte - CE
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 535, de 2011

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 4ª REUNIÃO, DE 24/03/2015, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: 4 - 1 (S. E. Senador)

RELATOR:

Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT, PP)	
Fátima Bezerra (PT)	1. Marta Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Regina Sousa (PT)
Donizeti Nogueira (PT)	3. Zeze Perrella (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	4. Walter Pinheiro (PT)
Lasier Martins (PDT)	5. Telmário Mota (PDT)
Paulo Paim (PT)	6. Lindbergh Farias (PT)
Ivo Cassol (PP)	7. Ciro Nogueira (PP)
Gladson Cameli (PP)	8. Ana Amélia (PP)
Bloco da Maioria(PMDB, PSD)	
Simone Tebet (PMDB)	1. Raimundo Lira (PMDB)
Sandra Braga (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	3. Ricardo Ferreira (PMDB)
Rose de Freitas (PMDB)	4. Hélio José (PSD)
Otto Alencar (PSD)	5. VAGO
Dário Berger (PMDB)	6. VAGO
VAGO	7. VAGO
VAGO	8. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição(PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. José Agripino (DEM)
Wilder Morais (DEM)	2. Ronaldo Caiado (DEM)
Alvaro Dias (PSDB)	3. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Antonio Anastasia (PSDB)	4. Ataídes Oliveira (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	5. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
Lidice da Mata (PSB)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Romário (PSB)	2. Randolfe Rodrigues (PSOL)
Roberto Rocha (PSB)	3. Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR, PRB)	
Blairo Maggi (PR)	1. VAGO
Eduardo Amorim (PSC)	2. VAGO
Douglas Cintra (PTB)	3. VAGO

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL – PLS 535/2011

TITULARES – Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)		SIM	NAO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES – Bloco de Apoio ao Governo (PRP, PT, PP)	SIM	NAO	ABSTENÇÃO
FÁTIMA BEZERRA (PT)		X			1. MARTA SUPlicy (PT)			
ANGÉLICA PÓTELA (PT)		X			2. REGINA SOUSA (PT)			X
DONIZETTI NOGUEIRA (PT)		X			3. ZEZÉ PERRELA (PDT)			
CRISTOVAM Buarque (PDT)					4. WALTER PINHEIRO (PT)			
LASIER MARTINS (PDT)		X			5. TELMÁRIO MUITA (PDT)			
PAULO PAIM (PT)					6. LINDBERGH FARIAS (PT)			
IVO CASSOL (PP)					7. CIRO NOGUEIRA (PP)			
GLADSON CAMEL (PP)					8. ANA AMÉLIA (PP)		X	
TITULARES – Bloco da Maioria (PMDB, PSD)		SIM	NAO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES – Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	SIM	NAO	ABSTENÇÃO
SIMONE TEBUTI (PMDB)		X			1. RAJMUNDO LIRA (PMDB)			
SANDRA BRAGA (PMDB)		X			2. ROBERTO REQUIÃO (PMDB)			
JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB)					3. RICARDO FERRACO (PMDB)			
ROSE DE FREITAS (PMDB)					4. HÉLIO JOSÉ (PSU)			
OTTO ALFIM (PSD)		X			5. VAGO			
DÁRIO BERGER (PMDB)		X			6. VAGO			
VAGO					7. VAGO			
VAGO					8. VAGO			
TITULARES – Bloco Parlamentar da Oposição (PSDE, DEM)		SIM	NAO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES – Bloco Parlamentar da Oposição (PSDE, DEM)	SIM	NAO	ABSTENÇÃO
MARIA DO CARMO ALVES (DEM)		X			1. JOSÉ AGRIPINO (DEM)			
WILDER MCTAIS (DEM)					2. RONALDO CALADO (DEM)			
ALVARO DIAS (PSDB)					3. ALOYSIO NUNES FERREIRA (DEM)			
ANTONIO ANASTASIA (PSDB)					4. ATAIDES OLIVEIRA (PSDB)			
LÚCIA VÂNIA (PSDB)		X			5. VAGO			
TITULARES – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PRB, PSD)		SIM	NAO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PRB, PSD)	SIM	NAO	ABSTENÇÃO
LÍDICE DA MATA (PSB)		X			1. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)			
ROMARIO (PSB)					2. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL/RELATOR)		X	
ROBERTO ROCHA (PSB)					3. FERNANDO BEZERRA COELHO (PSB)			
TITULARES – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)		SIM	NAO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	SIM	NAO	ABSTENÇÃO
BLAISE MAGGI (PR)					1. VAGO			
EDUARDO AMORIM (PSC)		X			2. VAGO			
DOUGLAS CINTRA (PTB)					3. VAGO			

Quórum: 57
 Votação: TOTAL 57 – SIM 15 – NÃO — – ABS. —
 * Presidente não votou

ANEXO II. ALA SENADORA ALEXANDRE COSTA, PLÉNARIO N° 15, EM 24/03/2015

Presidente
 Senator ROMÁRIO

OIS: O PRESIDENTE TERÁ APENAS VOTO DE DESEMPATE NAS VOTAÇÕES OSTENSIVAS, CONTANDO-SE, PORÉM, A SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUÓRUM (RISF, art. 61)

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**LEI Nº 11.597, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2007.**

Dispõe sobre a inscrição de nomes no Livro dos Heróis da Pátria.

Of. nº 6/2015/CE

Brasília, 24 de março de 2015.

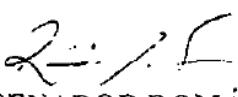
A Sua Excelência o Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal
NESTA

Assunto: Aprovação de matéria

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, na reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 535, de 2011, de autoria dos Excelentíssimos Senhores Senadores Walter Pinheiro, Lídice da Mata e João Durval que “Inscribe os nomes de Maria Quitéria, Joana Angélica, Maria Felipa e João das Botas no Livro dos Heróis da Pátria.”.

Atenciosamente,


SENADOR ROMÁRIO
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

(À publicação)

PARECER Nº 41, DE 2015

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 159, de 2012, do Senador Fernando Collor, que altera dispositivo da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, que Institui o Programa Universidade para Todos – PROUNI, para permitir o acesso ao programa a estudantes que tenham cursado o ensino médio em instituições privadas.

RELATORA: Senadora **MARIA DO CARMO ALVES**

I – RELATÓRIO

Encontra-se em exame nesta Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) o Projeto de Lei do Senado nº 159, de 2012, de autoria do Senador Fernando Collor, que modifica o art. 2º da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, mediante a qual foi instituído o Programa Universidade para Todos (PROUNI).

A finalidade da proposição é permitir o acesso de estudantes que tenham cursado o ensino médio em instituições privadas às bolsas do programa. Com essa inovação, o critério de renda familiar (de, no máximo, três salários mínimos *per capita*), que hoje é complementar ao do estabelecimento de ensino de origem dos candidatos, torna-se o único a ser observado nas concessões de bolsas.

Para justificar a iniciativa, o autor sustenta que a finalidade inclusiva do programa é mitigada ante a vedação do acesso de muitos estudantes carentes aos benefícios do Prouni. Ele acrescenta, ainda, que a lei, ao invés de premiar, pune famílias carentes que, preocupadas em prover melhores oportunidades de estudos aos seus filhos, matriculam-nos em escolas privadas. Tal tratamento, a seu ver, não condiz com a valorização da educação e com a sua percepção como um bem a ser legado às gerações futuras.

Encaminhada a esta Comissão para decisão terminativa, a proposição não recebeu emendas.

II – ANÁLISE

Compete a esta Comissão, em face do disposto no art. 102, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), analisar as matérias de natureza educacional, como é o caso do objeto do projeto em exame.

Ainda por conta do citado Risf, notadamente de seu art. 91, § 1º, tal exame terá caráter terminativo, a exigir, assim, manifestação deste colegiado quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do projeto.

A esse respeito, a matéria sob exame está sujeita à competência legislativa da União, já tendo sido, inclusive, submetida à análise do Congresso Nacional em oportunidade pretérita, por meio da Medida Provisória nº 213, de 2004, a qual deu origem à Lei nº 11.096, de 2005, que o projeto pretende modificar. Com efeito, tendo em mente o disposto no art. 48 da Constituição Federal, não resta dúvida quanto à legitimidade da presente iniciativa.

No que tange particularmente ao mérito, vemos a medida proposta com alguma cautela. É que o projeto altera um dos critérios fundantes do Prouni, qual seja o da concessão de bolsas de estudos a estudantes procedentes de escolas públicas. Essa regra geral é excepcionada apenas pela admissibilidade de atendimento de estudantes oriundos de escolas privadas beneficiários de bolsa integral.

O que se deflui da lei é uma política de valorização da escola pública, com o intuito claro de lhe trazer de volta, no futuro, estratos sociais formadores de opinião que dela se afastaram nas últimas décadas. Ademais, dado o caráter de generalidade da lei, é forçoso apontar o critério baseado na procedência do aluno como o mais democratizante. Afinal, quase 90% dos alunos matriculados no ensino médio estão vinculados a escolas públicas.

A opção pelo referido critério de concessão de bolsas, vale lembrar, não foi aleatória. Há muito o ensino médio das escolas públicas, à exceção das federais e de umas poucas estaduais, é frequentado quase que exclusivamente por filhos de famílias reconhecidamente pobres ou pouco aquinhoadas economicamente.

Grade parte desse público não tem acesso à universidade pública, gratuita e de melhor qualidade, cujas vagas, em maioria, têm sido reservadas àqueles em condições de pagar o ensino privado preparatório para os exames de acesso a essas instituições. Em adição, a maioria dos que têm essa possibilidade econômica acaba se tornando detentora das vagas nos melhores e mais reputados cursos superiores, sonho distante da maioria dos alunos da escola pública.

Importa lembrar, ainda, que, com vistas a assegurar o efetivo acesso dos estudantes socialmente desfavorecidos às vagas criadas pelo Prouni, o critério de procedência é corroborado por critério adicional, de coorte de renda familiar. Trata-se, todavia, de difícil aferição e controle, que poderia trazer muitas dificuldades operacionais para o Prouni, não fosse controlado pelo critério de comprovação da origem escolar.

Na prática, a adoção da renda familiar do candidato à bolsa como critério único poria em risco o efeito inclusivo do programa, sujeitando-o a fraudes e desvirtuamentos. A esse respeito, auditoria realizada pelo Tribunal de Contas da União já apontou a dificuldade de controlar o critério de renda, fator em que se detectou o maior número de falhas nas concessões de bolsas à conta do Prouni.

Com efeito, a combinação dos critérios de origem escolar e renda familiar ainda parece adequada e oportuna. O primeiro, *de per si* democratizante, serve de filtro para detecção de problemas associados ao critério de renda. Apenas a título de exemplo, convém lembrar os casos de separação de casais – que não são poucos – em que o genitor de menor renda, geralmente a mãe, fica com a guarda dos filhos, mas o pai mantém parte expressiva das despesas familiares informalmente. Nesses casos, a renda familiar formal seria propícia ao cometimento de burla.

Por tudo isso, em que pese a correção do projeto quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposição aniquila o principal elemento indutor de melhoria da escola pública de educação básica presente no Prouni. Por isso mesmo, não vemos mérito na medida proposta, razão pela qual, em nosso sentir, o projeto não deve prosperar.

III – VOTO

Diante do exposto, voto pela REJEIÇÃO do Projeto de Lei do Senado nº 159, de 2012.

Sala da Comissão, 24 de março de 2015.

RC
Senadora Renata, Presidente

Senadora Renata da Cunha Alves, Relatora

RC

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 4ª REUNIÃO, DE 24/03/2015, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)
 PRESIDENTE: Presidente FáTIMA BEZERRA
 RELATOR: Presidente FáTIMA BEZERRA

Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT, PP)	
FáTIMA BEZERRA (PT)	1. Marta Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Regina Sousa (PT)
Donizeti Nogueira (PT)	3. Zeze Perrella (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	4. Walter Pinheiro (PT)
Lasier Martins (PDT)	5. Teixeira Mota (PDT)
Paulo Paim (PT)	6. Lindbergh Farias (PT)
Ivo Cassol (PP)	7. Ciro Nogueira (PP)
Gladson Cameli (PP)	8. Ana Amélia (PP)
Bloco da Maioria(PMDB, PSD)	
Simone Tebet (PMDB)	1. Raimundo Lira (PMDB)
Sandra Braga (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Rosa da Freitas (PMDB)	4. Hélio José (PSD)
Otto Alencar (PSD)	5. VAGO
Dário Berger (PMDB)	6. VAGO
VAGO	7. VAGO
VAGO	8. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição(PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. José Agripino (DEM)
Wilder Morais (DEM)	2. Ronaldo Caiado (DEM)
Alvaro Dias (PSDB)	3. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Antônio Anastasia (PSDB)	4. Ataídes Oliveira (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	5. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
Lidice da Mata (PSB)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Romário (PSB)	2. Randolfe Rodrigues (PSOL)
Roberto Rocha (PSB)	3. Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR, PRB)	
Blaíro Maggi (PR)	1. VAGO
Eduardo Amorim (PSC)	2. VAGO
Douglas Cintra (PTB)	3. VAGO

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL – PLS 159/2012.

TITULARES - Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	SIM	NAO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	SIM	NAO	ABSTENÇÃO
FÁTIMA BEZERRA (PT)	X			1. MARIA SUBLÍCIA (PDT)			
ANGELA FERTELLA (PT)	X			2. REGINA SOUSA (PDT)			X
DONIZETI MOURA (PT)	X			3. ZEZE PEREIRRA (PDT)			
CRISTOVAN BIAARONE (PDT)				4. WALTER PINHEIRO (PT)			
LASIER MARTINS (PDT)	X			5. TELMARIO MOTA (PDT)			
PAULO PAIMONT				6. LINDBERGH FARIA (PT)			
IVOCASSOL (PP)				7. CIRUNOGUEIRA (PP)			
GLÁDSON CAMELI (PP)				8. ANA AMÉLIA (PP)	X		
TITULARES - Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	SIM	NAO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	SIM	NAO	ABSTENÇÃO
STÉPHANE TESET (PMDB)	X			1. RAIMUNDOLIRA (PMDB)			
SANDRA BRAGA (PMDB)	X			2. RENERTO REQUIÃO (PMDB)			
JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB)				3. RICARDO FERRACO (PMDB)			
ROSE DE FREITAS (PMDB)				4. HELIO JOSÉ (PMDB)			
OTTO ALEM-CAR (PSD)	X			5. VAGO			
DARIO BERGER (PMDB)	X			6. VAGO			
VAGO				7. VAGO			
VAGO				8. VAGO			
TITULARES - Bloco Parlamentar da Oposição (PSD, DEM)	SIM	NAO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar da Oposição (PSD, DEM)	SIM	NAO	ABSTENÇÃO
MARIA DO CARMO ALVES (DEMOCRATOR)	X			1. JOSÉ AGUIRRO (DEM)			
WILDER MORAIS (DEM)				2. RONALDO CALADO (DEM)			
ALVARO DIAS (DEM)				3. ALOYSIO LUNES FERRERA (PSDB)			
ANTONIO ANASTASIA (PSDB)				4. ATAIDES OLIVEIRA (PSDB)			
LÚCIA VÁNIA (PSDB)				5. VAGO			
TITULARES - Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PR, PSD)	SIM	NAO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PR, PSD)	SIM	NAO	ABSTENÇÃO
LIDICE DA MATA (PPS)	X			1. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)			
ROMARIO (PSB)				2. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL)			
ROBERTO ROCHA (PSB)				3. FERNANDO DEZER-RA COELHO (PSB)			
TITULARES - Bloco Vale do Meio e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	SIM	NAO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Vale do Meio e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	SIM	NAO	ABSTENÇÃO
ELIAS MACH (PR)	X			1. VAGO			
EDUARDO AMORIM (PSC)				2. VAGO			
DEOLGAS CINTRA (PTB)				3. VAGO			

Quórum: 48

Votação: TOTAL: 61SIM: 51NAO: 1ABST: 0

Presidente não votou

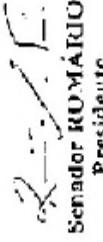
Quórum: 48

Votação: TOTAL: 61SIM: 51NAO: 1ABST: 0

Presidente não votou

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO N° 15, EM 24/03/2015

OBS: O PRESIDENTE TERIA APENAS VOTO DE DESMATE NAS VOTAÇÕES OSTENSIVAS, CONTANDO-SE, POREM, A SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUÓRUM (RISF, art. 51)



Senador ROMÁRIO
Presidente

Of.nº 8/2015/CE

Brasília, 23 de março de 2015.

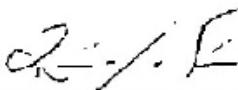
A Sua Excelência o Senhor
Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente do Senado Federal
NESTA

Assunto: Rejeição da matéria

Senhor Presidente,

Nos termos dos §§ 1º, IV e 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, na reunião realizada nesta data, pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 159, de 2012, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Fernando Collor, que “Altera dispositivo da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, que Institui o Programa Universidade para Todos – PROUNI, para permitir o acesso ao programa a estudantes que tenham cursado o ensino médio em instituições privadas”.

Atenciosamente,


SENADOR ROMÁRIO
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988****Seção II****DAS ATRIBUIÇÕES DO CONGRESSO NACIONAL**

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

LEI N° 11.096, DE 13 DE JANEIRO DE 2005

Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneméritas de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências.

Art. 2º A bolsa será destinada:

I - a estudante que tenha cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral;

II - a estudante portador de deficiência, nos termos da lei;

III - a professor da rede pública de ensino, para os cursos de licenciatura, normal superior e pedagogia, destinados à formação do magistério da educação básica, independentemente da renda a que se referem os §§ 1º e 2º do art. 1º desta Lei.

Parágrafo único. A manutenção da bolsa pelo beneficiário, observado o prazo máximo para a conclusão do curso de graduação ou seqüencial de formação específica, dependerá do cumprimento de requisitos de desempenho acadêmico, estabelecidos em normas expedidas pelo Ministério da Educação.

À Publicação.

PARECER Nº 42, DE 2015

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 451, de 2012, do Senador Paulo Paim, que altera o art. 64 da Lei nº 12.664, de 5 de julho de 2012, que dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações FIFA 2013, à Copa do Mundo FIFA 2014 e a Jornada Mundial da Juventude - 2013, que serão realizadas no Brasil; altera as Leis nºs 6.815, de 19 de agosto de 1980, e 10.671, de 15 de maio de 2003; e estabelece concessão de prêmio e de auxílio especial mensal aos jogadores das seleções campeãs do mundo em 1958, 1970 e 1970.

RELATORA: Senadora LÍDICE DA MATA

I – RELATÓRIO

Encontra-se sob exame desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 451, de 2012, do Senador Paulo Paim, que altera o art. 64 da Lei nº 12.663, de 5 de junho de 2012, para, em lugar de obrigar, permitir que, em 2014, os sistemas de ensino ajustem os calendários escolares de forma que as respectivas férias do meio do ano, nos estabelecimentos de ensino da rede pública e privada, abranjam todo o período entre a abertura e o encerramento da Copa do Mundo FIFA 2014.

O projeto determina que a lei proposta entre em vigor na data de sua publicação.

Na justificação, o autor questionou o caráter impositivo da redação do art. 64 da Lei nº 12.663, de 2012. Os alunos não poderiam ficar todo o período da Copa sem aulas pelo fato de sua realização no País. Os jogos ocorreriam apenas em algumas cidades e, na maior parte das vezes, com número reduzido de partidas, não se justificando as férias durante todo o

período e em todo o território nacional. O Senador Paim lembrou, ainda, que a mesma lei dispunha sobre a possibilidade de feriado nacional nos dias de jogos da seleção brasileira e de ponto facultativo nos dias de realização dos demais jogos, nas respectivas cidades de sua realização.

O projeto tem decisão terminativa desta Comissão. A ele não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

Nos termos do inciso I do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CE opinar sobre proposições que versem a respeito de normas gerais sobre educação, instituições educativas, e diretrizes e bases da educação nacional. Dessa maneira, a apreciação do PLS nº 451, de 2012, respeita a competência regimentalmente atribuída a esta Comissão.

Não há vícios de constitucionalidade e de juridicidade no projeto e seu texto encontra-se redigido em boa técnica legislativa. Contudo, ocorrida a Copa do Mundo FIFA 2014, não cabe mais apreciar o conteúdo do PLS nº 451, de 2012, pois a matéria perdeu a oportunidade e ficou prejudicada.

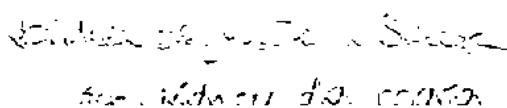
III – VOTO

Em face do exposto, o voto é pelo ARQUIVAMENTO do Projeto de Lei do Senado nº 451, de 2012, mediante a recomendação de declaração de sua PREJUDICIALIDADE, com base nos arts. 133, inciso III, e 334, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal.

Sala da Comissão, 24 de março de 2015.


Senador Fernando Bezerra Coelho

, Presidente


Senadora Ana Amélia

, Relatora

SENADO FEDERAL
Comissão de Educação, Cultura e Esporte - CE
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 451, de 2012

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 4ª REUNIÃO, DE 24/03/2015, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: Presidente da Comissão

RELATOR: _____

Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT, PP)	
Fálima Bezerra (PT)	1. Marta Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Regina Sousa (PT)
Donizeti Nogueira (PT)	3. Zezé Perrella (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	4. Walter Pinheiro (PT)
Lasier Martins (PDT)	5. Telmário Mota (PDT)
Paulo Paim (PT)	6. Lindbergh Farias (PT)
Ivo Cassol (PP)	7. Ciro Nogueira (PP)
Gladson Cameli (PP)	8. Ana Amélia (PP)
Bloco da Maioria(PMDB, PSD)	
Simone Tebet (PMDB)	1. Raimundo Lira (PMDB)
Sandra Braga (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	3. Ricardo Ferreira (PMDB)
Rose de Freitas (PMDB)	4. Hélio José (PSD)
Otto Alencar (PSD)	5. VAGO
Dário Berger (PMDB)	6. VAGO
VAGO	7. VAGO
VAGO	8. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição(PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. José Agripino (DEM)
Wilder Moraes (DEM)	2. Ronaldo Caiado (DEM)
Alvaro Dias (PSDB)	3. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Antônio Anastasia (PSDB)	4. Ataídes Oliveira (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	5. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
Lidice da Mata (PSB)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Romário (PSB)	2. Randolfe Rodrigues (PSOL)
Roberto Rocha (PSB)	3. Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR, PRB)	
Blairo Maggi (PR)	1. VAGO
Eduardo Amorim (PSC)	2. VAGO
Douglas Cintra (PTB)	3. VAGO

MISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL – PLS 451/2012. (votação previamente circunstanciada)

TITULARES - Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)		SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - Bloco do Governo (PDT, PT, PP)		SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
FÁTIMA BEZERRA (PT)	X				1. MARTA SUPlicy (PT)				
ANGÉLICA PORTELA (PT)	X				2. REGINA SOUSA (PT)	X			
DONIZETTI MOCUÉIRA (PT)	X				3. ZEZÉ PERINELLA (PDT)				
CRISTOVAM Buarque (PDT)					4. WALTER PINHEIRO (PT)				
LASIER MARTINS (PDT)	X				5. TRILMAGNO MOTTA (PDT)				
PAULO PAULINI (PT)					6. LINDBERGH FARIA (PT)				
IVO CASSOL (PP)					7. CIRO NOGUEIRA (PP)				
GLADSON CAMELLO (PP)					8. ANA AMÉLIA (PP)	X			
TITULARES - Bloco da Maioria (PMDB, PSD)		SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - Bloco da Maioria (PMDB, PSD)		SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
SIMONE TEbet (PMDB)	X				1. RAIMUNDO LIMA (PMDB)				
SANDRA BRAGA (PMDB)	X				2. ROBERTO REQUÍLIO (PMDB)				
JOAC ALBERTO SOUZA (PMDB)					3. RICARDO FERRACO (PMDB)				
ROSELE DE FREITAS (PSD)					4. HEUÍD JOSUÉ (PSD)				
OTTO ALFENCAR (PSD)					5. VAGO				
DÁRIO BERGNER (PMDB)	X				6. VAGO				
VAGO					7. VAGO				
VAGO					8. VAGO				
TITULARES - Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)		SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)		SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
MARIA DO CARMO ALVES (DEM)	X				1. JOSE AGRIPINO (DEM)				
WILDEBR MORAIS (DEM)					2. RONALDO CAJADO (DEM)				
ALVARO DIAS (PSDB)					3. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB)				
ANTONIO ANASTASIA (PSDB)	X				4. AITAIDES OLIVEIRA (PSDB)				
LUCIA VÂNIA (PSDB)					5. VAGO				
TITULARES - Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)		SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)		SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
LIDICE DA MATA (PSB/PEREIRASS)	X				1. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)				
ROMÁRIO (PSB)					2. RANDOLFO RODRIGUES (PSOL)				
ROBERTO RUCHA (PSB)					3. FERNANDO BETEREA COELHO (PSB)				
TITULARES - Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PBB)		SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PBB)		SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
BLAIVO MAGGI (PR)	X				1. VAGO				
EDUARDO AMORIM (PSC)					2. VAGO				
DOUGLAS CINTRA (PTB)					3. VAGO				

Quórum: 45Votaram: TOTAL 14 SIM 13 NÃO 2 ABS 1

* Presidente não votou

ANEXO II, ALA SENADORA ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO N° 15, EM 14/03/2015

OBS: O PRESIDENTE TERÁ APENAS VOTO DE DESEMPATE NAS VOTACÕES OSTENSIVAS, CONTANDO-SE, PORÉM, A SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUÓRUM (RISF, art. 51)


 Senator ROMÁRIO
 Presidente

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**LEI N° 6.815, DE 19 DE AGOSTO DE 1980.**

Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração.

LEI N° 10.671, DE 15 DE MAIO DE 2003.

Dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor e dá outras providências.

LEI N° 12.663, DE 5 DE JUNHO DE 2012.

Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações FIFA 2013, à Copa do Mundo FIFA 2014 e à Jornada Mundial da Juventude - 2013, que serão realizadas no Brasil; altera as Leis nºs 6.815, de 19 de agosto de 1980, e 10.671, de 15 de maio de 2003; e estabelece concessão de prêmio e de auxílio especial mensal aos jogadores das seleções campeãs do mundo em 1958, 1962 e 1970.

Art. 64. Em 2014, os sistemas de ensino deverão ajustar os calendários escolares de forma que as férias escolares decorrentes do encerramento das atividades letivas do primeiro semestre do ano, nos estabelecimentos de ensino das redes pública e privada, abranjam todo o período entre a abertura e o encerramento da Copa do Mundo FIFA 2014 de Futebol.

Of. nº 7/2015/CE

Brasília, 24 de março de 2015.

A Sua Exceléncia o Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal
NESTA

Assunto: Pela Prejudicialidade

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Exceléncia que esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, na reunião realizada nesta data, pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 451, de 2012, de autoria de Sua Exceléncia o Senhor Senador Paulo Paim, que “Altera o art. 64 da Lei nº 12.663, de 05 de junho de 2012, que dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações FIFA 2013, à Copa do Mundo FIFA 2014 e à Jornada Mundial da Juventude – 2013, que serão realizadas no Brasil; altera as Leis nos 6.815, de 19 de agosto de 1980, e 10.671, de 15 de maio de 2003; e estabelece concessão de prêmio e de auxílio especial mensal aos jogadores das seleções campeãs do mundo em 1958, 1962 e 1970”.

Atenciosamente,


SENADOR ROMÁRIO
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

(À publicação)

ABERTURAS DE PRAZO

Com referência ao **Ofício nº 6, de 2015**, da CE, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto de Lei do Senado nº 535, de 2011, seja apreciado pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno.

É o seguinte o ofício:

Of. nº6/2015/CE

Brasília, 24 de março de 2015

Assunto: Aprovação de matéria

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, na reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 535, de 2011, de autoria dos Excelentíssimos Senhores Senadores Walter Pinheiro, Lídice da Mata e João Durval que “Inscreve os nomes de Maria Quitéria, Joana Angélica, Maria Felipa e João das Botas no Livro dos Heróis da Pátria.”

Atenciosamente, – Senador **Romário**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Com referência ao **Ofício nº 8, de 2015**, da CE, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o **Projeto de Lei do Senado nº 159, de 2012**, seja apreciado pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno.

É o seguinte o ofício:

Of. nº 8/2015/CE

Brasília, 24 de março de 2015

Assunto: Rejeição da matéria

Senhor Presidente,

Nos termos dos §§ 1º, IV e 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, na reunião realizada nesta data, pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 159, de 2012, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Fernando Collor, que “Altera dispositivo da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, que Institui o Programa Universidade para Todos – PROUNI, para permitir o acesso ao programa a estudantes que tenham cursado o ensino médio em instituições privadas”.

Atenciosamente, Senador **Romário**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Com referência ao **Ofício nº 7, de 2015**, da CE, o **Projeto de Lei do Senado nº 451, de 2012**, será incluído em Ordem do Dia oportunamente, a fim de ser declarado prejudicado, nos termos do §1º do art. 334 do Regimento Interno.

É o seguinte o ofício:

Of. nº 7/2015/CE

Brasília, 24 de março de 2015

Assunto: Pela Prejudicialidade

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, na reunião realizada nesta data, pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 451, de 2012, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Paulo Paim, que “Altera o art. 64 da Lei nº 12.663, de 5 de junho de 2012, que dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações FIFA 2013, à Copa do Mundo FIFA 2014 e à Jornada Mundial da Juventude – 2013, que serão realizadas no Brasil; altera as Leis nºs 6.815, de 19 de agosto de 1980, e 10.671, de 15 de maio de 2003; e esta-

belece concessão de prêmio e de auxílio especial mensal aos jogadores das seleções campeãs do mundo em 1958, 1962 e 1970."

Atenciosamente, - Senador **Romário**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo /PDT – RO) De acordo com a lista de oradores, passo a palavra ao Senador Blairo Maggi, do PR do Mato Grosso.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Acir Gurgacz, que preside a Mesa neste momento, farei um pronunciamento breve e, depois, uma fala sobre a crise política que vivemos neste momento.

Eu gostaria de falar, Sr. Presidente, sobre a questão do CAR. Estamos chegando quase ao prazo final para que todos possam dar entrada ao CAR. Então, vou ler um discurso.

Uso a tribuna desta Casa para lembrar e alertar que os agricultores de todo o País têm até o dia 5 de maio para cadastrarem suas propriedades no Cadastro Ambiental Rural (CAR), que é o instrumento de regularização fundiária previsto no novo Código Florestal, que aprovamos dois anos atrás.

É essencial que os proprietários e posseiros de imóveis rurais façam adesão ao CAR, pois isso permitirá a verificação do passivo ambiental do produtor, ou seja, a inadequação da propriedade à legislação ambiental atual. Uma vez inscrito, o produtor terá acesso ao Programa de Regularização Ambiental (PRA), que ajudará a quitar o seu passivo ambiental.

Sr. Presidente, para que esse programa tenha sucesso e eficácia, é muito importante o envolvimento das prefeituras nesse processo de cadastramento. Por isso, o Ministério da Agricultura já instituiu um prêmio para que os Municípios ajudem seus produtores a se inscreverem no CAR.

Atualmente, o Brasil possui 5,2 milhões de imóveis rurais passíveis de cadastro. De acordo com o senso agropecuário de 2006, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), esses imóveis ocupam 60% da área total do País. O CAR, além dos fins estatísticos, irá ajudar esses proprietários no planejamento ambiental e produtivo de suas propriedades e terras.

Esse é o Brasil, criando condições para o desenvolvimento agrícola responsável, pautado pela preservação ambiental.

O Congresso Nacional também precisa trabalhar em prol desse cadastramento, que é de suma importância para o nosso desenvolvimento sustentável.

Segundo dados do Serviço Florestal Brasileiro, até o dia 23 de março foram cadastrados 700.457 imóveis, abrangendo uma área de 145 milhões de hectares. São números expressivos, mas ainda faltam muitos. O censo agropecuário de 2006 estima uma área de 372 milhões de hectares passíveis de cadastro no nosso País.

O meu Estado de Mato Grosso, e o qual com muito orgulho represento nesta Casa, é um dos mais adiantados do Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (Sicar.) Em uma área em torno de 48 milhões de hectares passíveis de cadastro naquele Estado, Sr. Presidente, já estão no Sicar aproximadamente 44 milhões de hectares. Então, de 48 milhões, 44 milhões de hectares já estão cadastrados. São cerca de 53 mil imóveis cadastrados, num total, estimado em Mato Grosso, de 112.987 imóveis rurais.

Isso quer dizer que o cadastramento naquele Estado está avançando rapidamente. Não será na mesma velocidade, porque agora nós começamos a cair nas pequenas propriedades rurais, nos assentamentos e na agricultura familiar, que tem dificuldade maior de fazer esse cadastramento. Mas, como disse, todos precisam fazer a sua parte, inclusive os Estados e nós, aqui, no Congresso.

Senhoras e senhores, se quisermos preservar o Planeta de verdade, precisamos transformar palavras em ações. O CAR, nesse momento, talvez seja a principal ação para essa preservação. Com ele, além do mapeamento das ações ambientais das propriedades rurais em todo o País, os produtores terão que atender aos novos parâmetros de preservação do meio ambiente, inclusive obrigando os proprietários a recuperar áreas degradadas de sua propriedade, conforme manda a lei. E esse "obrigado" pode ser abandonar, pode ser isolar a área que tem que ser recuperada, e não mais na obrigatoriedade do plantio, como era na lei passada.

O Código Florestal trouxe e está trazendo os produtores para a legalidade e para o desenvolvimento sustentável. Precisamos continuar trabalhando para combater a ilegalidade e o desmatamento cometido por aqueles que ficam à margem da lei.

O Senador Acir, que preside esta sessão, lembra muito bem que, no Código Florestal, que nós aprovamos – e V. Ex^a participou efetivamente dessas discussões, como Presidente da nossa Comissão de Agricultura, cujo Relator foi o Senador Luiz Henrique –, discutimos muito isso e colocamos um prazo para os desmatamentos feitos até 2008. De lá para cá, não há nenhuma hipótese, não há nenhuma possibilidade de alguém que esteja fazendo desmatamentos nesse momento, na Amazônia ou em qualquer lugar do Brasil, não ter documento,

não ter autorização do órgão ambiental. Para esses, o rigor da lei; e o rigor da lei manda reflorestar. Não há a mínima possibilidade de alguém se beneficiar disso.

Eu gostaria de aproveitar este momento na tribuna do Senado para dizer àqueles que trabalham na agricultura, na pecuária que tenho percebido que os números do desmatamento na Amazônia, que foram divulgados ainda que informalmente pelo instituto que tem sede no Pará – fugiu-me o nome dele agora –, esse instituto vai demarcando, com o passar do tempo, e antes do Governo, a tendência do que está acontecendo com o desmatamento. Ele já alertou que, neste ano, nós teremos aumento do desmatamento na Amazônia.

Conversei com a Secretária de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso, Ana Peterlini. Ela me disse que também, no Estado do Mato Grosso, ela percebe aumento do desmatamento. E pior: é um aumento ilegal. O produtor não tem autorização. Eles não estão pedindo autorização para fazer esse desmatamento. E, como sempre, talvez esses que estão à margem da lei estejam esperando que este Senado, que a Câmara, que o Congresso, que o Governo, enfim, que o processo político lhes dê um salvo-conduto, no futuro, pois já olharam para o passado e viram que, em vários momentos, foi possível fazer esse arranjo.

Mas este Congresso, que negociou a lei de floresta, também entendeu e deixou muito claro que não será mais permitido para o futuro qualquer tipo de arranjo para trazer para a legalidade aqueles que estão na ilegalidade.

Então, aproveito a tribuna do Senado para alertar e dizer àqueles que estão fazendo isso que não o fazem, que parem com os desmatamentos, se não têm a autorização da Secretaria de Meio Ambiente para fazê-lo. Caso contrário, as multas serão extremamente pesadas. A sua terra não pagará o valor da multa, até porque você não vai poder utilizar essa terra nem para a agricultura, nem para a pecuária. Aliadas à legislação, Senador Acir, aliadas a essa lei de floresta que fizemos aqui, no Congresso, também há as leis de mercado. Existem as vontades de mercado.

Nesta semana, recebi no meu gabinete, aqui, no Senado Federal, representantes da Embaixada da Noruega e outros componentes também de algumas ONGs que trabalham com esse assunto no mundo. Estão olhando muito claramente o que está acontecendo no Brasil. E, quando eu falo mercado, é porque eles são compradores dos nossos produtos, e, se nós não obedecermos às próprias regras que nós criamos, nós estaremos criando problemas para o mercado que nós vamos abastecer. Paralelamente a isso, a Noruega, por exemplo, que é o intuito dessa visita que estão fazendo, já colocou no chamado Fundo Amazônia US\$1bilhão. Desse US\$1bilhão, já foram aportados US\$900milhões.

Eu não sei ainda quanto o Fundo Amazônia conseguiu distribuir de recursos pelo Brasil nos projetos que estão financiando, mas a preocupação da Embaixada e do governo da Noruega é saber se eles colocarão mais US\$1bilhão no Fundo Amazônia. E o aconselhamento que vieram me trazer é: vale a pena colocar mais US\$1bilhão? Vamos fazer o que com esse US\$1 bilhão?

A minha opinião, Senador Acir, que externei a eles e que vou externar aqui, porque externei para um órgão de governo da Noruega e não poderia fazê-lo sigilosamente, mas, sim, abertamente, é que eu não conheço os resultados. Não sei se V. Ex^a conhece os resultados deste Fundo Amazônia até agora.

Eu vivo num Estado que é eminentemente agrícola, que foi por muito tempo detentor da maior taxa de desmatamento da Amazônia e que conseguiu reduzir em 94% do seu desmatamento.

Eu não conheço um único projeto financiado por esse Fundo da Amazônia que tenha beneficiado o Estado de Mato Grosso e a sua população. Então, como eu não conheço, eu não posso dizer ao Governo da Noruega que faça o aporte de mais um bilhão e que continue da mesma forma como está.

A minha opinião é que sim, que o Governo da Noruega possa aportar mais de US\$ 1 bilhão nesse Fundo da Amazônia, mas que nós mudemos a forma de aplicar os recursos que estão aí destinados. E a minha opinião é de que devem ser privilegiadas e devem ser beneficiadas com o dinheiro desse Fundo as pessoas que moram nos Municípios que fazem a lição de casa ou que fizeram a lição de casa, que têm reduzido o desmatamento e que não têm incentivado a prática ilegal.

Muito bem. Como poderemos fazer isso?

Podemos instituir o que muitos já defendem – e eu também sou defensor dessa tese –, que é o que denominamos desmatamento líquido zero. Nós não impediríamos a abertura de novas áreas, desde que dentro da legalidade, mas teríamos uma taxa de desmatamento líquida zero em Estados como Rondônia, como Tocantins, como o Mato Grosso, Pará e tanto outros.

O que significa isso?

Se você desmatou 100 hectares, tinha direito e tem direito e vai fazer 100 hectares, na média outros 100 hectares devem ser recuperados, eles devem ser “abandonados”, deixados de lado, colocados em pousio, para que a floresta se recupere com o passar do tempo. Isso é possível? Sim. Acho que o Estado de Mato Grosso já

se encontra nessa condição hoje de desmatamento líquido zero: aquilo que está sendo desmatado, por outro lado, está sendo recuperado ou deixado em pouso.

Ai os senhores podem me perguntar: mas quem vai abandonar uma terra depois de produtiva? Acontece que, em muitas áreas do Estado de Mato Grosso e também de Rondônia e de outros Estados, foram abertas terras que não são muito próprias para a agricultura e para a pecuária, porque, na produção agrícola moderna e futura, a pecuária e a agricultura andam juntas, são indivisíveis, porque uma se alimenta dos resíduos da outra.

Feito isso, nós podemos levar, então, o mesmo raciocínio para os Municípios. Ou seja, aqueles Municípios que conseguirem comprovar, ou onde nós pudermos ver que há o desmatamento líquido zero, seriam os beneficiados com o dinheiro, por exemplo, desse Fundo da Amazônia – ou Fundo Amazônia. Significa que você pode ajudar a melhorar a vida das pessoas na saúde, na educação, nas questões sociais do Município lá no Estado do Mato Grosso.

Por exemplo: o Município onde eu tenho propriedade, onde meu pai fundou a cidade, chamado Sapezal. É um Município que é grande produtor, tem milhares e milhares de hectares de soja plantados, tem milhares e milhares de hectares de florestas ainda a serem ocupados – que não serão ocupados. Lá há esse desmatamento líquido zero, Senador Acir, é uma realidade, ele já existe, como tenho certeza que acontece em muitos Municípios do Estado de Rondônia.

Muito bem. Se esses Municípios conseguem fazer isso, eles deveriam ser os beneficiados por esse programa, que deve chegar ao cidadão. E eu não estou nem pedindo para chegar ao agricultor, estou pedindo para chegar à população, inclusive à população mais carente, mais necessitada, que precisa de saúde pública, que precisa de escola pública, que muitas vezes precisa até de um carro, de uma camionete mais possante para que a polícia possa fazer ronda nas propriedades, possa fazer ronda nas cidades.

Enfim, eu defendo – e defendi isso junto a essa comissão da Embaixada da Noruega que me procurou –, que nós, sim, deveríamos receber mais US\$1 bilhão como incentivo para a preservação das florestas no Brasil, mas que deveríamos mudar a forma de usar esses recursos, porque muitas vezes ficamos discutindo o sexo dos anjos ou a importância da borboleta no meio da floresta, mas isso não traz nada de prático para a sociedade.

Então, com respeito à questão do CAR, assumi a tribuna para dizer que o prazo está chegando ao final. Lembro-me muito bem – V. Exª se lembra disso, Senador Acir – de que quando instituímos o prazo, lá atrás, eu já disse: "Olha, o prazo não será suficiente." E por que não seria suficiente? Porque tínhamos que criar, ainda naquele momento, os programas, os *softwares*, a forma de incluir isso nos bancos de dados.

Eu tinha passado por essa experiência como Governador do Estado do Mato Grosso. Construímos um programa chamado MT Legal, oriundo de um programa municipal de Lucas do Rio Verde, chamado Lucas Legal. Criamos esse programa, e a sociedade toda o entendeu, bem como os Ministérios Públicos Estadual e Federal, a Justiça, a política, os produtores. Enfim, todos participaram daquele momento da construção do MT Legal em 1986, 1987, que resultou num grande pacto pela redução do desmatamento no Estado – houve uma redução de 94%. Só que, entre a decisão política de fazer isso e efetivamente colocar em prática, passaram-se praticamente dois anos. Então, eu tinha conhecimento, sabia que isto seria muito difícil de ser colocado em prática: chamar os produtores do Brasil inteiro para se cadastrarem.

Penso que o Governo – e aqui não é nenhum desleixo do processo, é porque é realmente complicado colocar tudo isso em funcionamento – deveria prorrogar o prazo de 5 de maio. Acho que o Governo deve dar mais um espaço, mostrar que entende por que milhares de produtores e milhares de hectares não vieram ainda para a base do Siscar. Há que se compreender, como disse antes na minha fala, que os pequenos produtores, a agricultura familiar, os assentamentos, têm uma grande dificuldade para acessar esse processo. O processo é simples, não tem nada de complicado, porém, as pessoas precisam procurar o órgão ou um sindicato, um engenheiro, alguém para fazer. Sabemos que o grau de informação dos pequenos produtores não é o mesmo dos médios e dos grandes produtores. Temos um número muito grande – milhões e milhões de hectares – que entrou na base do Siscar, mas, quando vemos o montante dos que ainda faltam entrar, vemos que faltam mais proprietários para entrar do que os que já o fizeram.

Sr. Presidente, gostaria de tratar de um segundo tema na manhã desta quinta-feira.

Usei da tribuna esta semana para falar um pouco sobre a crise política e a crise econômica que vivemos no País neste momento. Na terça-feira, quando usei da tribuna, fiz comentários sobre a questão da crise econômica, o porquê de nela estarmos, por onde vamos, se nada acontecer de diferente qual será o nosso ponto no futuro e que, se não conseguirmos fazer os ajustes, fazer as coisas andarem, teremos muitos problemas pela frente. Fiquei, então, de voltar à tribuna esta semana para falar um pouco sobre a questão da crise política que nós vivemos.

Uma coisa é intimamente ligada à outra, tanto é, como eu já disse aqui também, que ouvi uma vez do Presidente Sarney: "Me dê uma boa economia e eu lhe darei uma boa política." Então, fica comprovado aí, que as coisas são intimamente ligadas.

A crise política que nós vivemos terá fim no momento em que a Presidente da República aceitar os argumentos das ruas, aceitar os argumentos dos Parlamentares, aceitar que algumas coisas precisam ser mudadas, que não adianta somente me pedir, ou pedir para qualquer um dos senhores e das senhoras que me assistem e me ouvem neste momento, para fazer sacrifícios, enquanto ela não faz nenhum. Eu acho que não funciona assim, não é assim na casa de qualquer um de nós. O chefe da família, ou a chefa da família, quando quer sacrifício, tem que dar o exemplo de que o cinto está apertado e que é preciso fazer sacrifício.

Muito bem. Não vi, não vejo, não estou vendo qualquer atitude por parte da Presidência da República, do Executivo, de também fazer a sua parte, de reduzir o tamanho da sua máquina administrativa fazendo demissões, exonerações de cargos de confiança – são mais de 50 ou 60 mil. Tenho certeza de que, se tirarem uns 15 ou 20, não farão falta – vou dizer-lhe mais, Senador Acir, é capaz de melhorar, porque a burocracia que temos no País é uma coisa infernal! Nós não acreditamos – ninguém acredita! – na quantidade de licenças, de permissões, de "mendigações" de joelhos que se tem de fazer nos órgãos públicos deste País para fazer alguma coisa andar, para produzir, para construir. Aliás, a única coisa que vai fazer a gente sair dessa crise econômica é produzir mais, mas, enquanto o setor privado, enquanto as pessoas querem produzir, há um mastodonte do outro lado impedindo-as de produzir, atrasando as licenças e criando complicações e mais complicações, e a coisa não anda.

Infelizmente, nós perdemos – eu já disse aqui várias vezes também – a guerra, a guerra do papel. A guerra do papel nós perdemos. É infernal o dia a dia do empresariado, dos setores privados deste País: precisam matar quatro, cinco leões por dia para poder avançar. Então, tirar um pouco dessa burocracia, diminuí-la – exonerar, tirar fora, use a palavra que quiser –, vai melhorar muito o dia a dia dos brasileiros.

Eu quero fazer uma recomendação à Presidente da República, ao Executivo. Vários Partidos já disseram, vários Líderes já disseram – V. Exª é Líder do PDT, já participou de reuniões na Presidência da República com a Presidente, eu já participe –, V. Exª já disse, eu já disse isto: "O Governo precisa dar uma demonstração." O que vou pedir aqui não significa muito em dinheiro, mas significa muito em mudança de atitude, significa muito em mudança de postura, indica que também o Executivo quer fazer sua parte.

Eu pedi à minha assessoria, e está à disposição de todo o mundo, que se informasse sobre quantos Ministérios nós temos. São 39. Quantos ministérios, com nome de ministério, existem na estrutura atual que não são ministérios? Aí você passa o olho e vê que temos 14 Secretarias com *status* de Ministério. Bom, 39 menos 14 são 25: a gente começa a ficar com um número aceitável... Podemos reduzir mais? Podemos!

Hoje tivemos uma audiência pública com o Ministro da Pesca, e o Senador Caiado estava lá e questionou o Ministro. Quando eu saí, a imprensa também me perguntou: "Ah, podemos acabar com o Ministério da Pesca?" Podemos! A pesca é importante? É importantíssima para o País, mas nada que não possa ser feito dentro do Ministério da Agricultura, que já se chamou Ministério da Agricultura, da Pesca e da Aquicultura. Que se reduza a burocracia!

Para aqueles que estão me ouvindo – Senador Medeiros, depois lhe dou um aparte –, dou exemplos: Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE): é uma Secretaria, mas tem *status* de Ministério; Secretaria de Aviação Civil: *status* de Ministério; Secretaria de Comunicação Social (Secom): *status* de ministério; Secretaria de Direitos Humanos: *status* de ministério; Secretaria da Micro e Pequena Empresa: também tem um ministro lá; Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial: uma ministra; Secretaria de Políticas das Mulheres: uma ministra; Secretaria de Portos: existe lá um ministro – nada que não pudesse estar no Ministério dos Transportes, nada que não pudesse estar lá; Secretaria-Geral da Presidência da República: sempre foi secretaria – o nome já diz: secretaria –, mas temos um ministro; Secretaria das Relações Institucionais: também um ministro; Advocacia-Geral da União: tem *status* de ministério; Banco Central: também tem *status* de ministério; Controladoria-Geral da União: também é um ministério; e gabinetes da segurança institucional.

Então, rapidamente, sem querer discutir ainda outras funções de ministérios que poderiam ser acoplados neste momento, trazidos para a mesma estrutura, o que não traria nenhum prejuízo para o País. Muito pelo contrário, teríamos benefícios. Então, só para deixar registrado.

Eu pediria que a Presidente da República olhasse com carinho. Se ela disser na televisão hoje: "Olha, nós vamos diminuir 14 ministérios", eu digo: é pouca coisa. Financeiramente, não é nada, mas é uma mudança de atitude, é uma mudança de postura. E é isso que a população espera para que possamos começar a sair da crise política em que estamos, para adentrar na crise econômica e, depois, sair dela, Senador Acir.

Pelo menos, eu quero deixar aqui a minha contribuição no sentido de chamar a atenção. E não sou o primeiro a fazer isso. Vários colegas Senadores e Senadoras já assumiram esta tribuna para fazer a mesma coisa. A

oposição já fez, a situação já fez, e eu quero fazer aqui também, como fiz neste momento, o meu pedido para que o Governo se engaje numa mudança de postura para que possamos mudar as coisas.

Concedo um aparte ao meu colega, Senador Medeiros, que também representa, nesta Casa, o Estado de Mato Grosso.

O Sr. José Medeiros (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Agradeço, Senador Blairo Maggi, pelo aparte. Quero fazê-lo referente a quando V. Ex^a falou sobre os gargalos e as dificuldades que o cabedal, o arcabouço legislativo acaba impondo ao País: um atraso, vamos dizer assim. Eu queria ressaltar aqui a responsabilidade desta Casa de não criá-los mais. Agora mesmo, estamos discutindo a lei que trata da biodiversidade, e eu me preocupo com o fato de estarmos criando mais gargalos ainda para o País. Temos que ver também que, no bojo desse assunto que é quase um anexo do seu pronunciamento, Senador Maggi, junto com as dificuldades criadas, vem a venda de facilidades.

E aí vem a corrupção, vem tudo, porque, quando é muito difícil, as pessoas procuram atalhos, e por aí vai. Então, creio que nós, como fazedores de lei, temos que ter a preocupação de não travar mais o País. Já basta a legislação infra que temos. Hoje, fala-se em mais de 10 mil leis, entre portarias e normativas no sistema tributário, e por aí vai. Com isso tudo, vem a dificuldade, que acaba culminando, também, na dificuldade econômica por que estamos passando. No restante, concordo com V. Ex^a em gênero, número e grau porque, como V. Ex^a tem repetido aqui, diversas vezes, o cinto está sendo apertado, mas o cinto dos outros. Eu só espero também que o Governo, de repente, não resolva apertar o cinto só dos servidores, porque, geralmente, quando o Governo precisa fazer um ajuste, acaba apertando em cima dos servidores de carreira, que são, na verdade, Senador Blairo Maggi, apesar do Governo ou pelo Governo, quem faz o País andar. Muito obrigado.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Obrigado, Senador Medeiros. V. Ex^a abordou um ponto que é importante para a reflexão que faço aqui, que é a criação de dificuldades para a venda de facilidades, que existe muito em nosso País, em todo o canto. Por isso que temos a corrupção que temos. Está muito difícil fazer as coisas, a pessoa arruma um caminho alternativo. As pessoas vendem soluções para tudo. Empresas sérias não compram soluções. Não quero dizer que os que compram não sejam muito sérios, mas, às vezes, são obrigados a comprar uma solução.

Par encerrar, Presidente Acir, vou tocar no assunto das leis que nós criamos aqui no Congresso e que batem lá na ponta, no Município, no prefeito. O Tribunal de Contas da União e o Tribunal de Contas do Estado fiscalizam e, na grande maioria das vezes, não há a intenção do gestor de fazer coisa errada, mas nossa legislação é tão absurda que, se o auditor que for lá quiser olhar depois da segunda casa, depois da vírgula, ele vai achar problema em todo lugar. Não existe um que não vai ter problema. E quando não tem, ele cria um. E aí, o que acontece? Mete multa no prefeito.

A maioria dos prefeitos no Brasil são profissionais liberais, são professores, às vezes, técnicos de governo que estão por lá, pequenos comerciantes, que não têm recursos para fazer frente às multas que esse pessoal aplica depois da terceira casa decimal, depois da vírgula. E aí, o que acontece? O prefeito vai ter que fazer um rolo, vai ter que criar alguma alternativa, uma nota de combustível, um negócio, para arrumar o dinheiro e pagar a multa que o Tribunal aplicou. E aí nós começamos o processo todinho de corrupção em nosso País.

Se quisermos ajudar o País a diminuir a corrupção, a confusão que existe, temos de reduzir a burocracia. Hoje, nós partimos do princípio de que todo mundo é ladrão até que se prove o contrário, quando é o contrário: todo mundo é inocente até que se prove que fez algo errado.

É hora de mudança de atitude em nosso País. É hora de mudança de atitude em nosso Congresso, na Câmara e no Senado, porque ninguém mais suporta o que acontece no País.

Várias vezes, eu disse aos colegas: sou empresário agrícola, ligado ao setor agrícola, de transportes, navegação, tenho um processamento de soja, mas às vezes tenho vontade de pegar minha família, vender meus negócios e ir embora do País. De tanta confusão que existe, de tanta pressão, de tanta confusão que todo mundo arruma.

Então, fica aqui o meu desabafo. Se nós não mudarmos... Estou pedindo para a Presidente mudar de atitude, mas também tenho que dizer que o Congresso tem que mudar de atitude, as instituições têm que mudar de atitude, para que possamos mudar o País. Caso contrário, este será sempre o chamado “país do futuro”.

Meu avô dizia para o meu pai que este era o “país do futuro”. Meu pai dizia o mesmo para mim. E eu esperava nunca dizer para o meu filho e para o meu neto – o Blairo César –, que já tem quatro anos, que este é o “país do futuro”. Eu queria ter construído esse futuro. Eu queria que o meu avô, que o meu pai e que eu já pudéssemos ter construído esse futuro e colocado o País num patamar de decência, num patamar de produtividade, num patamar de alguma coisa diferente do que somos hoje. Mas, infelizmente, eu ainda terei que dizer para o meu neto que este é o “país do futuro”. E, quem sabe, ele e seus descendentes consigam chegar aonde nós não conseguimos chegar.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Meus cumprimentos, Senador Blairo, pelo seu pronunciamento.

Para uma comunicação inadiável, passo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin, do PCdoB do Amazonas.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, companheiros e companheiras, antes de iniciar o meu rápido pronunciamento neste momento, quero apenas comunicar aqui que estamos nos deslocando para a cidade de São Paulo no dia de hoje, inúmeras Parlamentares, Senadoras e Deputadas, para a realização de um evento. Trata-se do lançamento da nossa campanha nacional em favor do estabelecimento de uma cota efetiva de gênero para a ocupação dos espaços no Parlamento brasileiro.

Quando me refiro a uma cota de gênero, obviamente, o que nós estamos querendo é uma cota que garanta a presença mais significativa e mais compatível com o protagonismo que as mulheres têm na sociedade. Portanto, uma maior presença de mulheres no Parlamento brasileiro. E isso não somente no Senado, na Câmara Federal e nas Assembleias, mas também nas Câmaras de Vereadores, Sr. Presidente.

O evento está sendo organizado em São Paulo pela Senadora Marta Suplicy, mas é um evento de toda a Bancada Feminina do Congresso Nacional, e, se tudo der certo, contaremos com a presença dos dois Presidentes: do Presidente Renan Calheiros e do Presidente Eduardo Cunha.

Mas venho à tribuna, Sr. Presidente, para relatar um fato importante ocorrido no Congresso Nacional esta semana, que foi a instalação da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Petrobras, realizada na última terça-feira, portanto, no último dia 24. O seu lançamento, que foi um ato público, contou com a presença importante de trabalhadores e de trabalhadoras e com a presença extremamente significativa de Senadores e Senadoras, de Deputados e Deputadas. Mais de 50 Parlamentares por lá passaram para prestigiar a instalação da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Petrobras.

Sr. Presidente, neste momento de crise em que vive o Brasil, e a crise tem como centro questões relativas à Petrobras, nós temos que ter a lucidez, a capacidade e o compromisso com o Brasil e com o povo brasileiro de separar o que é a crise e o que é a empresa. A empresa não é a crise. A crise vem sendo provocada por pessoas que agem da pior forma dentro da empresa.

Então, resgatar a importância da Petrobras, resgatar o papel da Petrobras no processo de construção e desenvolvimento nacional é muito importante.

Eu creio que a presença de inúmeros Senadores e Senadoras, de Deputados e Deputadas é importante no evento de instalação da Frente porque mostra que existe um contingente significativo de Parlamentares – e aqui não me refiro apenas aos que compõem o bloco de apoio à Presidenta Dilma, não, pois há Parlamentares que sequer parte da base de apoio à Presidência fazem – que concorda e participa dessa Frente em Defesa da Petrobras. Independentemente, portanto, das divergências ideológicas ou das disputas políticas que estão sendo travadas neste momento, todos temos, repito, de ter claro esse papel muito importante para o nosso desenvolvimento e, principalmente, o papel da Petrobras na aplicação da política que visa o resgate da dívida histórica que o Brasil tem para com a educação, principalmente.

Sr. Presidente, quero aqui destacar e ressaltar que, no meio da crise política que se abate sobre a empresa – a Petrobras é o alvo dessa crise –, começam a aparecer propostas que teoricamente são apresentadas como propostas para fortalecer o papel da Petrobras. No fundo, essas propostas nada mais fazem do que provocar o enfraquecimento da companhia, do que tentar promover um retrocesso contra o papel central e importante que tem essa empresa na elaboração e na execução de políticas públicas, sobretudo na área de educação e de saúde.

Não há, Sr. Presidente, no meu entendimento, qualquer espaço que permita retroceder quanto ao papel que a Petrobras já assumiu na sociedade brasileira. Também não podemos retroceder, em relação ao marco do pré-sal, aos modelos anteriores. Eu aqui me refiro ao marco diferenciado, que não é o marco da concessão, mas, sim, o marco da partilha. E – repito – porque não há investimento algum, não há necessidade de investimento pesado algum que deva ser aplicado no processo de pesquisa para exploração. Não. A pesquisa já foi feita e o petróleo descoberto, o petróleo está lá. Os únicos investimentos necessários são para a exploração efetivamente. Então, por que retroceder ao regime de concessão, que é utilizado para isso?

Porque o Estado brasileiro, não tendo a capacidade de aplicar recursos e investi-los na pesquisa de exploração, o que faz? Concede a área para que empresas privadas corram o risco, apliquem os seus recursos para pesquisar. Encontrando petróleo, essas empresas se darão muito bem e ganharão muito também, e repito, esse não é o caso do pré-sal, o pré-sal está lá, existe. Portanto, não há como defender.

E, aqui, quero dizer que estamos organizando um movimento completo, um movimento forte que se oponha a essa tentativa de impor retrocessos em relação ao papel da Petrobras, que, eu diria mais, é o pró-

prio papel do Estado brasileiro. E me refiro a isso, Sr. Presidente, não apenas baseada em pronunciamentos, não, quero, aqui, falar do Projeto de Lei, que tramita sob o nº 131, que visa não só alterar a Lei da Partilha, mas também derrubar a participação obrigatória mínima de 30% da empresa, da Petrobras, nos consórcios de exploração. Ou seja, não estou trabalhando em tese, mas me referindo a algo concreto, que está tramitando no Congresso Nacional. Não podemos aceitar. É a mesma coisa de um médico receber um paciente e se negar a tratá-lo, e dizer: "Não, deixa definhar, vamos dar aqui um remédio para que a doença acelere e o paciente vá a óbito." É a mesma coisa, Sr. Presidente. Não dá para aceitar esse tipo de proposta e concordar que isso se transforme em algo prático, plausível, promovendo, assim, no meu entendimento, um retrocesso. Porque não há qualquer nexo, Sr. Presidente, possível entre a defesa da Petrobras e propostas como essa que pretende retirar ou enfraquecer a participação da Petrobras na exploração do pré-sal.

Proposta como essa, Sr. Presidente, coloca em risco, repito, a política de investimento das receitas do petróleo em saúde e educação, principalmente, determinada pela Lei de Partilha, que abre as perspectivas concretas para a realização dos investimentos necessários para tornar a qualidade da educação pública brasileira compatível com a dos países mais desenvolvidos.

Duvidam da inteligência do povo brasileiro aqueles que pregam a exclusão da empresa como um remédio aos malfeitos realizados por alguns funcionários. Aqui, quero deixar clara, Sr. Presidente, a nossa posição a favor da punição de todos, absolutamente todos aqueles que agiram contra os interesses nacionais, utilizando a Petrobras para isso. Mas utilizar isso como argumento para propor retrocessos no novo marco de exploração do petróleo, que contribuirá muito com o desenvolvimento nacional, não dá para aceitarmos, Sr. Presidente.

Eu quero dizer que vou voltar à tribuna para falar desse assunto e para dizer o quanto a Petrobras foi, no passado, importante para o Brasil, o quanto a Petrobras é importante para o Brasil hoje e o quanto a Petrobras é importante para o Brasil do futuro. Eu diria mais: o nosso futuro não será o mesmo se não tivermos uma empresa forte e uma empresa atuando em benefício do setor público. Então, é uma obrigação nossa, do Parlamento brasileiro, como é uma obrigação do Poder Judiciário, do Ministério Público, do povo brasileiro, zelar pelo nosso patrimônio. Mas utilizar momentos de crise para tentar promover retrocessos, aí não dá, Sr. Presidente. Eu acho que a população brasileira tem que ficar alerta, atenta ao que está acontecendo no Brasil, porque, em nome da ética, em nome da luta contra a corrupção, o que alguns querem efetivamente é espaço para promover aquilo que tentaram fazer e não conseguiram, que é efetivamente privatizar essa empresa, que é fundamental para o nosso desenvolvimento.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Seguindo a ordem de oradores, passo a palavra ao Senador Donizeti Nogueira, do PT de Tocantins.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Senador Acir Gurgacz, que preside a Mesa, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, eu me inscrevi hoje para comentar algumas coisas que tenho observado em relação aos acontecimentos e às falas da situação e da oposição.

Ontem, eu apresentei, no meu discurso, meu pensamento sobre a reforma política, sobre o que eu acho que nós, Senadores e Senadoras, precisamos fazer aqui, e o Congresso em especial. Disse que há duas coisas que são insuportáveis na vida política hoje: é o atual modelo de financiamento das campanhas eleitorais, e as eleições a cada dois anos.

Eu sou do Partido dos Trabalhadores, sou da Base do Governo da Presidenta Dilma. E eu não só estou, não: eu sou, porque sou do Partido dos Trabalhadores; porque eu não estou no Partido dos Trabalhadores, eu sou do Partido dos Trabalhadores; eu sou petista, com orgulho por tudo que está acontecendo.

Eu sei que, nos momentos difíceis, quem é Base de Governo tem que ficar com os bônus e com os ônus. E eu estou disposto a pagar os ônus em defesa dos bônus que eu já tive neste Governo durante esses doze anos. Quais são os bônus que eu tenho? É o Ciência sem Fronteiras, é o ProUni, é o Bolsa Família, é o Luz para Todos, é o investimento vigoroso nas universidades públicas. E, ontem, eu ouvi de um nobre Senador aqui que o Presidente Lula deu uma capotada na economia, e isso seria uma medida irresponsável, e que a Presidente Dilma deu outra capotada na economia, e que seria mais uma irresponsabilidade.

Raimundo Bezerra, um filósofo e sociólogo, autodidata, lá do meu Estado, já falecido, me disse um dia:

Donizeti, o homem não pode ficar parado. Se ele não conseguir sair do lugar, ele precisa, pelo menos, patinar, para mostrar que está vivo. E tropeçar, meu filho, não é um problema, porque, quem tropeça, cai para frente, e, então, já anda mais um pedaço.

Então, eu queria dizer: se o Presidente Lula deu uma capotada na economia, foi uma capotada que tirou o PIB brasileiro de R\$504 bilhões para elevar para a casa dos R\$2 trilhões. Essa é uma boa capotada, a exem-

plo do que disse o finado companheiro Raimundo Bezerra: caímos para frente, crescemos, geramos milhões de empregos, levamos luz lá para o Sertão, a energia elétrica chegou lá, tiramos parte do Brasil que estava no século XIX e trouxemos para o século XXI. Então, essa para mim foi uma boa capotada. Se é que fizemos isso. Porque, na verdade, não fizemos.

O salário mínimo subiu, o número de empregos, como eu já disse, cresceu muito, a nossa economia cresceu muito, a soberania do nosso País, que é algo muito importante, cresceu muito diante do mundo. Participamos do G20, temos um importante papel no BRICS, e isso tem contrariado interesses internacionais, muitas vezes, defendidos por brasileiros aqui no Brasil.

Eu sou otimista, vivemos um momento de dificuldade, mas essa é uma dificuldade passageira. Eu não consigo enxergar, não consigo perceber, porque eu viajei esse final de semana, no meu Estado, e as pessoas não estão vivendo essa crise propalada pelos meios de comunicação e repercutida aqui nestas tribunas. As pessoas estão otimistas, lá no interior do meu Estado. Porque elas não mais passam fome, porque elas têm filhos estudando nas universidades.

Eu recordo muito, Senador Elmano, eu estou no Estado do Tocantins desde o Norte de Goiás, e estou no Partido dos Trabalhadores desde 1983. Eu viajava àquele Estado, e tinha uma atuação, como tenho até hoje, no meio rural, junto aos trabalhadores rurais, posseiros, agricultores. E a fotografia que eu guardo dos anos anteriores a este Governo, era uma fotografia do homem da face amarela, do homem sem brilho no olho, do homem doente, sem expectativa. E a fotografia que eu vejo, nos últimos períodos, nesses últimos momentos, nos últimos anos, é o homem que tem mais colágeno no rosto, é o homem que tem mais brilho nos olhos, é o homem que está mais corado, está mais sadio, porque chegou alimento à sua mesa, chegou a expectativa de que seus filhos podem ir para a universidade, chegou a expectativa de que ele pode plantar, chegou a expectativa de que há empregos.

(Soa a campainha.)

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Por isso, penso que é responsabilidade nossa, aqui no Congresso, em especial aqui no Senado, juntamente com esse Governo, passar por essa turbulência, que é o final da marolinha dita pelo Presidente Lula, que chega à margem do rio ou do lago.

E os ajustes estão sendo propostos. As medidas provisórias estão aqui para corrigir malfeitos, para corrigir distorções, e, naqueles aspectos em que elas tiverem ferido o direito, nós podemos corrigi-las.

Mas nós do Partido dos Trabalhadores, nós da Base do Governo precisamos articular...

(Interrupção do som.)

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – ... para corrigir muito disso que pode ser retirado de direito; para garantir que os malfeitos, as distorções que acontecem sejam corrigidos (*Fora do microfone*). É uma oportunidade para nós, aqui no Congresso, contribuirmos com o Brasil.

Precisamos avançar em outros setores. Acredito que precisamos tributar melhor a riqueza, a renda, desonrar o consumo. Precisamos tributar a remessa de lucros e desonrar o consumo.

Diante de tudo que tenho ouvido, às vezes penso: será que estou vivendo em outro mundo?

As pesquisas, as pesquisas atuais, o sentimento popular atual não é um sentimento real, é um sentimento induzido por uma mídia comprada pelos interesses internacionais.

Por exemplo, com relação à Petrobras, como posso pensar que ela está quebrada, Presidente Jorge Viana?

(Soa a campainha.)

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – É impossível pensar isso, se ela está produzindo acima de dois bilhões de barris. É uma empresa que tem um lastro extraordinário, além da história e do carinho do povo brasileiro.

Ora, como posso aceitar as críticas em relação à Petrobras, ou seja, de que ela está destruída, se não está; se o petróleo caiu de US\$118 para cerca de US\$60, e isso reflete no preço das ações, não só da Petrobras, mas das grandes petroleiras no mundo, que estão cortando investimento em face do comportamento da Opep, por exemplo, em face da retração do crescimento econômico no mundo?

Então, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, quero dizer...

(Interrupção do som.)

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – ...para o Brasil e para o povo tocantinense que estou otimista (*Fora do microfone.*), que o que nós vamos passar, em breve, estará resolvido pelas medidas que o Governo Federal vem tomando e pelas medidas que o Congresso Nacional, certamente, tomará.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Donizeti Nogueira, o Sr. Acir Gurgacz deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Cumprimento meu colega de Bancada pelo seu pronunciamento, o Senador Donizeti, representando o povo do Tocantins.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) –

ORDEM DO DIA

Como tivemos a decisão da Mesa Diretora de fazermos a Ordem do Dia pela manhã às quintas-feiras, sempre que possível, temos três matérias para apreciarmos, três requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – A primeira delas diz respeito à:

Item 1:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 73, DE 2011

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 73, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Wilson Santiago, que *altera a redação do §6º do art. 14 da Constituição Federal, para determinar a desincompatibilização do Presidente da República, do Governador do Estado e do Prefeito Municipal como condição para a candidatura eleitoral.*

Parecer nº 233, de 2014, da CCJ, Relator: Senador Luiz Henrique, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

Nós temos, sobre a mesa, um requerimento sobre essa matéria de autoria do Senador Romero Jucá. Faço a leitura, e, se o requerimento for aprovado, a matéria volta à Comissão de Constituição e Justiça, para reexame:

Requeiro o adiamento da votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 73, de 2011, a fim de que seja reexaminada pela CCJ.

É o seguinte o Requerimento na íntegra:

REQUERIMENTO Nº 233, DE 2015

Requeiro adiamento da votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 73, de 2011, a fim de que seja reexaminada pela CCJ.

Sala das Sessões, em – Senador, **Romero Jucá**

(À Mesa para decisão)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Requerimento aprovado.

A matéria volta, para reexame, à Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – O segundo item da pauta diz respeito ao:

Item extrapauta:

REQUERIMENTO Nº 173, DE 2015

Votação, em turno único, do Requerimento nº 173, de 2015, de autoria do Senador Romário. Aliás, ele estava aqui, no plenário, ainda há pouco. O Senador Romário e outros Senadores *solicitam o desarquivamento do Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 2008.*

Votação do requerimento que trata de bulas de medicamentos e de rótulos de medicamentos. Votação do requerimento.

As Sras Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)
Aprovado.

O Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 2008, uma vez que já se encontra instruído pela CAS, será incluído em Ordem do Dia oportunamente, em turno suplementar.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – O último item da pauta, para que se volte à lista de oradores, diz respeito ao:

Item extrapauta:

REQUERIMENTO Nº 177, DE 2015

Votação, em turno único, do Requerimento nº 177, de 2015, de autoria do Senador Magno Malta e de outros Senadores, *solicitando o desarquivamento das Propostas de Emenda à Constituição nºs 27 e 28, de 2010; do Projeto de Lei do Senado nº 205, de 2007; e do Projeto de Resolução do Senado nº 18, de 2005.*

A Presidência comunica ao Plenário que o **Projeto de Resolução do Senado nº 18, de 2005**, encontra-se definitivamente arquivado, nos termos do disposto no §2º do art. 332 do Regimento Interno.

Votação do requerimento.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)
Aprovado.

As **Propostas de Emenda à Constituição nºs 27 e 28, de 2010**, retornam ao exame da Comissão de Constituição e Justiça. O **Projeto de Lei do Senado nº 205, de 2007**, retorna ao exame da Comissão de Constituição e Justiça em decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Com isso, encerramos a Ordem do Dia.

São as seguintes as matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária:

2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 268, DE 2011

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos dos Recursos nºs 17 e 18, de 2011)

Continuação da discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 268, de 2011, dos Senadores José Sarney e Francisco Dornelles, que *dispõe sobre o financiamento público exclusivo das campanhas eleitorais e dá outras providências.*

Parecer sob o nº 1.003, de 2011, da CCJ, Relator do vencido: Senador Renan Calheiros, favorável ao Projeto, com votos vencidos dos Senadores Pedro Taques, Francisco Dornelles, Sérgio Petecão, Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Demóstenes Torres, Armando Monteiro, Flexa Ribeiro e Ciro Nogueira; e, em separado, do Senador José Pimentel; e pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 373, de 2008, que tramitava em conjunto.

3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 601, DE 2011

(incluído em Ordem do Dia, nos termos do Recurso nº 21, de 2013)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 601, de 2011, do Senador Pedro Taques, que *acrescenta o art. 27-A à Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, para impor aos candidatos, partidos políticos e coligações o dever de divulgar na internet relatórios periódicos referentes aos recursos arrecadados e aos gastos efetuados na campanha eleitoral.*

Parecer sob nº 1.267, de 2013, da CCJ; Relator do vencido: Senador Sérgio Petecão, pela rejeição do Projeto, com votos vencidos dos Senadores José Pimentel, Aníbal Diniz, Antonio Carlos Valadares, Eduardo Suplicy, Sérgio Souza, Luiz Henrique, Humberto Costa e Roberto Requião; e vencido, em separado, do Senador Antonio Carlos Rodrigues.

4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 60, DE 2012

(Incluído em Ordem do Dia nos termos dos Recursos nºs 6 e 7, de 2014)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 60, de 2012, da Senadora Vanessa Grazziotin, que *altera o art. 24 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para estabelecer vedações a doações para campanhas eleitorais.*

Parecer sob nº 325, de 2014, da CCJ, Relator: Senador Roberto Requião, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 279, DE 2012

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 10, de 2013)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 279, de 2012, do Senador Cyro Miranda, que *altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social, para estabelecer a idade mínima de sessenta anos para fins de recebimento do benefício de prestação continuada.*

Pareceres sob nºs 555, 556 e 1.327, de 2013, das Comissões:

- CDH, Relator: Senador Paulo Paim, favorável;
- CAS, Relatora: Senadora Ana Amélia, favorável; e
- CAE (em audiência, nos termos do Requerimento nº 843, de 2013), Relator: Senador José Pimentel, pela rejeição.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Volto à lista de oradores, como estabelece o Regimento.

Convido para fazer uso da palavra, pela Liderança do Democratas, o Senador Ronaldo Caiado, em permuta com o Senador Acir Gurgacz.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Parlamentares, hoje, no início desta sessão, todos os Parlamentares que me antecederam debateram sobre a crise: como conviver com essa crise, como achar alternativas para o momento delicado da vida política nacional?

Ouvimos aqui o Senador Blairo Maggi, que fez referências ao aumento da máquina do Governo.

Ouvimos o Senador que me antecedeu, o Senador Donizete, em relação ao problema de se ter de arcar com o ônus. Disse ele que agora o momento é de ônus. Acho que não, o momento não é de ônus, o momento é de moralização da política brasileira.

Ouvimos Parlamentares aqui discutindo sobre a defesa da Petrobras. Jamais existiu nenhum cidadão brasileiro ou nenhuma política contra a Petrobras. É importante que seja dito e muito bem esclarecido que a posição nossa é de combate à corrupção dentro da Petrobras, institucionalizada a partir de 2002, conforme relato feito por todos os delatores que aqui estiveram ou que já se pronunciaram dessa maneira.

Mas, Sr. Presidente, o que nós estamos vendo? Vamos trazer aqui uma revisão mais curta nesta semana. Iniciamos a semana recebendo uma pesquisa em que a Presidente da República tem aprovação de 10,7%. Ou seja, de cada dez brasileiros, apenas um acredita na Presidente Dilma. Nós nunca vimos, em nenhum momento do mandato de um Presidente da República, mesmo no momento do *impeachment* do Presidente Collor, um quadro de deterioração tão grande como esse a que estamos assistindo agora, em descrédito da pessoa da Presidência da República junto à população brasileira.

Isso é preocupante. É preocupante porque o sistema presidencialista impõe ao governante a credibilidade, mesmo nas horas mais difíceis, para poder propor as medidas necessárias para resgatar o País. E o que ocorreu? Esse Governo desviou sua posição, caminhou para o lado populista e demagógico, pensando apenas nas suas reeleições, num projeto de poder, num projeto político, usando as pessoas para tentar anestesiá-las e sensibilizá-las no sentido de que, amanhã, tudo aquilo daria certo.

Quero buscar aqui a reflexão de cada um de vocês que nos ouve e que nos assiste neste momento. O que o Governo fez? O Governo simplesmente transferiu para o cidadão brasileiro a responsabilidade de alavancar a economia brasileira e estimulou o cidadão brasileiro a se endividar. Quando veio este momento agora, passada a campanha eleitoral, o Governo disse: bom, agora as regras são outras. Mas como? O cidadão, principalmente o das classes C, D e E, da classe média brasileira, está envolvido com débito no seu cheque especial, no seu carnê, está também endividado com outras aquisições que fez, estimulado pelo consumismo que o Governo brasileiro orientou que fosse feito naquela hora.

E agora? Essa crise a que estamos assistindo é a mais grave da história republicana brasileira, porque atingiu a população brasileira alavancada em dívidas. Este é um momento difícil, porque, hoje, não é só o caminhoneiro que está parando o seu caminhão, porque aumentaram a tributação sobre o diesel, porque criaram a partir de agora uma Cide. Esse cidadão não tem como sobreviver e pagar o empréstimo que fez no banco para poder financiar seu caminhão.

O cidadão hoje está vivendo com qual perspectiva? O que é o ajuste fiscal proposto pelo atual Ministro da Fazenda com o aval da Presidente da República? O ajuste fiscal significa desemprego, aumento de impostos, diminuição da renda das pessoas neste momento. Então, a crise será cada vez maior.

Quero alertar – e que isto fique nos *Anais do Senado Federal* – para o fato de que nós vamos avaliar esse quadro econômico no mês de outubro. Aí, sim, o momento será quase de pico dessa crise, com desemprego, com situação de inadimplência, com recuo de investimentos em todos os setores da economia brasileira. E aí nós vamos ver o que é ter de pagar por 12 anos de demagogia e de populismo neste País!

Sr. Presidente, o populismo é algo que tem de ser muito bem discutido por nós nesta Casa. A democracia como forma de governo, com a Constituição republicana, com o respeito às instituições, esta, sim, deve ser elogiada e cada vez mais fomentada por nós. Mas governantes como os do Governo do PT se utilizam da Presidência da República para aparelhar os outros Poderes, para interferir na gestão dos outros Poderes, para manietar os outros Poderes, e isso caracteriza o populismo. E o populismo não deu certo nem vai dar certo em nenhum lugar do mundo. Vejamos a Venezuela, vejamos a Bolívia, vejamos a Argentina! O Brasil já chegou lá? Em alguns momentos, sim, Sr. Presidente. Sabe por quê? Nós assistimos a uma campanha em que diziam que nós não teríamos crise, que o preço do combustível seria o mesmo, que o preço da energia elétrica seria o mesmo, que o transporte urbano não teria problema algum.

O que foi cobrado por nós quando aqui esteve o Ministro do Planejamento, Nelson Barbosa? "Mas o senhor, Ministro, elaborou a medida provisória que desonerava a folha de pagamento no País. O senhor é o mesmo que, depois de seis meses, vem a esta Casa e diz que, agora, não pode mais haver desoneração? O atual Ministro da Fazenda disse que esse foi um erro grosseiro. Mas V. Ex^a é um especialista! Como é que V. Ex^a pratica um erro grosseiro?" Não há respostas. Calam-se.

Quer dizer, usaram a política econômica como base de uma campanha eleitoral, enganando, mentindo, iludindo a população brasileira e levando-a a votar no Governo! Quantos eleitores nós encontramos que diziam: "Por que vou votar contra o Governo se eles estão sinalizando um céu de brigadeiro, uma vida tranquila, uma estrada pavimentada?" E, de repente, o povo se encontra em outra realidade, em outro momento.

Também chegam aqui dados que, a cada hora, nos estarrecem mais. Primeiro, vimos o escândalo da corrupção na Petrobras, algo inimaginável! O Senador que me antecedeu disse: "Olha, é um absurdo dizer que a Petrobras está quebrada, que ela está fragilizada." Ela está triturada, nobre colega, moída, desmoralizada, desacreditada por um Governo que se dizia defensor da Petrobras e que se utilizou dela como ferramenta de campanha eleitoral, para enriquecimento ilícito e para irrigar contas de campanhas eleitorais no País.

Hoje, a Petrobras já pensa em vender a patente BR de postos. A Petrobras já vendeu todos os ativos na África e na América Latina. A Petrobras está também colocando à disposição a Transpetro. A Petrobras, hoje, está colocando tudo à venda, para ver se tem como sustentar as dívidas que contraiu, porque as empresas privadas no Brasil estão quebrando, por falta de repasse.

Essa é a realidade que nós estamos vivendo. Não venha aqui acobertar essa situação dramática e dizer, amanhã, que existiu um Bolsa Família, ou o Prouni, ou o Fies, que não existe mais. Não. Vamos atacar o problema no cerne, naquilo que está acontecendo.

Nós assistimos, esta semana, ao escândalo do fundo de pensão dos Correios. Milhares de funcionários dos Correios, hoje, estão sendo obrigados a ter que arcar com 25% do seu salário para poder recompor o fundo dos Correios.

Sr. Presidente, V. Ex^as sabem em que fundo os Correios aplicaram seu dinheiro? No Eike Batista, nos títulos da Venezuela e nos títulos da Argentina. Sr. Presidente, realmente, como é que, aplicando no Eike Batista, nos títulos da Venezuela e nos títulos da Argentina, esse fundo não vai quebrar? É diferente do da Petros? É diferente da Funcionários da Caixa Econômica Federal? Não. É diferente do BNDES? Senador Reguffe, é a mesma situação.

O que está ocorrendo hoje? Se o Governo está falando em crise, por que ele não sai das empresas? Por que utiliza o capital para poder sustentar os campeões, tipo Eike Batista, tipo Sete Brasil, que vai ser agora a maior tecnologia em sondas de perfuração, de bilhões de reais do BNDES? Em JBS, para se transformar na maior empresa de proteína do mundo? Esta, de uma hora para outra, transformou-se na maior empresa financiadora das campanhas eleitorais, em torno de 370. Alguns falam em meio bilhão de reais para as campanhas eleitorais. Em vez de dividir o lucro com os acionistas, jogou em campanhas eleitorais.

Passo a palavra ao nobre colega Senador Reguffe.

O Sr. Reguffe (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Senador Ronaldo Caiado, quero, primeiro, parabenizar V. Ex^a pelo pronunciamento e dizer que nós estamos vivendo neste País uma crise totalmente sem precedentes, um grande escândalo de corrupção. Aliado a esse grande escândalo de corrupção, uma crise econômica que parece que não está sendo tratada pelo Governo com a seriedade que deveria. O Governo insiste em ajuste fiscal, atacando apenas a receita, tentando aumentar a alíquota de impostos, pensando em criar impostos quando deveria reduzir as suas despesas, qualificar melhor os seus gastos, preocupar-se em ser mais eficiente. Nós temos ministérios em excesso, cargos comissionados em excessos neste País. Então, na minha concepção, enquanto não for atacada a questão da despesa, nós vamos ter o gasto corrente deste País sempre explodindo, e isso dá reflexo na inflação. Nós tivemos, no último mês de fevereiro, o IPCA acumulado dos últimos doze meses de 7,7%, superior ao teto da meta, que é 6,5%. Ou seja, nós temos um regime de metas de inflação fictício neste País, porque o Governo não o segue. Metas de inflação só para falar que é o nome do sistema, mas não é esse, porque, se é meta de inflação com 4,5%, então o Governo tem que reconhecer que falhou durante todos os seus anos, porque em nenhum momento a inflação neste País foi 4,5%. Sempre beirou o teto da meta. Agora, explodiu o teto da meta. E pior: estes 7,7% foram do mês de fevereiro, porque qualquer entendedor básico de economia sabe que, se o dólar subir, num ponto futuro haverá impacto na inflação. E o dólar, agora, chegou a R\$3,20, quando estava, no ano passado, a R\$2,25. Portanto, isso vai ter um impacto na inflação mais na frente. Quero aqui também parabenizar V. Ex^a por recolher assinaturas para a CPI do BNDES.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Obrigado.

O Sr. Reguffe (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu a assinei. Inclusive, quero saber de V. Ex^a como estão as assinaturas. Eu vi, ontem, que faltavam duas para a instalação desta Comissão Parlamentar de Inquérito. É importante que isso seja investigado pelo Parlamento não só para punir culpados, não. Também para inocentar e para investigar a fundo tudo o que está ocorrendo no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, porque a política do BNDES, hoje, também é uma política com a qual eu não concordo. O BNDES pensa em colocar 20 bilhões num projeto de trem-bala, por exemplo. Com aqueles 20 bilhões, quantos microempreendedores neste País poderiam ser estimulados, com R\$100 mil cada um, e poderiam ser gerados muitos microempreendimentos neste País. Quantos empreendedores poderiam estar empreendendo, gerando emprego, movimentando a economia. E o BNDES, não. Prefere atender com empréstimos a grandes empresários, com suspeitas de influências político-partidárias, sem seguir critérios técnicos. Aquele dinheiro é do contribuinte. Cabe ao poder fiscalizador, que é o Poder Legislativo, cumprir com o seu papel. Então, eu queria saber como está o recolhimento das assinaturas. A minha está lá. Mesmo não sendo essa a orientação do meu Partido, eu assinei a CPI do BNDES. O Senador Lasier está aqui do lado dizendo que também assinou o pedido de instalação da CPI.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – É verdade.

O Sr. Reguffe (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu queria saber como está o recolhimento das assinaturas e parabenizar V. Ex^a por este pronunciamento. Este País vive, sem dúvida nenhuma, uma crise política profunda, mas, mais do que isso, uma crise política acompanhada de uma crise econômica que o Governo não está tratando como deveria. Na vida real, a população sente nas ruas uma inflação crescente. A pessoa vai comprar algo e já não sabe se o preço é o mesmo da semana passada. Essa é a vida real das pessoas. Esse não é um discurso político. Eu tento ser sereno e equilibrado nas minhas ponderações. Quando há algo a elogiar, eu elogio; quando há algo a criticar, eu critico. O Governo precisa tratar com mais seriedade este momento em que o País vive.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Muito obrigado.

Eu quero não só incluir no meu pronunciamento o aparte do Senador Reguffe, mas dizer que essa manipulação não é só do teto da meta, mas também da inflação e da taxa de juros Selic. Até dois dias após as eleições, no segundo turno, o Governo brasileiro manteve a taxa de 11%. Dali, aí, sim, o Banco Central tomou conhecimento de que já não era mais aquela a realidade e já aumentou para 12,75%.

Isso mostra toda a máquina do Governo. O Banco Central não tem mais autonomia alguma. Passou a ser uma estrutura acessória de uma campanha eleitoral. Isso é que é deprimente. Nós tivemos a oportunidade de dizer isso ao próprio Presidente do Banco Central, Tombini, e isso mostra a desconfiança da sociedade diante desses fatos.

Mas, para completar, quero dizer que as assinaturas já chegaram realmente ao número necessário. Estamos coletando outras assinaturas de colegas que chegarão na segunda-feira e que pediram um tempo para que possam assinar também, a fim de que façamos a entrega à Secretaria da Mesa.

Mas quero chamar a atenção para um fato, Senador Cássio, como Líder do PSDB que V. Ex^a é e que representa com muita competência.

O Ministro Chioro veio ao Senado Federal participar de uma reunião da Mesa, dizendo que a oposição está ameaçando acabar com o Programa Mais Médicos.

(Soa a campainha.)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Veja bem a que ponto nós chegamos! Quer dizer, quando o cidadão é pego praticando fraude, quando ele não tem explicação diante dos fatos... E não foi nem eu, Senador Caiado, nem o Senador Cássio que denunciamos. Foi a própria TV Bandeirantes que mostrou a fraude de espiões cubanos que não são médicos e que foram credenciados como médicos.

O assunto foi fraudado dentro do Ministério da Saúde para desrespeitar as normas, para fazer com que o contrato atendesse Cuba, e a ditadura cubana recebesse R\$1,4 bilhão, enquanto os médicos cubanos recebem R\$170 milhões, ou seja, 1/10 do valor. No momento em que está lá...

(Interrupção do som.)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Na hora da elaboração do contrato, a representante da Opas, no Ministério da Saúde, dirige-se ao Itamaraty e diz: "Não vamos dar conhecimento a eles desse assunto. Já falamos com o Marco Aurélio Garcia. Ele é quem decide. Esse assunto só vai complicar e trazer entraves para nós."

Trata o Chanceler, Ministro das Relações Exteriores, o Ministro Patriota, pelo apelido, "Cabelinho", ironicamente. Isso dentro do Ministério da Saúde, Senador Cássio, dentro do Ministério, Senador. V. Ex^a assistiu ao vídeo!

Quer dizer, a fraude está instalada no Governo. O Governo instalou, institucionalizou a corrupção dentro da máquina. A Presidente diz "é uma senhora idosa". Não. É uma jovem de 12 anos, porque a corrupção existe secularmente, mas institucionalizada como plano de Governo, programa de Governo, isso ocorreu exatamente no Governo Lula e continuado pela Presidente Dilma.

Agora, institucionalizou-se o crime, ou seja, o cidadão é espião! Ele chega ao Brasil com a credencial de médico e recebe a identidade de médico, e vem aqui para patrulhar os médicos que vieram trabalhar. Esse é o ponto e nós estamos pedindo esclarecimento. E o Ministro Chioro chega, aqui, naquela tese, como se nós estivéssemos tentando dificultar o problema da saúde. Não!

(Soa a campainha.)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Ele não teve coragem de defender os 10% da receita corrente bruta na hora em que nós lutamos em apoio a um projeto de origem popular, de iniciativa popular.

Vou finalizar, Sr. Presidente. Obrigado pela tolerância de V. Ex^a.

O Sr. Cássio Cunha Lima (Bloco Oposição/PSDB – PB) – Senador Caiado, peço-lhe um aparte antes da conclusão da sua fala.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Pois não, Senador Cássio.

O Sr. Cássio Cunha Lima (Bloco Oposição/PSDB – PB) – É apenas para trazer um elemento que se soma a tudo que V. Ex^a vem afirmando da tribuna, não apenas neste instante, mas ao longo da sua atuação como Parlamentar, não apenas agora, no Senado, mas já anteriormente na Câmara, e com que o Senador Reguffe acaba também de contribuir. Como se não bastassem essa crise ética, com todos os escândalos de corrupção, a crise política e a crise econômica, com a recessão que foi criada pelo próprio Governo, o Brasil, hoje, através do seu Governo Federal, o Governo da Presidente Dilma Rousseff, do PT, tem uma crise que é, talvez, a mais difícil de ser superada, que é uma crise de credibilidade.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Perfeitamente.

O Sr. Cássio Cunha Lima (Bloco Oposição/PSDB – PB) – Falta, por completo, credibilidade no Governo para enfrentar os desafios do Brasil. Então, como se não bastassem todas as dificuldades, essa falta de credibilidade leva à população um sentimento de desesperança. Eu já disse outras vezes e vou repetir, de forma constrangedora – não é com alegria, muito menos com satisfação que eu faço essa afirmação –, que o fato é que a Presidente da República mentiu para o povo brasileiro. É terrível para um Senador, ou mesmo um cidadão médio, advogado, um trabalhador rural, um engenheiro, um pedreiro, para qualquer pessoa é extremamente constrangedor dizer que a Presidente da República mentiu, mas mentiu mesmo! Mais recentemente, ontem, no plenário deste Senado, uma outra mentira da Presidente da República: no ano passado, através de seus líderes, garantiu que o processo de renegociação da dívida dos Estados seria votado. Pediu que fizéssemos isso após as eleições, para que não houvesse impacto na avaliação de risco, para que o País não tivesse ameaçado o chamado grau de investimento pelas agências internacionais. De forma responsável, o Senado atendeu o apelo do Governo: votou a matéria após as eleições em função do compromisso que foi firmado de que a ma-

téria seria aprovada e, consequentemente, regulamentada. Pois bem, a regulamentação não veio. A Câmara dos Deputados, no uso de suas atribuições, fez a regulamentação e, aí, vem o Governo, em alvoroço, tentando corrigir mais um descompromisso firmado pela Presidente da República. E o que falta é exatamente isto: credibilidade. Foi ela que foi à televisão para dizer: "A conta de luz vai baixar 18%." Vai é subir 70%! As pessoas estão recebendo as contas mês a mês, e as contas de energia, as contas de luz, não param de crescer. É o aumento de impostos, de outras tarifas, aumento de combustível... Como bem lembrou o Senador Reguffe, o Governo não faz seu dever de casa, não dá o menor exemplo, continua com uma estrutura inchada, com milhares e milhares de cargos comissionados, dezenas de ministérios, mas quer que o contribuinte pague mais impostos para continuar financiando um Estado que está aparelhado. Infelizmente, o que se percebe é que não existe mais um projeto de País, existe apenas um projeto de poder com todos os desvios, com todos os desmandos. Infelizmente, essa prática de corrupção passou a ser um *modus operandi*, é um modo de governar o Brasil.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Exatamente.

O Sr. Cássio Cunha Lima (Bloco Oposição/PSDB – PB) – Corrupção sempre houve, nós sabemos disso. Desde que o mundo é mundo, desde que existe a humanidade, a corrupção existe, mas não como uma forma de governar.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – Exatamente.

O Sr. Cássio Cunha Lima (Bloco Oposição/PSDB – PB) – É um estilo de governo para manter um projeto de poder.

(Soa a campainha.)

O Sr. Cássio Cunha Lima (Bloco Oposição/PSDB – PB) – E é isto o que a sociedade está dizendo: basta, chega! E é este o nosso papel: V. Ex^a, como Líder do Democratas, eu, como Líder do PSDB, sendo sempre vozes somadas a tantas outras vozes em defesa das pessoas que não aguentam mais um governo perdulário, incompetente e incapaz, que já não presta serviços com qualidade mínima na saúde, na educação, e permite o caos na segurança pública e no transporte. Vejam o Programa Minha Casa Minha Vida, que recebia nosso elogio: foi desarticulado. O programa Minha Casa Melhor foi extinto. Há problemas no Fies, no Ciência sem Fronteiras, no Pronatec. É o caos absoluto gerado pelo Governo que quebrou o Brasil.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – É verdade.

O Sr. Cássio Cunha Lima (Bloco Oposição/PSDB – PB) – Quero me congratular com V. Ex^a. Além de todas essas crises que foram por V. Ex^a enumeradas neste pronunciamento que chega ao final, eu incluiria esta que talvez seja a maior delas, que é a crise de credibilidade.

(Interrupção no som.)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM – GO) – ... dizer que faço questão que toda a fala do Senador Cássio seja incluída também no meu pronunciamento. S. Ex^a didaticamente levantou pontos, mas se exige de nós nesta hora que possamos não só fazer o diagnóstico, mas mostrar alternativas para a população brasileira.

A conclusão que faço vem com muita tranquilidade. Eu tive a coragem já de me pronunciar dizendo que estamos num regime presidencialista em que 77% dos avaliados consideram que a Presidente da República mentiu para o País para se reeleger e apenas 10% acreditam que ela poderá superar a situação de crise ou confiam nela. Diante de um quadro como esse, é fundamental deixar claro que a figura da Presidente não tem como propor mais sofrimento. É aquilo que os Senadores que me antecederam e que me apartearam aqui disseram, propuseram: o aumento da carga tributária não pode vir sem que se diminuam aquelas benesses e concessões que o Governo dá a ele e a quem o serve.

Por isso, eu não enxergo outra maneira: se a Presidente da República está vestida na condição de Presidente, se tem uma visão republicana de Governo acima do seu Partido, visando a população brasileira, o País como um todo, a atitude que ela deveria ter neste momento seria exatamente chamar as lideranças de todos os segmentos da sociedade, como também as Lideranças do Congresso Nacional e, diante do quadro de in-governabilidade instalado, ter a altivez de se comportar acima da pessoa física e partidária do PT, pensar na Nação e declarar a renúncia a seu cargo. Nessa hora, que a sociedade brasileira possa ter a oportunidade de ser novamente consultada, sem a maquiagem dos fatos, mas com a realidade da dificuldade que vamos enfrentar, para que quem vai governar o Brasil possa, aí sim, promover as mudanças substantivas que a sociedade brasileira espera de todos nós.

É essa a conclusão final a que chego nesta hora. Do contrário, nós estaremos adiando um problema que cada vez mais vai se agravar. E nós veremos isso nas ruas, no próximo dia 12 de abril, quando serão milhões a mais do que foram no dia 15 de março.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era o que tinha a dizer.

Durante o discurso do Sr. Ronaldo Caiado, o Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Elmano Férrer, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB – PI) – Agradeço as palavras de V. Ex^a ao tempo em que convido o Senador Lasier Martins, do PDT do Rio Grande do Sul, para usar da tribuna.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Elmano Férrer, Srs Senadoras, Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, inegavelmente estamos vivendo um clima de tempestade, tempestade econômica, mas não podemos perder as esperanças, desde que haja mudanças por parte de quem tem o poder de mudar, ou, se não puder ou não conseguir, até que haja a renúncia, como acabou de sugerir aqui o Senador Caiado.

A combinação rara e destruidora entre crises de várias espécies está acontecendo simultaneamente. Tudo sugere, efetivamente, que estamos entrando em clima de tempestade econômica muito grave no Brasil e sem alguém capaz de liderar o País e segurar o leme com a energia necessária. Talvez o alerta, mais uma vez, possa ajudar, pela conscientização e pelo repetido e incansável chamamento à Presidente da República.

Em primeiro lugar, a crise do Petrolão, que assombra o Governo Federal e cujos desdobramentos ainda são de todo incertos.

Em segundo lugar, a incapacidade de gestão da Administração Pública, que ora presenciamos no âmbito do Governo Federal, com seus vários programas fazendo água e produzindo resultados muito aquém do esperado.

Em terceiro lugar, a incapacidade de a Presidente dialogar com o Congresso.

Em quarto lugar, por fim, os repetidos equívocos cometidos na condução da política econômica.

Em parte significativa, é claro, os problemas se originam de modo desastrado com a economia brasileira conduzida nos últimos anos. E pior: não sabemos se o Governo Federal terá energia e, sobretudo, capacidade suficiente para nos tirar deste mar de problemas.

No entanto, talvez já possamos extrair uma primeira lição: a ciência econômica não é o campo mais propício para a experimentação.

Sr. Presidente, na virada do século e mesmo durante alguns anos da década passada, havia-se chegado a um ponto em que um mínimo comum se mostrava na base da estabilidade econômica: inflação baixa, taxas de câmbio flutuantes e controle rígido das contas públicas. Evidentemente, isso não seria o fim do processo de desenvolvimento. Muito pelo contrário. A partir desses três elementos mínimos, estabelecia-se uma base, uma fundação elementar a partir da qual seria possível se construir um país.

No entanto, Srs. e Srs Parlamentares, a crise internacional de 2008 nos trouxe problemas, sendo que o principal não foi o impacto sofrido pela recessão econômica nos Estados Unidos e Europa. O principal foi que a nossa percepção da realidade se viu nublada. O conhecimento a respeito de nossa vida econômica, adquirido a duras penas desde o Plano Real, foi substituído por nova concepção, gestada nos bancos acadêmicos, mas, lamentavelmente, sem o devido amparo nos fatos, na realidade.

Esse novo modelo fundava-se em novas bases: juros baixos, câmbio competitivo e consolidação fiscal amigável ao investimento. Este último, trocando em miúdos, se concretizou por meio do favorecimento no financiamento público de certas empresas, qualificadas como “campeões nacionais”, bem como pela concessão de benefícios fiscais para certos setores econômicos. Aí o BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – fez empréstimos e mais empréstimos, sem que saibamos propriamente dos resultados. Temos falado e ouvido muito: o BNDES tem sido uma caixa preta. Até por isso pedimos a vinda do presidente do BNDES à Comissão de Infraestrutura para nos informar sobre suas ações, assim como assinamos o requerimento do Senador Caiado para a vinda do presidente do BNDES a esta Casa.

Mas voltemos ao ponto principal.

Em tese, esse novo modelo seria capaz tanto de compensar os efeitos da crise internacional, quanto de induzir o crescimento econômico. Na prática, o resultado, no entanto, foi o oposto: hoje, as contas públicas estão debilitadas e, assim, há pouco espaço para manobras em caso de crise externa – que Deus nos livre! Ao mesmo tempo, o Estado brasileiro hoje dificilmente é capaz de implementar algum tipo de política indutora do crescimento.

Na realidade, o que temos visto é situação gravíssima. Como resultado dessa nova concepção, os indicadores econômicos que passo a discorrer apontam na direção negativa, Sr. Presidente.

O Relatório Focus, produzido pelo Banco Central, traz as expectativas dos atores de mercado. O relatório do último dia 20 de março, bem recente, traz sinais de medo. Vejamos.

Para o mercado, a expectativa é que o IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo – fique em 8,12% em 2015, muito acima do centro da meta de inflação, que era de 4,5%.

Outros índices de inflação são também muito pessimistas. O IGP-DI é estimado, em 2015, em 6,28%; o IGPM, em 6,10%; o IPC-Fipe, em 7,57%.

Para o câmbio, o quadro também é ruim. É estimado que o dólar, no fim do ano, esteja em R\$3,15. Há poucas semanas, o mercado imaginava que estaria em R\$2,90.

Em relação ao PIB, Sr. Presidente, o Produto Interno Bruto, o mercado prevê em 2015 queda de 0,83%. Há quatro semanas, imaginava-se que a queda seria de 0,50%.

O mercado prevê que a produção industrial, da qual tanto dependemos, despencará, em 2015, 2,19%. Há quatro semanas, no entanto, o mercado estimava a queda em 0,35%. Agora a previsão é de 2,19%, repita-se.

A balança de transações correntes do País também se mostra desfavorável. Em 2015, a diferença entre o que País gastará e o que receberá nas transações internacionais relativas a comércio, serviços, rendas e transferências deverá apresentar um déficit de R\$ 79,8 bilhões.

O mercado, Sr. Presidente, vê o futuro de modo sombrio.

A situação é vista negativamente também pelos analistas internacionais.

A OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) prevê contração de 0,5% na economia brasileira este ano. A entidade observa, ainda, que as perspectivas de crescimento de médio prazo pioraram, desde novembro de 2014, nos países exportadores de produtos primários, o que é o caso do Brasil.

Mas vejamos outros dados, agora referentes ao presente. Em relação ao emprego, Sr. Presidente, que tanto nos preocupa. Em relação ao emprego, 2015 viu o pior janeiro desde 2009. E não é só. Neste ano, tivemos o pior mês de fevereiro desde 1999. São dados oficiais do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, do Ministério do Trabalho. São dados oficiais.

No ano – este ano, de pouca duração ainda –, o saldo é de 80.732 postos de trabalho fechados. Levando-se em conta o que se verifica no nível das atividades econômicas, a previsão para os próximos meses é muito pessimista. Devem-se verificar mais demissões e menos contratações.

Na balança comercial, o déficit registrado foi de US\$24 milhões, na segunda semana de março. Neste mês, o déficit é de US\$74 milhões. E no ano, Sr. Presidente, que previsão decepcionante, o déficit para este ano é previsto em US\$6 bilhões!

Em relação ao Orçamento, é possível, desde já, afirmar que ele não será cumprido. Isso já sabíamos. Ele foi aprovado com a expectativa de que haveria alta no PIB de 0,77% e inflação de 6,49%, o que, evidentemente, não acontecerá, nem que a vaca tussa, para usar a expressão que voltou à moda. E a vaca, Sr. Presidente, vem tossindo muito. É uma tosse crônica a que estamos assistindo.

Em termos de contas públicas, existem também algumas armadilhas preparadas para o futuro. O ano de 2014 terminou com déficit primário de R\$32,5 bilhões, quando a meta era, como se ouviu tantas vezes, de superávit de R\$99 bilhões.

Ao mesmo tempo, o Estado brasileiro espreme o contribuinte. O nosso País tem a mais pesada carga tributária da América Latina e é superior, inclusive, à de vários países ricos. O nosso País, hoje, tem uma carga tributária de 35,7%.

Existe, pois, pouca margem para aumento de tributos. A despeito disso, veem-se, assustadoramente, nos jornais rumores de propostas para taxar dividendos e investimentos como as LCI (Letras de Crédito Imobiliário) e LCA (Letras de Crédito do Agronegócio). Então, lá vai o Governo querendo espremer ainda mais, até a última gota, o bolso do contribuinte.

Adicionalmente, houve reajuste de tarifas de energia elétrica e dos preços dos combustíveis, que acabaram por fornecer, isto sim, energia para a inflação.

As empresas, é bom enfatizar, estão sem condições financeiras e confiança para investir. O índice de Confiança do Empresário Industrial, medido pela Confederação Nacional da Indústria, caiu, em fevereiro deste ano, para o menor nível desde 1999, quando foi criado.

Então, Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, o primeiro Governo Dilma se encerrou como o segundo pior crescimento da história republicana, superior apenas, vejam bem, ao do governo de Floriano Peixoto, entre 1891 e 1894. Esta é a realidade que estamos vivendo.

Sr. Presidente, por isso comecei dizendo que o cenário é inevitavelmente de tempestade econômica. É nosso dever, é claro, fazer um alerta, apelar para o bom senso, apelar para a razão, esperando que a Presidente da República tenha a humildade de reconhecer os erros, de declarar que as experiências feitas em seu primeiro mandato foram equivocadas.

Isso, é claro, não basta. A Presidente precisa ir além, dar o exemplo, reduzir os gastos do seu Governo, como também precisa dialogar com o Congresso, buscar soluções. É preciso, enfim, que ela faça o que não fez até agora, ou seja, governar. Afinal, o Brasil é muito grande, tem muitas riquezas e, sobretudo, um grande povo,

trabalhador, desejoso de ter orgulho do seu País, e que possamos transformá-lo na Nação poderosa e próspera que merecemos é o nosso grande sonho.

Era o que tinha a dizer.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB – PI) – Agradeço as palavras do Senador Lávier Martins, ao tempo em que convidou o Senador Reguffe, do PDT do Distrito Federal, para assumir a tribuna desta Casa.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Sras e Srs. Parlamentares, eu venho falar aqui sobre uma questão que é muito importante para o Poder Legislativo, que é o direito do consumidor neste País. O consumidor neste País vem sofrendo repetidos abusos nas mais diversas áreas. Nós temos uma legislação de defesa do consumidor, que é o Código de Defesa do Consumidor, que precisa ser aperfeiçoada, que precisa ser aprimorada, e cabe ao Poder Legislativo fazê-lo.

Eu atuei, nos últimos quatro anos, na Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados. Agora estou fazendo parte da Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor aqui no Senado. E penso que nós precisamos ter, neste País, uma legislação melhor para o consumidor. O consumidor hoje, em muitos casos, está completamente desprotegido. Em muitos casos, ele até está protegido, mas a burocracia para ele entrar na Justiça e pedir o seu direito é tanta que ele desiste no meio do caminho. Então, nós temos que melhorar a nossa legislação. Isso, nas mais diversas áreas: com relação a bancos, planos de saúde, telefônicas. Estão aí as estatísticas de reclamações no Procon, para dizer que hoje a coisa não está indo bem.

Sr. Presidente, apresentei um projeto nesta Casa, o PLS nº 101, de 2015, que versa sobre a questão das empresas aéreas, dos atrasos, que são recorrentes, nos voos neste País. Eu pediria agilidade na tramitação. Se esta Casa tem compromisso com o cidadão deste País, com o consumidor, eu gostaria que houvesse maior agilidade na tramitação desse projeto.

O que diz o projeto? Hoje, se a empresa comete um atraso e o consumidor tem danos materiais, e até morais, ele tem que entrar na Justiça, tem que ter o trabalho de entrar na Justiça, demora para ser julgado, demora para conseguir um resultado. Meu projeto é muito simples, Sr. Presidente: ele determina que, com a exceção de questões de tempo, de questões meteorológicas, se o voo atrasar, se a companhia aérea atrasar aquele voo em mais de duas horas, a empresa aérea terá que pagar, em até 30 dias, 10% do preço da passagem para o consumidor, a título de indenização, independentemente de o consumidor entrar ou não na Justiça. Ele dá o número da conta e a companhia aérea tem que fazer o depósito em até 30 dias. Se o voo atrasar mais de quatro horas, 20%; mais de oito horas, 50%; e mais de doze horas, 100%.

Portanto, o consumidor vai ter o dinheiro de volta e vai voar gratuitamente. Isso sem contar o que já existe na legislação, de a companhia aérea ter que dar ao consumidor alimentação ou hospedagem. Isso sem contar, também, se o dano for maior ao consumidor, o consumidor ainda tem a possibilidade de entrar na Justiça e pedir uma indenização maior. Entretanto, ele já tem isto garantido: se a companhia aérea atrasar duas horas, ele tem direito a 10% de indenização do preço da passagem que pagou; mais de quatro horas, 20%; mais de oito horas, 50%; mais de doze horas, 100%. Para não precisar o consumidor ir à Justiça e buscar o seu direito, cabe à companhia aérea indenizar o passageiro.

Isso é importante para nós aprimorarmos o transporte civil aéreo neste País, para garantir ao consumidor um direito. Porque as pessoas só sentem quando sentem na carne. As companhias aéreas, hoje, transformam os passageiros em gado nos aeroportos, atrasam os vôos e não explicam por que, tratam aquilo como se fosse algo absolutamente normal e natural, e parece que o consumidor é que está errado.

Então, cabe a nós, como legisladores, criar aqui uma legislação que proteja o consumidor deste País, uma legislação equilibrada, racional, mas que proteja o consumidor, que hoje não está protegido, Sr. Presidente.

Além de esta Casa instalar CPIs investigar escândalos de corrupção – o que cabe ao Poder Legislativo, que é um poder fiscalizador –, esta Casa também tem o dever, como Poder Legislativo, de criar uma legislação melhor em relação a vários temas, entre eles a defesa do consumidor, que é um tema de que o Poder Legislativo nunca tratou de forma adequada.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB – PI) – Agradeço as palavras de V. Ex^a, ao tempo em que convidou o Senador Paim, do PT do Rio Grande do Sul, para ocupar a tribuna desta Casa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente desta sessão, pode ter certeza absoluta de que é uma alegria poder falar na tribuna do Senado, nesta quinta-feira à tarde, sob a Presidência de V. Ex^a.

V. Ex^a, Senador Elmano, tem uma história de vida reconhecida por todos nós, e de muita luta. Somente por isso V. Ex^a foi conduzido a esta Casa, como Senador da República. Parabéns à sua história, à sua vida. Pode ter certeza de que estou muito tranquilo ao falar sobre o tema que aqui falarei, sob a Presidência de V. Ex^a.

Primeiro, Senador, eu queria informar à Casa que, nesta segunda-feira, teremos, na CDH, Comissão de Direitos Humanos, uma audiência pública para discutir a violência no trânsito e a importância do uso da bicicleta e os acidentes que estão ocorrendo, em grande quantidade, com moto e bicicleta.

Na terça-feira, também, Sr. Presidente, por iniciativa do Senador João Capiberibe, teremos um debate sobre os 50 anos do Golpe Militar de 64.

É uma data que tem que ser lembrada para que nunca mais aconteça, na linha de que a democracia tem de ser cada vez mais fortalecida, por tudo que representa para o interesse da liberdade, da justiça e para todo o povo brasileiro.

Mas, Sr. Presidente, além desses avisos, quero falar de um tema que me é muito caro e que é muito forte. Eu desde menino lembrava – eu, quando vinha para cá – que as pessoas me diziam: "Pode escrever aí que o ouro do futuro, com mais valor do que o próprio petróleo, é a água."

Por isso, me debruço hoje, da tribuna do Senado da República – eu que venho aqui para falar de tantos temas, que presido a Comissão de Direitos Humanos –, sobre o tema "a água na visão dos direitos humanos".

Sr. Presidente, agora, no dia 22 de março, foi lembrado, em todo o mundo, o Dia Internacional da Água.

A água, a necessidade de água, a escassez de água, a luta pela água e o respeito e o cuidado que toda a humanidade tem de ter com a água, é sobre isso que vou falar, Sr. Presidente.

A própria Revista *Em Discussão!* abordou esse tema em dezembro último. Nela consta que:

O primeiro relato sobre o Brasil de que se tem notícia, a Carta de Pero Vaz de Caminha ao Rei D. Manuel, já traz o registro sobre a abundância da água em terras brasileiras.

Na Bahia, com uma pequena mostra, o autor da carta – espécie de certidão de nascimento do País – antecipava que nestas terras brasileiras havia fartura de um dos bens mais importantes para a vida do planeta. [Lá na carta de Pero Vaz de Caminha.]

Meu querido Senador, a água – e sei que V. Ex^a sabe, Senador Elmano – é o recurso natural mais presente em nossas vidas. Sem água não há vida. Ela faz parte do dia a dia de mais de sete bilhões de pessoas que habitam o nosso planeta Terra.

Ela não apenas mata a nossa sede, mas faz parte dos alimentos, está nas roupas, nos carros, nos aparelhos eletrônicos, como o tablet, por exemplo. Podem ter certeza, muita água foi usada para a fabricação da história e de tudo que há no Planeta.

Mas esse recurso fundamental para a sobrevivência dos seres humanos, enfim, de todos os seres vivos, vem enfrentando uma séria crise no seu abastecimento.

Estima-se que cerca de 40% da população global viva hoje sob a situação de estresse hídrico. Alguns estudiosos preveem que a água será a causa principal de conflitos, de guerra entre as nações.

Se olharmos os números apresentados pela ONU (Organização das Nações Unidas), veremos que controlar o uso da água significa deter o poder.

Por que isso? Porque a escassez de água, no mundo, está ligada ou é agravada pela desigualdade social e pela falta de manejo e uso sustentável desse tão importante recurso natural.

As diferenças registradas entre os países desenvolvidos e aqueles que estão em desenvolvimento chocam e evidenciam esse conflito. Nos países do continente africano, existem regiões onde a situação da falta de água já atinge índices críticos de disponibilidade. Lá a média do consumo de água, por pessoa, é de 19 metros cúbicos por dia ou de 10 a 15 litros por pessoa. Se olharmos para Nova York, no entanto, um cidadão chega a gastar 2 mil litros por dia. Vejam, na África, o consumo é de 10 a 15 litros por dia; em Nova York, 2 mil litros por dia.

Segundo a Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância), menos da metade da população mundial tem acesso à água potável. Menos da metade! Eu falava aqui em 7 bilhões, então, menos de 3,5 bilhões têm acesso à água potável; 1,8 bilhão de pessoas, 43% da população mundial, não contam sequer com serviços básicos de saneamento.

Isso nos coloca, Sr. Presidente, Senador Elmano, diante de uma triste realidade retratada pela Unicef: em todo o mundo, aproximadamente 2 mil crianças com menos de cinco anos morrem, 2 mil crianças com menos de cinco anos morrem – diariamente – devido a doenças diarreicas e cerca de 1.800 dessas mortes estão ligadas à água, ao saneamento e à higiene.

O Conselho Mundial da Água classificou o Brasil em 50º lugar em um ranking de saúde hídrica que analisou 147 países. Os critérios foram quantidade de água doce por habitante, parcela da população com água

limpa e esgoto tratado, desperdício de água doméstica, industrial e agrícola, poluição da água e preservação ambiental. Em primeiro lugar está a Finlândia e, em último, o Haiti.

Sr. Presidente, a água tornou-se um grande desafio para a humanidade e nós todos temos que nos debruçar sobre este tema. A escassez de água cruza fronteiras, afeta a economia não só do Brasil, mas afeta a economia mundial. São quatro as modalidades de consumo de água: agricultura, produção energética, atividade industrial e, principalmente, o abastecimento humano.

O crescimento constante da população mundial exige mais alimentos e energia. As Nações Unidas preveem que em 2030 – 2030 – a sociedade vai necessitar de mais 35% alimentos do que hoje, 40% a mais de água do que hoje e 50% a mais de energia do que hoje. Em 2050, a demanda por alimentos e por energia crescerá 70% em relação a hoje, e 60%, respectivamente.

Ao mesmo tempo, a grande concentração de pessoas em cidades de todo o mundo ameaça mananciais como lagos, rios e lençóis freáticos. E a maior parte das águas residuais é devolvida para o ambiente sem tratamento, gerando dano para as pessoas e para o ecossistema.

Nós, brasileiros, que sempre nos consideramos dotados de bens e fontes inesgotáveis, como a água, vemos hoje algumas de nossas cidades, como São Paulo, por exemplo, já sofrendo a falta de água – nem vou falar aqui de outras cidades do Nordeste.

No ano passado, por exemplo, só como exemplo, o Brasil inteiro ficou alarmado diante da falta de água no Estado de São Paulo. Não havia água nas torneiras, nas casas, nos bares, nos banheiros, nos clubes.

Sr. Presidente, o próprio Presidente do Conselho Mundial da Água, Benedito Braga, pontuou que, infelizmente, a crise hídrica em São Paulo poderá ser ainda mais preocupante, em 2015, para o Sistema Cantareira.

O Conselho Mundial da Água, instituição que promove o Fórum Mundial da Água, tem o objetivo de estimular boas práticas de gestão de recursos hídricos no mundo. Neste sentido, vem alertando sobre a política de comunicação de educação quanto ao consumo consciente da água.

Na verdade, o Brasil tem grandes reservas hídricas ainda, mas, paralelamente, tem dificuldades significativas a vencer, como já foi citado: falta de tratamento da água utilizada, poluição dos mananciais, alteração no regime de chuvas e maior disponibilidade do recurso longe dos grandes aglomerados populacionais.

Agora vejamos a situação da nossa Amazônia. A grande bacia fluvial do Amazonas possui um quinto da disponibilidade mundial de água – estamos falando, claro, da água doce – e é recoberta pela maior floresta equatorial do mundo, correspondente a um terço das reservas florestais do Planeta – um terço das reservas florestais do Planeta!

Em meados do ano passado, aconteceu o III Encontro Pan-Amazônico, em Lima, no Peru, e o pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), Antonio Nobre, o primeiro a falar durante o evento, abordou os segredos da Floresta Amazônica e alertou sobre o perigo de seu desmatamento.

Quando perguntado pelo jornal *El País*: “Já estamos no ‘Dia depois de amanhã’ das mudanças climáticas?”. Ele disse: “Estamos em uma situação [...] [da maior gravidade]...”.

O Sr. Telmário Mota (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Senador Paim, permite-me um aparte?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Pois não, Senador Telmário, é sempre uma satisfação receber um aparte de V. Ex^a, que conhece esse tema, eu diria, como poucas pessoas aqui neste Congresso.

O Sr. Telmário Mota (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Primeiro, eu queria parabenizar V. Ex^a por trazer um tema tão importante para ser debatido no Senado, tão importante para o Brasil, e, especialmente, para o mundo. Vi V. Ex^a, ainda no contexto da sua fala, fazendo sua explanação e fazendo juízos de valores, colocou o Estado do Amazonas, ao qual pertenço, pois o Estado de Roraima faz parte do Estado.

A água do Amazonas com certeza não vai acabar, mas água potável pode acabar e em curto prazo. Então, tem pertinência a sua colocação. E veja, o País é tão imenso e contém sua complexidade que, ao tempo em que o Acre está saindo de sua grande cheia, talvez uma das maiores enchentes da sua história, Roraima, que era um Estado que sempre teve bem definida a questão do inverno, verão, e que nunca viveu secas profundas, hoje nós estamos, dos quinze Municípios do Estado, com oito deles já decretado estado de emergência pelo governo do Estado, e quatro deles já reconhecidos pelo Governo Federal. Estamos, inclusive, insistindo para que os outros quatro também sejam reconhecidos porque água potável já está fazendo falta nas vilas, nas fazendas, nas comunidades indígenas. Isso sem contar que a água para os animais, tanto graúdos quanto miúdos, hoje também está escassa. A sua preocupação é muito pertinente. É um alerta em tempo para que todos que têm responsabilidade com a coisa pública, que comandam a coisa pública, possam neste momento não só abrir os olhos, mas, principalmente, limpar os ouvidos para as suas colocações, que estão vindo em hora oportuna. E é um momento de alerta. Nós precisamos estar atentos porque aquilo que parecia... Como V. Ex^a colocou, que a Amazônia tem um quinto da água do mundo, a gente de repente imaginar uma terra daquelas... E a maioria das águas dali, Senador, é quase de águas minerais. Eu moro na área rural, por exemplo, não tenho

água tratada, moro a 30 quilômetros da sede, da área urbana, e ali temos água através de poços, amazônicos como são chamados. Mas é uma água que dá saudades, muito gostosa, muito saborosa, muito mineral, muito pura. Sem nenhuma dúvida, a sua preocupação é a minha preocupação. E eu quero parabenizá-lo por ter esta oportunidade de estar aparteando V. Ex^a no que diz respeito a um assunto tão importante para o Brasil e para o mundo. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Obrigado, Senador Telmário, que só enriquece o meu pronunciamento. V. Ex^a que conhece, como eu dizia, como ninguém a situação da Amazônia.

Com relação a essa situação de gravidade, vou ler o que diz um especialista na área. E nós comentamos a Amazônia, sim! Diz ele:

No desmatamento, que remove a capacidade de a floresta se manter, ela conseguiu se manter por milhões de anos, em condições adversas. Mas hoje sua capacidade está reduzida [está sem reagir]. Antes havia duas estações na Amazônia, a úmida e a mais úmida [hoje, já é diferente].

Um dos segredos por ele revelados, Sr. Presidente, é o de que as árvores da Amazônia são bombas – bombas positivas – que lançam no ar, Senador Telmário, mil litros de água por dia. Vida longa à Floresta Amazônica! Elas retiram a água do solo, a água evapora e é transferida para a atmosfera. A Floresta Amazônica inteira coloca 20 bilhões de toneladas de água na atmosfera a cada dia, o que é fundamental para as nossas vidas.

O Rio Amazonas, o mais volumoso do mundo, joga no Atlântico 17 bilhões de toneladas de água doce no mesmo intervalo de tempo.

O pesquisador Antonio Nobre pontuou: "A Amazônia é o pulmão, o fígado, o coração... É tudo! Essa bomba natural [do bem] da qual falei é um coração que pulsa constantemente... O melhor ar [do mundo] é o da Amazônia." Então, disseram para ele: "Apesar disso, continuamos, infelizmente, destruindo as florestas." E ele disse:

Se você chega com uma motosserra, com um trator ou com fogo, a Amazônia [a nossa querida Amazônia, a nossa querida floresta] não pode se defender [da agressão do homem]. As intervenções do homem podem ser benéficas [o homem pode agir de forma positiva], como na Medicina, mas também terríveis [ele pode fazer o mal], como a motosserra. Por isso, eu proponho um esforço de guerra. Seria uma concentração de forças para resolver um problema que ameaça tudo [o mundo]. Hoje, a ciência nos permite saber que a situação é gravíssima.

E o que eu proponho [diz ele] é lutar contra a ignorância, o principal motivo da destruição da Floresta Amazônica.

Muitas vezes, isso ocorre pela avareza do homem.

Vejamos ainda outro manancial deste nosso lindo e querido Brasil, o Aquífero Guarani, Presidente Collor e meu querido Senador Elmano. Esse imenso aquífero abrange partes dos territórios do Uruguai, da Argentina, do Paraguai e, principalmente, do Brasil, ocupando cerca de 1,2 milhão de quilômetros quadrados.

Pois bem, ele também precisa de proteção e de cuidado, pois, com o volume de águas de superfície em diminuição considerável, as reservas subterrâneas estão em boa parte também comprometidas, seja por contaminação oriunda dos esgotos, de pesticidas, de agrotóxicos utilizados na agricultura e do vinhoto, resíduo da destilação fracionada da cana-de-açúcar, ou mesmo pela falta de potabilidade.

Há estudos sobre o uso à exaustão desses recursos em regiões onde o aquífero tem uma distribuição totalmente ilegal, imoral e irregular. Desde 1998, pesquisadores da USP e outras entidades alertam para a exploração demasiada e sem critérios das águas subterrâneas, principalmente na área da agricultura.

Enfim, não posso finalizar, Sr. Presidente, sem deixar de repetir que acredito muito no processo da educação, na educação como fonte para essas mudanças. Repito que as escolas deveriam, desde os primeiros anos escolares, dar grande destaque à questão do meio ambiente. Sei que existem escolas que fazem isso. Sei que existem exemplos de crianças que chamam a atenção dos pais quanto a não jogar o lixo nas ruas, por exemplo, e também a não gastar água lavando calçadas e carros de forma totalmente desregulada, desordenada e absurda.

Em uma revista, li que "jogar o lixo na lixeira, um ato bastante simples [é simples, simples], é na verdade uma semente de dignidade." Eu concordo, todos nós deveríamos plantar mais sementes de dignidade em cada gesto a cada dia. Escolas, pais, filhos e sociedade interagindo farão com que alcancemos nosso objetivo de preservar e de salvar o Planeta.

O respeito à natureza, assim como o respeito às diferenças, é uma questão cultural. Nós precisamos investir cada vez mais na educação, na transformação de conceitos e de atitudes, pois, se não fizermos isso, estaremos negando a nossa própria vida, estaremos negando a nossa existência, estaremos nos negando a fazer a parte que nos cabe para melhorar a vida de todos.

Tudo ao nosso redor está conectado a nós mesmos. Água, ar, terra, alimento, animais e seres humanos estão todos conectados a uma única coisa, à conservação da vida, tudo em equilíbrio, num equilíbrio frágil, o que torna nossa responsabilidade cada vez maior.

Vou utilizar um exemplo dado pelo Secretário Executivo do Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Judiaí, Sr. Francisco Carlos Castro Lahóz, que disse que, se, numa cidade com 20 milhões de moradores, todos encertassem o banho em um minuto, já conseguiríamos o volume de um Cantareira inteiro. Minha gente, imaginem o volume de água que alcançaríamos se esse exemplo fosse seguido em todas as cidades do Brasil. Encurtar o banho em um minuto é algo que nós podemos fazer para transformar o nosso País e o Planeta num grande jardim que respeita a diferença.

Pois bem, que cada um faça sua escolha, ciente de que ela tem tudo a ver consigo mesmo e com o coletivo, porque, desde o início até o fim, nós fomos e seremos sempre uma unidade.

Sr. Presidente, esse é o meu pronunciamento sobre a importância da água. Eu queria que V. Ex^a o considerasse e que considerasse também este outro pronunciamento, que deixarei nos *Anais* da Casa, sobre o Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial, espelhado na luta de Nelson Mandela, lembrando o massacre que aconteceu em Johanesburgo, em Soweto, na África do Sul. A ONU lembra essa oportunidade, em que cerca de 300 jovens negros foram assassinados por que queriam o direito de ir e vir sem serem discriminados pela cor da pele.

Ligo o meu pronunciamento da água a uma forma de salvar o Planeta, mas entendo também que o combate a todo tipo de discriminação é uma forma de salvar o Planeta das grandes guerras.

Obrigado, Sr. Presidente, por tudo.

SEGUIM, NA ÍNTegra, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, 21 de março relembramos um evento de triste memória, mas de força libertadora sem par: o Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial. Criado pela Organização das Nações Unidas (ONU) tem como marco o Massacre de Sharpeville, ocorrido nessa mesma data, em 1960, em Joanesburgo, na África do Sul. Naquela ocasião, vinte mil pessoas protestavam pacificamente contra a Lei do Passe do regime de apartheid.

Ainda que conduzida em paz, a manifestação foi duramente reprimida pela polícia, matando 60 pessoas; e deixando outras 186 feridas.

Passaram-se, já, 55 anos desde o massacre de Sharpeville; outros 25 do fim do apartheid na África do Sul. Mas ainda persistem odiosas discriminações baseadas na etnia, na cor da pele, na origem das pessoas.

A discriminação por raça, Senhoras e Senhores, é uma das principais causas da busca de refúgio no mundo.

Desde 1951 existe o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, criado pela Assembleia Geral, para tratar dessa questão.

Para termos uma ideia, entre 1975 e 1997, o número de refugiados no mundo cresceu dez vezes, passando de 2,4 milhões para 22 milhões: eram pessoas que fugiam das guerras, intolerância e perseguições, sendo que a proporção chegou a ser de um refugiado para 115 pessoas da população mundial.

Nos dias atuais, de todos os refugiados no Brasil, 80% são de origem africana. Isso sem contar os refugiados negros de outras nacionalidades onde existem populações afrodescendentes, como é o caso da Colômbia que já responde por 10% da população refugiada no Brasil.

Em nosso País, decorridos 127 anos do fim oficial da escravidão da população negra, as desigualdades ainda persistem.

A exemplo do 8 de março, Dia Internacional da Mulher, esta é uma data para denúncia; e não para comemorações.

E por que um dia internacional? Pela mesma razão que, desde antes de 1500, os europeus iniciaram o movimento de forçar os africanos a deixarem suas terras, para a mais hedionda forma de mercantilização a transformação de seres humanos em bens comercializáveis, colocados à disposição de outros senhores, para os trabalhos forçados no Novo Mundo.

E nós, o Brasil, constituímos um dos maiores destinos dessas pessoas. Por sinal, recentemente, foi aberta no Museu da Justiça do Rio de Janeiro a exposição denominada “Forever Free – Livres para sempre”, sobre a história do tráfico de escravos no mundo.

Composta por painéis que explicam a história do comércio transatlântico de escravos, a mostra foi criada pelas Nações Unidas para lembrar os 400 anos nos quais mais de 15 milhões de pessoas foram vítimas de um dos capítulos mais nefastos da história da humanidade.

Um período longo de mais para ser esquecido. Esse evento é parte das atividades da Década Internacional de Afrodescendentes (2015-2024), uma iniciativa para a qual o Brasil teve importante papel.

Todas as Américas – Norte, Central e Sul – receberam essas populações e aqui as mantiveram; aqui as famílias, as etnias e as línguas foram separadas, como forma de se prevenirem contra toda e qualquer possibilidade de rebelião.

Muitos se orgulham de termos uma nação em que uma língua – a portuguesa – se mantém universalizada em tão vasto território.

Mas poucos sabem a que custo em violência simbólica, contra todos os idiomas das nações africanas que para cá vieram à força.

Durante muitos anos, a historiografia oficial e até mesmo as representações simbólicas fizeram crer ao senso comum que a sujeição dos africanos teria sido feita sem resistência.

Entretanto, o resgate da verdadeira história tem-nos revelado o quanto foi sangrenta a oposição dos escravizados.

Tanto no Brasil quanto em outras nações. A memória de Zumbi dos Palmares, já reconhecido como Herói da Pátria, é só um dos símbolos dessa infinidade de lutas.

Na América do Norte, desde a eleição de Barack Obama, aparentemente, a indústria cinematográfica daquele país foi obrigada a retirar de debaixo do tapete a riqueza da participação negra na Guerra da Secessão, por exemplo.

Para que marquemos bem este dia de luta contra a discriminação racial é preciso que mostremos o rosto, o corpo, a imagem dessa discriminação. Se não, vão dizer que, quixotescamente, lutamos contra moinhos de ventos.

No Brasil, essa discriminação está bem visível na esfera política, no campo da economia, na educação e da cultura.

E para que ganhe sentido essa luta, é preciso demonstrar o quanto perversa é essa discriminação.

Na política, não precisamos ir muito longe: basta olhar este Plenário; ou o da Casa ao lado, para vermos o quanto sub-representados estão os afrodescendentes no Congresso Nacional.

Por um lado, graças à política de valorização havida nos últimos anos, mais de 50% da população brasileira reconhecem, isto é, se autodeclararam pretos ou pardos.

Na Câmara dos Deputados, de seus 513 membros, apenas 22 se declararam negros, o que representa menos de 5% da composição daquela Casa; outros 81 se declararam pardos, isto é, 15,8%.

Em outras palavras, não passa de um quinto o número de deputados e deputadas afrodescendentes.

Quando levamos as comparações para o terreno do emprego e da renda, constatamos, por exemplo, que, em 2009, os homens brancos possuíam o maior índice de formalização de trabalho (43% com carteira assinada), em contraste com a posição das mulheres negras, que apresentavam o pior percentual de formalização (apenas 25% com carteira assinada).

Esses dados não mudaram muito nos últimos cinco anos, embora – para todos – tenha havido melhoria nas taxas de emprego.

Um estudo do Dieese, da Fundação Seade e do Ministério do Trabalho e Emprego revela que a população negra segue sendo discriminada no trabalho.

Utilizando como base a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) sobre biênio 2011-2012, o estudo constata que, embora os negros tenham avançado na empregabilidade, a mesma tendência não ocorreu com seus salários ou postos ocupados no mercado.

Os negros ganham salários de apenas 61,6% do valor auferido por não negros no setor de serviços; apenas 62,7%, na indústria de transformação; 68,3%, no comércio.

O boletim mostra que, na média entre todas as regiões metropolitanas investigadas, a remuneração por hora dos negros é equivalente a 63,9% do ganho-hora dos não negros.

Poder-se-ia argumentar – reconhecendo outra discriminação, a de acesso à educação – que alcançam mais e melhores empregos ou salários mais elevados aqueles com maior nível escolar.

Mas como explicar que, em uma cidade como São Paulo, entre as pessoas com nível superior, apenas 3,7% dos afro-brasileiros que atuam na indústria ocupavam postos de gestão em 2011 e 2012? Em contrapartida, os não negros em igual condição ocupavam 14,6% dessas mesmas posições, ou seja, quatro vezes mais.

Outra discrepância: nesse mesmo período, 61,1% dos pretos e pardos estavam envolvidos em atividades de execução; mas apenas 5,7% nas de direção e planejamento.

Em contraste, entre os não negros, esses percentuais se elevavam para 52,1% e 18,1%, respectivamente.

Quando vamos para outra área igualmente importante para a dignidade da pessoa, a moradia, vemos o quanto os negros ainda se encontram em situação de vulnerabilidade.

Das famílias residentes em favelas, 39,4% delas eram chefiadas por homens negros; outras 26,8% das famílias residentes nesses núcleos urbanos precários eram chefiadas por mulheres negras.

Ao passo que 21% eram chefiadas por homens brancos; e outros 12% das famílias chefiadas por mulheres brancas.

No campo da educação, embora reflitam agregados de uma década atrás, persistem válidas as desigualdades; e mantém-se lenta a sua superação: em 1995, a taxa de escolarização líquida no ensino superior era de 5,8%, isto é, o percentual da população que, na idade adequada, deveria estar no nível de ensino próprio.

Naquela data – vinte anos atrás – esta taxa era de 21,3% entre a população branca, contra apenas 8,3% entre a população negra, chegando a apenas 6,9% entre os homens negros.

Em 2009, a escolarização líquida subiu para 14,4%. Nesse período, a taxa de escolarização de mulheres brancas no ensino superior foi de 23,8%, enquanto, entre as mulheres negras, esta taxa era de apenas 9,9%.

Felizmente, Sr. Presidente, temos alguma esperança de ver esse quadro mudar.

Como sabem os Srs. e as Sras Senadoras, eu não tenho me permitido um segundo só de descanso, no que se refere a essa dívida histórica da sociedade brasileira.

Com esse intuito submeti ao Congresso Nacional a proposta de um Estatuto da Igualdade Racial.

Aprovado e sancionado em 2012 – mais de uma década depois de proposto –, esse marco legal tem conseguido consolidar as políticas voltadas aos negros e feito com que o Estado se responsabilize pelo cumprimento das ações específicas.

Isso quer dizer que o principal mérito do Estatuto foi o de retirar algumas políticas da condição de esporádicas para que sejam um compromisso permanente do Estado.

Nessa norma, fizemos inscrever, por exemplo, que “as ações afirmativas são programas e medidas especiais adotadas pelo Estado e pela iniciativa privada para a correção das desigualdades raciais e promoção da igualdade de oportunidades, conforme consta do art.2º, VI, do Estatuto da Igualdade Racial.

Alguns movimentos sociais avaliam que as diretrizes contidas naquela norma garantiram uma fonte jurídica segura para que os governos tomem medidas mais efetivas.

Elas se transformaram em programas do Plano Plurianual 2012-2015, que hoje compõem a Agenda Transversal de Promoção da Igualdade Racial.

No período de 2011 a 2014, houve avanços na incorporação da perspectiva racial nas políticas governamentais, particularmente com a consolidação de ações afirmativas para o acesso a universidades e institutos técnicos federais; e também o ingresso no serviço público por meio de concursos da Administração Federal.

Outra frente de conquistas foi a obtenção recursos para projetos de cultura e arte.

Um dos instrumentos criados depois da aprovação do Estatuto foi o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR), um mecanismo estruturante do Governo Federal para o fortalecimento e ampliação da efetividade da política de Promoção da Igualdade Racial, em parceria com Estados, Distrito Federal e Municípios.

Como resultante desse processo, já existem 166 órgãos e 89 conselhos nessas três instâncias, voltados para a promoção da igualdade racial.

Estranha-se, entretanto, que ainda sejam criticadas essas ações de inclusão, as ações afirmativas no ensino superior, que demoraram um século para serem iniciadas.

Há poucos dias, um jornal que se quer de cobertura nacional exibiu, como se fosse uma denúncia, uma capa em que lamentava o quanto as vagas nas universidades públicas passaram a ser ocupadas por outros que não os filhos de uma elite econômica que se autoidentifica como branca.

E a reclamação era a de que, após investirem maciçamente em escolas privadas, nos níveis fundamental e médio de ensino, para que seus filhos passassem pelo excludente funil do vestibular, agora essas famílias são obrigadas – segundo o jornal – a pagar universidades privadas para seus filhos.

Isso para não mencionar a ação de pedido de constitucionalidade movida no Supremo Tribunal Federal contra o pioneirismo da Universidade de Brasília, quando aquela instituição criou, por resolução própria, a reserva de vagas para afrodescendentes e indígenas.

Felizmente, o STF não deu ouvidos a essa manifestação de verdadeira intolerância e, por unanimidade, declarou constitucional a medida.

Esse é um campo, felizmente, em que vemos brotar alguma esperança. Desde 2013, no ano seguinte à aprovação da Lei nº 12.711, de 2012, começou a ser implementada pelo Ministério da Educação (MEC) a universalização das cotas nas universidades e nos institutos técnicos federais.

Com isso, o Brasil passou a ser o país com a iniciativa mais abrangente de democratização do acesso ao ensino superior, por meio de ação afirmativa, uma vez que tal política já vinha sendo adotada por universidades estaduais desde 2002.

Entre 2013 e 2014, nas universidades federais, as vagas totais cresceram 10%.

Ao mesmo tempo, aquelas destinadas a serem ocupadas pelos cotistas cresceram 38%; já nos institutos federais, no mesmo período, tanto o total das vagas quanto as das destinadas para cotistas cresceram 18%.

Ainda sem fechar um balanço, estima-se que, em 2014, um quinto do total de vagas ofertadas pelas Universidades Federais (48.676) tenham sido ocupadas por estudantes declarados pretos, pardos e indígenas; em outras palavras: praticamente a metade das vagas destinadas a cotas.

Já nos institutos federais, 23% do total de vagas ofertadas foram ocupadas por estudantes declarados pretos, pardos e indígenas (12.055), o que corresponde também a praticamente metade das vagas destinadas a cotas. Ainda é pouco? Sim. Mas já significa um avanço.

Mais recentemente, a Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014, destinou 20% das vagas para negros nos concursos para cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da Administração Federal Direta e Indireta.

A efetivação desta lei constitui um dos principais avanços das ações afirmativas, já que provoca impacto diretamente na composição racial dos postos mais valorizados do setor público federal.

Há outros setores em que ainda se esperam novos avanços, como as ações voltadas aos quilombolas: até 2014, tínhamos 2.432 comunidades certificadas; e outras 1.386 delas com processos de titulação abertos no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Mas lamentamos que, até agora, haja apenas 232 já tituladas.

Ironicamente, ainda ouço – de maneira mais sussurrada ou mais gritada – a estranheza a meus pronunciamentos nesta Casa; ou a censura a minhas iniciativas – apoiadas por colegas que comungam desse ideal – na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Questionam essa luta como se ela fosse despropositada, indevida, criadora de injustiças, até. Mas não é isso que mostram todos os estudos do retrato da desigualdade.

Não é isso que está estampado em nossos audiovisuais – filmes, novelas, propagandas –, onde os negros ainda aparecem na condição de coadjuvantes.

A propósito disso, o grande ator Milton Gonçalves declarou certa vez que não se importava para ser escalado para papéis de motorista ou serviçal, desde que esse personagem fosse o protagonista.

Pois bem, neste 21 de março de 2015, quero mais uma vez trazer à lembrança desta Casa, de todo o Congresso Nacional e de toda a sociedade brasileira o quanto – ainda – não somos uma democracia racial, como se quis fazer crer por muitos anos.

Mas precisamos reforçar as ações no Brasil. E também levar a presença brasileira aos outros países do Continente Americano.

Por sinal, uma conquista obtida foi a declaração desta como sendo a Década Internacional dos Afrodescendentes, com o tema...

Reconhecimento, Justiça e Desenvolvimento, uma campanha lançada oficialmente pelas Nações Unidas, em 10 de dezembro de 2014.

Outra prova da boa atuação brasileira levou à aprovação da Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Intolerâncias Correlatas, pela Organização dos Estados Americanos (OEA), em 5 de junho de 2013.

Por todas essas razões, devemos, sim, marcar este dia de luta, o 21 de março como Dia International para a Eliminação da Discriminação Racial.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, 22 de março foi o Dia Internacional da Água.

Água, necessidade de água, escassez de água, respeito e cuidado com a água. É sobre isto que eu gostaria de falar hoje.

A Revista em Discussão, do Senado Federal, abordou este tema em dezembro último.

Nela consta que:

O primeiro relato sobre o Brasil de que se tem notícia, a Carta de Pero Vaz de Caminha ao rei dom Manuel, já traz o registro sobre a abundância das águas nacionais.

Na Bahia, com uma pequena amostra, o autor da carta – espécie de certidão de nascimento do país – antecipava que nestas terras havia fartura de um dos bens mais importantes para a vida no planeta.

Meus caros Senadores e Senadoras, a água é o recurso natural mais presente nas nossas vidas. Ela faz parte do dia a dia das mais de 7 bilhões de pessoas que habitam o planeta.

Ela não apenas mata a nossa sede, mas faz parte dos alimentos, ela está nas roupas, nos carros, nos aparelhos eletrônicos como o tablet, por exemplo.

Podem ter certeza, muita água foi usada para a fabricação desse aparelho.

Mas, esse recurso fundamental para a sobrevivência dos seres humanos vem enfrentando uma seria crise de abastecimento.

Estima-se que cerca de 40% da população global viva hoje sob a situação de estresse hídrico. Alguns estudiosos preveem que a água será a causa principal de conflitos entre nações.

Se olharmos os números apresentados pela ONU – Organização das Nações Unidas, veremos que controlar o uso da água significa deter poder.

Porque isso? Porque a escassez de água no mundo está ligada, ou é agravada pela desigualdade social e pela falta de manejo e usos sustentáveis dos recursos naturais.

As diferenças registradas entre os países desenvolvidos e os em desenvolvimento chocam e evidenciam isso.

Nos países do Continente Africano existem regiões onde a situação de falta d'água já atinge índices críticos de disponibilidade.

Lá, a média de consumo de água por pessoa é de dezenove metros cúbicos por dia, ou de dez a quinze litros por pessoa.

Se olharmos para Nova York, no entanto, um cidadão chega a gastar dois mil litros por dia.

Segundo a Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância), menos da metade da população mundial tem acesso à água potável.

Um bilhão e 800 milhões de pessoas (43% da população mundial) não contam com serviços adequados de saneamento básico.

Isso nos coloca diante de uma triste realidade, retratada pela Unicef: Em todo o mundo, aproximadamente 2 mil crianças com menos de 5 anos morrem diariamente devido a doenças diarreicas e cerca de 1.800 dessas mortes estão ligadas à água, ao saneamento e à higiene.

O Conselho Mundial da Água (WWC, na sigla em inglês) classificou o Brasil em 50º (quinquagésimo) lugar em um ranking de saúde hídrica, que analisou 147 países.

Os critérios foram quantidade de água doce por habitante, parcela da população com água limpa e esgoto tratado, desperdício de água doméstica, industrial e agrícola, poluição da água e preservação ambiental. Em primeiro lugar está a Finlândia e, em último, o Haiti.

Sr. Presidente, a água tornou-se um grande desafio para a humanidade.

A escassez de água cruza fronteiras, afeta a economia mundial.

São quatro as modalidades de consumo de água: agricultura, produção energética, atividade industrial e abastecimento humano.

O crescimento constante da população mundial exige mais alimentos e energia elétrica.

As Nações Unidas (ONU) preveem que, em 2030, a sociedade vai necessitar de 35% a mais de alimento, 40% a mais de água e 50% a mais de energia.

Até 2050, a demanda por alimentos e por energia crescerá 70% e 60%, respectivamente.

Ao mesmo tempo, a grande concentração de pessoas em cidades de todo o mundo ameaça mananciais como lagos, rios e lençóis freáticos.

E a maior parte das águas residuais é devolvida para o ambiente sem tratamento, gerando danos para as pessoas e os ecossistemas.

Nós, brasileiros, que sempre nos consideramos dotados de fontes inesgotáveis, vemos, hoje, algumas das nossas cidades sofrerem a falta de água.

No ano passado, por exemplo, o Brasil inteiro ficou alarmado diante da falta de água em São Paulo. Não havia água nas torneiras de casas em diversos municípios.

E, o presidente do Conselho Mundial da Água, Benedito Braga, pontuou que, infelizmente a crise hídrica em São Paulo poderá ser ainda mais preocupante em 2015 para o Sistema Cantareira.

O Conselho Mundial da Água, instituição que promove o Fórum Mundial da Água, tem o objetivo de estimular boas práticas de gestão de recursos hídricos no mundo e, neste sentido vem alertando sobre a política de comunicação, de educação quanto ao consumo consciente da água.

Na verdade, o Brasil tem grandes reservas hídricas, mas, paralelamente, tem dificuldades significativas a vencer, como já foi citado: falta de tratamento da água utilizada, poluição dos mananciais, alteração no regime de chuvas e maior disponibilidade do recurso longe dos grandes aglomerados populacionais.

Agora vejamos, Sras e Srs. Senadores, a situação da nossa Amazônia.

A grande bacia fluvial do Amazonas possui 1/5 da disponibilidade mundial de água doce e é recoberta pela maior floresta equatorial do mundo, correspondendo a 1/3 das reservas florestais da Terra.

Em meados do ano passado aconteceu o III Encontro Panamazônico, em Lima, no Peru, e o pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), Antonio Nobre, o primeiro a falar durante o evento, abordou os segredos da floresta amazônica e alertou sobre o perigo de seu desmatamento.

Quando perguntado pelo Jornal *El País* se:

– *Já estamos no 'Dia depois de amanhã' das mudanças climáticas?*, ele disse:

Estamos em uma situação bastante grave.

– *E como essa situação de gravidade se manifesta na Amazônia?*

No desmatamento, que remove a capacidade de a floresta se manter. Ela conseguiu se manter por milhões de anos, em condições adversas. Mas hoje sua capacidade está reduzida. Antes havia duas estações na Amazônia, a úmida e a mais úmida.

Um dos segredos por ele revelados, Sr. Presidente, é o de que as árvores da Amazônia são bombas que lançam no ar 1.000 litros de água por dia.

Elas a retiram do solo, a evaporam e a transferem para a atmosfera. A floresta amazônica inteira coloca 20 bilhões de toneladas de água na atmosfera a cada dia.

O rio Amazonas, o mais volumoso do mundo, joga no Atlântico 17 bilhões de toneladas de água doce no mesmo intervalo de tempo.

O pesquisador Antonio Nobre pontuou que:

a Amazônia é o pulmão, o fígado, o coração... É tudo! Essa bomba natural da qual falei é um coração que pulsa constantemente... O melhor ar é o da Amazônia.

Então, disseram a ele:

E, apesar disso, continuamos destruindo a floresta.

E ele disse: Se você chega com uma motosserra, com um trator ou com fogo, a Amazônia não pode se defender. As intervenções do homem podem ser benéficas, como na medicina, mas também terríveis, como a motosserra. Por isso eu proponho um esforço de guerra...

Seria uma concentração de forças para resolver um problema que ameaça tudo. Hoje a ciência nos permite saber que a situação é gravíssima.

E o que eu proponho é lutar contra a ignorância, o principal motivo da destruição da floresta amazônica.

Vejamos, agora, Sras e Srs. Senadores, outro manancial desse nosso lindo Brasil, o Aquífero Guarani!

Esse imenso aquífero abrange partes dos territórios do Uruguai, Argentina, Paraguai e, principalmente Brasil, ocupando 1 200 000 (hum milhão e duzentos mil) km².

Pois bem, ele também precisa de proteção e de cuidado, pois com o volume de águas de superfície em diminuição considerável, as reservas subterrâneas estão em boa parte comprometidas.

Seja por contaminação oriunda dos esgotos, pesticidas, agrotóxicos utilizados na agricultura e o vinhotto (resíduo da destilação fracionada da cana-de-açúcar), ou mesmo pela falta de potabilidade.

Há estudos sobre o uso a exaustão desses recursos em regiões onde o aquífero tem uma distribuição demasiadamente irregular.

Desde 1998, pesquisadores da USP e outras entidades alertam para a exploração demasiada e sem critérios das águas subterrâneas, principalmente na agricultura.

Bem, Sras e Srs. Senadores, eu não posso finalizar sem deixar de repetir que acredito na educação como fonte para todas as mudanças.

Repto que as escolas deveriam, desde os primeiros anos escolares, dar grande destaque à questão do meio ambiente.

Sei que existem escolas que fazem isso. Existem exemplos de crianças que chamam a atenção dos pais quanto a não jogar o lixo nas ruas, por exemplo, e isso é um ótimo sinal.

Li, em uma revista, que: "jogar o lixo na lixeira, um ato bastante simples, é na verdade uma semente de dignidade".

Eu concordo, todos nós deveríamos plantar mais sementes de dignidade em cada simples gesto do nosso dia a dia.

Escolas, pais, filhos, sociedade interagindo farão com que alcancemos o nosso objetivo de preservar o planeta.

O respeito à natureza, assim como o respeito às diferenças, é uma questão cultural. Nós precisamos investir na educação, na transformação de conceitos e de atitudes, pois se não fizermos isto, estaremos nos negando a fazer a parte que nos cabe para melhorar a nossa vida e a do coletivo.

Tudo ao nosso redor está conectado a nós mesmos.

Água, ar, terra, alimento, animais e seres humanos estão conectados à conservação da vida.

Tudo em equilíbrio e num equilíbrio frágil, o que torna nossa responsabilidade ainda maior!

Vou utilizar um exemplo dado pelo secretário executivo do Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí (PCJ), Francisco Carlos Castro Lahóz.

Se numa cidade com 20 milhões de moradores, todos encurtassem o banho em 1 minuto, já conseguíramos o volume de um Cantareira inteiro.

Minha gente, imaginem o volume de água que alcançaríamos se esse exemplo fosse seguido em todas as cidades do Brasil. Encurtar o banho em 1 minuto é algo que todos nós podemos fazer.

Pois bem, que cada um faça a sua escolha, ciente de que ela tem a ver consigo mesmo e com o coletivo, porque, desde o início até o fim, nós fomos e seremos sempre uma Unidade.

Era o que tinha a dizer.

DOCUMENTO ENCAMINHADO PELO SR. SENADOR PAULO PAIM EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I, § 2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

– Aviso Mobilidade Urbana, CDH

Dia 30/03/2015, próxima Segunda-Feira, às 9 horas, no Plenário da Comissão, a CDH debaterá a Mobilidade urbana, a acessibilidade, a importância do uso das bicicletas no transporte urbano e a violência no trânsito. A audiência foi solicitada pelo Senador Paulo Paim;

Dia 31/03/2015, próxima Terça-Feira, às 9 horas, no Plenário da Comissão, a CDH debaterá os 50 Anos do Golpe Civil e militar de 1964. A audiência foi solicitada pelo Senador João Capiberibe;

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB – PI) – Senador Paim, a solicitação de V. Ex^a será atendida conforme o Regimento Interno.

Ao mesmo tempo, repito – peço permissão aos dois oradores inscritos, a oradora Regina e o orador Telmário – o que V. Ex^a, no princípio, disse, que era uma alegria falar sobre a água sob a minha Presidência. Alegria maior é ouvi-lo. Um homem dos Pampas, do Rio Grande do Sul, fala sobre um tema que diz respeito ao Nordeste.

Ao longo dos últimos cem anos, muitos nordestinos padeceram por falta de água. E vejo V. Ex^a e também Senadoras e Senadores de São Paulo, do Rio de Janeiro, de Belo Horizonte, aliás, de Minas Gerais, e de outras regiões, como o centro-sul do nosso País, trazerem esse tema de tão grande importância para nós do Nordeste.

Hoje, esse é um tema nacional porque atingiu o centro dinâmico, econômico e financeiro do País. Creio que, a partir deste momento, o problema da água, que celebramos universalmente no domingo próximo passado, passará a ser prioridade neste Parlamento, neste Senado e na Câmara dos Deputados.

Espero que V. Ex^a abrace essa causa como abraçou a causa dos trabalhadores do Brasil.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Elmano Férrer.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB – PI) – Pela ordem, com a devida permissão do nobre Senador Telmário, quero dizer que estava inscrita também pela ordem a nossa querida Senadora Regina Sousa, nossa Senadora do Estado do Piauí, que convidou para fazer uso da palavra.

A SR^a REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, coincidentemente, vou abordar o mesmo tema do Senador Paim. Pena que eu não estava aqui, para não repetir algumas coisas que ele deve ter dito!

A gente fala tanto em crise, em crise política, em crise econômica, que tem sido a tônica desta Casa, mas há a crise da água, e precisamos tratar dela também com a mesma atenção.

No dia 22 de março, domingo passado, foi celebrado o Dia Mundial da Água.

Essa data foi escolhida pelas Nações Unidas em 1993 para incentivar reflexões a respeito dos diversos temas relacionados a esse importante bem natural.

Sabemos que dois terços do Planeta Terra são formados por esse líquido, mas apenas uma pequena quantidade do total da água do nosso Planeta é própria para o consumo. Em 2010, a ONU aprovou a resolução que diz: "A água potável e o saneamento básico constituem um direito humano essencial."

A mesma ONU acaba de publicar relatório relativo a 2014, conclamando a uma mudança dramática no uso, no gerenciamento e no compartilhamento da água. Caso isso não ocorra, em 2030, o mundo enfrentará algo em torno de 40% de déficit de água. Diz ainda o relatório que o consumo, na última década, cresceu duas vezes mais que a população e que 10% dos aquíferos são explorados acima de sua capacidade.

Como sabemos, grande parte das fontes de água, que são os rios, os lagos e as represas, está sendo contaminada, poluída e degradada pela ação predatória das pessoas. Essa situação suscitou uma legítima preocupação dos dirigentes mundiais, pois, atualmente, já falta água para o consumo de grande parte da população. O objetivo principal dessa data é criar um momento de reflexão, de análise, de conscientização e de elaboração de medidas práticas para resolver o problema.

Imbuída desse mesmo sentimento, convido nossos Pares e os cidadãos que acompanham esta sessão por meio do rádio, da televisão e da internet a fazerem essa reflexão comigo. Mais que fazer crítica e responsabilizar o Governo, precisamos de uma mudança radical no nosso comportamento em relação ao uso da água e de um novo padrão cultural, que só se firmará pela educação.

Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, parece clichê, mas não custa repetir: a água é fonte da vida. Não importa quem somos, o que fazemos, onde vivemos, nós dependemos dela para viver. No entanto, continuamos poluindo os rios e suas nascentes, esquecendo-nos de que a água é um recurso natural que tem a ver com todos os aspectos da civilização humana, desde o desenvolvimento agrícola e industrial aos valores culturais e religiosos arraigados na nossa sociedade. E, sobretudo, esquecemos que é um bem finito, até sermos sacudidos pelas catástrofes, pela ameaça de racionamento.

Crises como a que vive São Paulo, são fruto da falta de planejamento, da não inclusão do abastecimento nos planos de governança e também de erros na distribuição, vazamentos e deseducação em relação ao uso.

Leonardo Boff nos alertou, em artigo muito recente, que nenhuma questão, hoje, é mais importante do que a da água. Dela depende a sobrevivência de toda a cadeia da vida e, consequentemente, do nosso próprio futuro.

Trago alguns números para ilustrar essa realidade: 70% do Planeta são constituídos de água, mas 97% dessa água estão nos mares e oceanos e são salgadas. Sobram 3% de água doce, o que seria mais do que suficiente para matar a sede da humanidade, mas é um engano, pois a quase totalidade dessa água é subterrânea. Está inacessível para a população ou encontra-se nas calotas polares, geleiras e no cume das montanhas. Apenas 0,3% da água do Planeta está nos rios e lagos. Setenta por cento dessa água disponível está destinada à agricultura, 20% à indústria. Restam apenas 10% para uso humano e para matar a sede dos animais.

Observando os dados, percebemos que precisamos começar a utilizar a água de forma muito mais prudente e racional, evitando o desperdício e a poluição.

Hoje, 1/6 da população mundial, mais de 1 bilhão de pessoas, não tem acesso à água potável; mais de 2 bilhões não têm acesso a serviço de saneamento básico e cerca de 6 mil crianças morrem diariamente devido a doenças ligadas à água insalubre e ao saneamento e higiene deficientes.

Sr. Presidente, segundo a ONU, até 2025, daqui a apenas dez anos, se forem mantidos os atuais padrões de consumo, desperdício e poluição, duas em cada três pessoas no mundo vão sofrer escassez moderada ou grave de água.

Há mais de dez anos, assisti a um documentário sobre a água, que dizia que, dali a trinta anos, nós iríamos desejar ter morrido antes de presenciar o flagelo da falta de água. Já se passaram dez. Então, daqui a vinte anos, todos nós queremos estar vivos.

O nosso País tem a maior reserva de água doce da Terra. Possuímos 12% do total mundial, mas sua distribuição não é uniforme em todo o Território nacional. A Amazônia é a região que detém a maior bacia fluvial do mundo. O volume de água do Rio Amazonas é o maior do Globo, mas isso não nos garante a sobrevivência, porque as maiores concentrações populacionais do País encontram-se nas capitais, distantes de grandes rios, como o Amazonas, o São Francisco e o Paraná.

Os meios de comunicação estão dando um grande destaque à crise hídrica que, ultimamente, aflige as populações dos grandes centros urbanos, principalmente do Sudeste, mas o maior problema de escassez continua sendo no Semiárido brasileiro, localizado, majoritariamente, na Região Nordeste, de onde venho.

Na semana passada, eu estive numa cidade que nem é do Semiárido, e a prefeita falou que um poço de 120 metros havia secado. Aí, ela mandou perfurar mais 60, e não conseguiu uma gota d'água. Isso foi em Esperantina, Senador Elmano, imagine, que não é região semiárida.

Em minha região, após séculos de sofrimento causado pela falta de acesso à água, descobrimos o óbvio: a falta d'água, que, em parte, é mesmo resultado do baixo índice pluviométrico e da elevada taxa de evaporação, sempre foi consequência, mais do que tudo, de uma política da água através da qual uns poucos e privilegiados detinham a posse e o uso de quase toda a água do Semiárido, enquanto outros morriam de sede.

Felizmente, de uns anos para cá, entidades como a Cáritas Brasileira e a Articulação do Semiárido, apoiadas pelo Governo, mostraram que, mesmo numa região onde a chuva é pouca e a água de subsolo é profunda, são também múltiplas as alternativas e estratégias possíveis para a garantia do acesso à água para a população.

No Piauí e em todo o Nordeste brasileiro, mulheres e homens aprenderam a arte de conviver com o meio ambiente, olhando os ciclos das chuvas, o comportamento das plantas, dos animais e as características do clima e do solo. Desse conhecimento, saíram as melhores técnicas de convivência com o Semiárido, como a estocagem de água de chuva a partir da construção de cisternas de placas, hoje já disseminadas nacionalmente. São mais de um milhão de cisternas construídas nos últimos 12 anos.

Essa é uma atitude que deveria ser adotada por toda a população em relação à água de chuva. É uma água boa de se beber, gostosa que só, desperdiçada durante o período chuvoso. É como morrer afogado e com sede.

É preciso haver incentivos ao uso da cisterna nas residências onde há espaço, nos sítios e fazendas, independentemente da escassez ou não de água.

Sou professora e gostaria de propor que, além da valorização dessas e de outras boas iniciativas, invistamos também em educação ambiental, ferramenta indispensável para a construção de novos saberes e atitudes, formando sujeitos preparados para a tomada de consciência de que o futuro da humanidade e a qualidade de vida das gerações futuras dependem em parte das escolhas que fizerem na sua própria vida.

Entre essas escolhas, obviamente, está a relação amorosa e respeitosa que devemos ter com os recursos naturais, especialmente a água, pois, como bem frisa um provérbio indiano, "nós não herdamos a Terra dos nossos pais, pedimo-la emprestada a nossos filhos".

Senhor Presidente, estamos no Parlamento e aqui já construímos excelentes leis que tratam da proteção dos recursos hídricos. A Constituição Federal, as leis federais, estaduais e municipais já definem muito bem os usos e a proteção dos recursos hídricos no Brasil. Falta, em minha opinião, mais efetividade nos mecanismos de fiscalização e, sobretudo, falta à população tomar consciência da importância da água, da gravidade que o mau uso traz para as disponibilidades deste bem e, então, mobilizar-se em sua defesa.

Há poucos dias, criamos aqui, no Senado, uma comissão temporária para diagnosticar a crise hídrica enfrentada pelo País e propor soluções para a situação. Foi uma decisão oportuna. Espero que a comissão consiga produzir um relatório com propostas que levem à mitigação dos problemas causados pelas mudanças climáticas; que coloquem um ponto final ao desmatamento desenfreado; que denunciem também o desperdício de água, perpetrado pela indústria e pelo agronegócio, contribuindo efetivamente para a solução do problema e para a promoção de políticas públicas necessárias à proteção de um bem que é de toda a sociedade.

Concluo, agradecendo a oportunidade de abordar este importante tema na tribuna. Conclamo todas as pessoas que nos acompanham para refletirmos sobre o significado da água em nossas vidas durante todos os dias do ano, tomando atitudes que colaborem para a preservação desse bem natural tão precioso. Combater o desperdício, através de atitudes simples do cotidiano das pessoas. E V. Ex^a falava da questão do banho! Interessante. Fechar a torneira enquanto passa a pasta nos dentes, enquanto se faz a barba, ou usar regador para aguar jardins, em vez de usar mangueiras.

Tipificar e fiscalizar crimes ambientais, para além do Código Florestal, é uma necessidade. A água é uma dádiva que está em nós e no universo para nos lembrar da sacralidade da vida. Precisamos lutar por ela e cuidar dela.

Muito Obrigada!

Durante o discurso da Sr^a Regina Sousa, o Sr. Elmano Férrer, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Cumprimento a Senadora Regina, que enfatiza a importância do meio ambiente na sala de aula. Ali que tudo começa, e a criança poderá levar, inclusive, para os pais. V. Ex^a lançou muito bem a semeadura, com sua forma tranquila e bonita de falar.

Meus cumprimentos, Senadora Regina.

Depois da Senadora Regina Sousa, com a palavra o Senador Telmário Mota, que, hoje, correu para cá, correu para lá e ainda foi à Comissão de Direitos Humanos prestigiar o debate sobre educação e Fies.

Alegria estar presidindo para ouvir V. Ex^a.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Paim, Sr^{as}s e Srs. Senadores, ouvintes da Rádio Senado, telespectadores da TV Senado, você sabe, Senador Paim, que temos que nos espelhar nos bons, e V. Ex^a é um modelo a ser seguido. Tenho dito isso reiteradamente. Fico impressionado e, ao mesmo tempo, não fico, porque aprendi a conhecê-lo.

Normalmente, as pessoas costumam dizer que, com o tempo em determinado serviço, você cria uma rotina, perde a motivação, já não se alegra tanto. Ao chegar a esta Casa, encontro V. Ex^a, com mais de 30 anos de bons serviços prestados a este País, especialmente ao seu Rio Grande do Sul, onde tenho bons amigos. Minha filha mora e estuda lá. A avó dela é de lá.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Permita-me dizer que tenho grandes amigos do seu Partido lá no Rio Grande do Sul. Só vou citar dois – perdoem-me os outros: o Prefeito da capital, José Fortunati, e o grande Alceu Collares, que foi Governador do Estado, uma liderança incontestável.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – O Alceu é, sem nenhuma dúvida, um símbolo da luta e da vida do PDT. E o Prefeito é aquela simplicidade. O que ele tem de altura tem de simplicidade. É um homem muito simples.

Então, eu encontro aqui um homem motivado, um homem que caminha muito, que comanda, hoje, a Comissão de Direitos Humanos e que começa suas atividades muito cedo. Eu fico com muita vontade de prestigiá-lo.

Hoje, tínhamos um assunto importante, ligado um pouco à educação, principalmente ao Fies e a outras bolsas, que é o que me traz aqui hoje. Eu ia abordar esse assunto lá, mas, por ter chegado um pouco atrasado às nossas mãos, vamos falar agora, em plenário.

V. Ex^a, sem nenhuma dúvida, orgulha esta Casa, orgulha o Brasil, orgulha o Rio Grande do Sul e traz aos novatos, como eu, um exemplo a ser seguido, um modelo a ser seguido. Essa é a grande motivação para estarmos sempre aqui trabalhando.

Sr. Presidente, Paim, Srs. Senadores, hoje, venho à tribuna, primeiro, para parabenizar a Governadora do meu Estado, Suely Campos. Ontem, estavam em greve – ainda estão – os professores.

E, entre o diálogo da Governadora e o do movimento grevista, ela já deixou claro que vai fazer os concursos públicos necessários para compor todo o quadro de professores do Estado, para dar à educação aquela tranquilidade, para não estar trabalhando com professores temporários, eletivos, enfim, que ele seja efetivo, que ele tenha um bom salário, que ele tenha a tranquilidade de poder lecionar. O professor, hoje, já não tem tranquilidade quanto à remuneração. É um piso salarial muito baixo que, às vezes, tira a motivação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – E que não é pago em grande parte dos Estados brasileiros. Inclusive, no meu, não é pago.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Pois é.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – O piso salarial.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – E isso aí, Senador Paim, faz com que eles migrem para uma outra profissão, para uma outra atividade, por uma questão até de sobrevivência.

Então, a Governadora está de parabéns por já ter acenado dessa forma positiva para o movimento grevista. Os mil e poucos professores eletivos serão substituídos por concursados, porque é isso que realmente recomenda a boa gestão administrativa, principalmente nesse segmento.

Presidente Paim, inclusive, quero aqui até pedir o apoio de V. Ex^a e dos demais Senadores, porque o assunto que vou trazer aqui é peculiar aos vários Estados, aos vários Senadores.

Hoje, cedo, nós recebemos uma manifestação sobre o Bolsa Permanência. É uma ação do Governo Federal de concessão de auxílio financeiro para estudantes matriculados em instituições federais de ensino superior, em situação de vulnerabilidade socioeconômica, e para estudantes indígenas e quilombolas.

As pessoas perguntam: "Telmário, por que você defende tanto os povos indígenas?" Primeiro, porque nasci numa comunidade indígena; segundo, porque são pessoas que têm pouca oportunidade de gritar a própria dor.

É a mesma coisa com os quilombolas. Meu avô era negro. Foi o último comandante do Forte São Joaquim. Eu tive um tio que perdeu a vida defendendo a fronteira do Brasil, lá, no Forte São Joaquim, que era o lugar onde os militares ficavam para defender-se contra os holandeses, espanhóis etc.. Meu tio era negro, e minha bisavó era índia pura.

Então, essa é a razão de eu estar sempre agarrado à causa dos menos favorecidos.

A gente quer, desta tribuna, ser a voz dessas pessoas, que, realmente, às vezes, não têm representantes à altura aqui dentro. Então, torno-me um representante nesse sentido.

Tenho por finalidade minimizar as desigualdades sociais e contribuir para a permanência e a diplomação de estudantes de graduação em situações de vulnerabilidade socioeconômica.

Seu valor – para quem começa a nos assistir: estou falando aqui da Bolsa Permanência –, estabelecido pelo Ministério da Educação, é equivalente ao praticado na política federal de concessão de bolsas de iniciação científica, atualmente cotado em R\$400. Para os estudantes indígenas e quilombolas, será garantido um valor diferenciado, igual a pelo menos o dobro da bolsa paga aos demais estudantes em razão de suas especificidades em relação à organização social de suas comunidades, condição geográfica, costumes, língua, crenças e tradições amparadas pela Constituição Federal. Adernais, os estudantes indígenas e quilombolas matriculados em cursos de licenciaturas interculturais para a formação de professores também farão jus à Bolsa Permanência durante os períodos de atividades pedagógicas formativas na Ifes, a Bolsa Permanência até o limite máximo de seis meses.

E aí é que vem a grande dor, Senadores e Sr. Presidente. Quarenta estudantes se manifestaram: estão sem receber desde fevereiro essa bolsa, desde fevereiro! Imaginem! Então fica aqui um apelo ao Ministério da Educação.

Hoje esteve um representante do Ministério na Comissão que é presidida pelo Senador Paim e ali ele explicou que a questão, por exemplo, do Fies, não é uma questão de estrangulamento, ou tirar do ar, é uma questão que está havendo no próprio sistema, e mostrou que não há nenhuma suspensão nesse sentido.

E eu quero apelar aqui ao Ministério da Educação: vamos liberar essas bolsas, elas são fundamentais! São pessoas carentes, são pessoas necessitadas, são pessoas que não tem outra fonte de vida. Se essas bolsas não forem liberadas, Presidente Paim, o que é que vai acontecer? Vai vir a desmotivação. Hoje eles queriam vir para cá participar desta sessão, ouvir esta nossa fala, mas disseram: "Senador, nós não temos dinheiro nem para pagar o ônibus. Desde fevereiro a gente não tem". Eles não têm outra fonte e são pessoas que vêm de vários Estados do País, Estados distantes.

Então, quero aqui fazer um apelo ao Ministério no sentido de que libere esses recursos.

O Orçamento acabou de ser votado – hoje eu ia falar nisso. Vimos – eu ia tratar disso com mais propriedade, Senador Paim – que havia R\$9 bilhões para dar sustentação à questão energética, para essas crises, para o atendimento às termoelétricas etc. Desses R\$9 bilhões do Orçamento, foram retirados 4,8 pela Relatoria aqui no Congresso – Senador Jucá, do PMDB – e, desse dinheiro, ele colocou R\$800 milhões, R\$500 milhões a mais para o Fundo Partidário – em um momento como este de crise, em um momento de dor, de necessidade. Temos aqui alunos... Por que não focou nessa parte social?

Às vezes eu vejo aqui, Senador Paim, muitas críticas à Presidente Dilma. Inclusive, na fala que ouvi aqui do Senador Lasier, há algumas coisas com as quais eu concordo, mas de outras eu discordo, porque não acredito que a Presidente Dilma esteja perdida – muito pelo contrário, eu a considero uma mulher séria, que tem compromisso com este País.

Chamaram o Ministro Cid de louco, mas, se formos ver a essência da fala do Ministro, vemos que ele acaba questionando algumas posições que nos causam estranheza. Não vimos nenhum grupo da Base vir a esta Casa gritar a verdadeira dor do povo. Eu vejo grito por ministério, por espaço, por posições, por recursos que, como esses, foram para uma elevação de quase 200%... Então, é preciso que o Brasil reflita.

Quais são os verdadeiros interesses que passam por trás de tudo isso? Qual é a crise pela qual, verdadeiramente, o País está passando? É econômica? É financeira? É administrativa? É política? Se é política, qual é sua verdadeira razão?

Depois que saiu essa tal lista da Lava Jato, estamos vendo alguns incômodos políticos, e parece que quem vai pagar é o País e a população brasileira. Então, é bom que se faça uma reflexão.

O Senador Collor estava aqui ainda agora, e eu ia convidá-lo, porque ouvi o depoimento dele. Há até um livro do Senador Collor no qual ele mostra sua inocência e diz que foi injustiçado – e assim a Justiça o considerou. Então, nesta hora, um homem que passou pela Presidência da República tinha muito a contribuir. Esse homem, que viveu uma experiência amarga na sua carreira política, tem muito a contribuir com a Nação.

Acho que é hora de todos calçarmos a sandália da humildade, buscarmos o entendimento nacional e trazermos, todos, uma parcela de contribuição sem querer mais, sem o tal de querer mais, sem querer ministério, sem querer recursos disso, recursos daquilo, sem querer que A ou B... Às vezes fica-se numa briga muito caseira, de espaço, e esquece-se o mais importante, que é o povo brasileiro. Essa é a minha preocupação.

Semana que vem venho para fazer um levantamento mais profundo dos dados do País, vamos ver os índices, vamos ver a perspectiva de retomada de crescimento, o controle da inflação, a continuidade do investimento no social. É importante vermos tudo isso.

Não vejo aqui movimentos, partidos fortes estarem defendendo, por exemplo... Agora se aproveitam de algumas medidas que estão aí, medidas severas que estão por vir, mas não vejo proposição de repartição de responsabilidades. Então, é importante acordarmos neste momento.

Convoco a população brasileira: não podemos ser ingênuos neste momento. Precisamos ver quais são os reais interesses que estão por trás de tantos descontroles, desencontros, sobretudo desequilíbrios, e de tamanha crise que estão impondo ao País. Temos que ter muito cuidado.

Continuo acreditando que a Presidenta tem boa-fé, que há uma equipe que vai recuperar este País. E nós temos a obrigação de ser parceiros nesta hora. É muito fácil vir aqui e jogar para a plateia, falar para a TV Senado, falar para a Rádio Senado, criticar. Mas e o caminho? Qual é o caminho? Qual é a proposição? Quem está criticando tem valores morais para criticar? Já esteve no poder? Ou está no poder? É bom refletir, porque por trás disso existem muitas coisas que não conhecemos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, meus cumprimentos, Senador Telmário Mota. Nós temos conversado muito sobre isso. Estivemos juntos com três ministros discutindo a crise, e ambos colocamos o nosso ponto de vista. Colocamos nossos pontos de vista com propostas, na linha de construir um grande entendimento que seja bom para todo o povo brasileiro. Meus cumprimentos, Senador Telmário, por seu pronunciamento.

Cumprimento, mais uma vez, a Senadora Regina, que está aqui no plenário acompanhando atentamente todos os debates.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Não havendo mais nada a tratar, encerramos a nossa sessão do dia de hoje do Senado da República.

Que Deus ilumine a todos e que consigamos construir o melhor para toda a nossa gente num espírito público de fazer o bem sem olhar a quem.

DISCURSO ENCAMINHADO À PUBLICAÇÃO NOS TERMOS DO ART. 203 DO REGIMENTO INTERNO.

A SR^a ÂNGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr^{as} e Srs. Senadores, os ministros Arthur Chioro, da Saúde; José Eduardo Cardozo, da Justiça, e Eleonora Menicucci, da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, virão ao Senado para debater com os membros da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher, sobre as ações governamentais que visam proteger e beneficiar as mulheres brasileiras.

O requerimento que sugere a realização de uma série de audiências públicas com ministros e autoridades do governo federal foi aprovado nesta quarta-feira, e tem o objetivo central de traçar um diagnóstico da situação das mulheres, com foco nas questões relacionadas à segurança e à saúde, embora não descartamos ampliar este debate quando o assunto se refere aos direitos de cidadania da população feminina.

Instalada na semana que passou, a Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher empreende reunir elementos para fazer um balanço dos esforços e ações governamentais voltados ao enfrentamento da violência contra a mulher.

Tem procedência reunir autoridades e parlamentares em torno da questão da violência contra a mulher. Dados do Mapa da Violência 2012 revelaram que quase 91 mil mulheres foram assassinadas no Brasil entre 1980 e 2010, sendo que a maioria, 43,5 mil foram somente na última década, revelando que, de 1996 a 2010 as taxas ficaram em torno de 4,5 homicídios para cada 100 mil mulheres.

Neste mesmo mapa e no período (1980 e 2010), Roraima apareceu em 13º lugar entre as unidades federativas mais violentas do Brasil, com uma taxa de homicídio de mulheres, acima da média nacional: 5,0 por 100 mil.

Fazendo um recorte sobre todas as ações governamentais, destaco a área de saúde, por entender que a violência contra a mulher é um problema de saúde pública. Dados do Ministério da Saúde revelam que, somente em 2011, esta modalidade de violência custou aos cofres públicos, um gasto da ordem de R\$ 5,3 milhões, com 5.496 internações, pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Mais surpreendente ainda, é sabermos que, naquele ano, cerca de 38 mil mulheres, com idade entre 20 e 59 anos, precisaram de atendimento no SUS, por terem sido vítimas de algum tipo de violência. Não por outra razão, a presença do ministro da Saúde, Arthur Chioro, faz-se relevante em audiência pública.

Destaco, também, a área de segurança, outra área diretamente ligada à questão em tela. Os ministros José Eduardo Cardozo e Eleonora Menicucci irão expor as ações estratégicas implantadas bem como os obstáculos enfrentados de combate à violência de gênero, sexual e intrafamiliar que, como a corrupção, porém, em proporções bem menores, também invade os cofres públicos.

Enfim, as audiências irão discorrer sobre uma série de ações protetivas, que o governo federal vem adotando com relação à mulher vítima de violência.

Neste contexto, estão também, as construções em cada Estado e no Distrito Federal, da Casa da Mulher Brasileira, voltada a acolher as vítimas da violência de gênero.

Portanto, integrante da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher, compreendo que as audiências públicas que faremos no Senado, irão nos subsidiar com um leque de informações, bem como terá condições de nos apontar caminhos possíveis ao combate rigoroso a este tipo de crime contra as mulheres brasileiras.

Era o que tinha a registrar.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 14 horas e 39 minutos.)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55^a LEGISLATURA
 (por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PSB - Lídice da Mata*
 Bloco-PT - Walter Pinheiro*
 Bloco-PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

Bloco-PT - Lindbergh Farias*
 Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
 Bloco-PSB - Romário**

Maranhão

Bloco-PMDB - Edison Lobão*
 Bloco-PMDB - João Alberto Souza*
 Bloco-PSB - Roberto Rocha**

Pará

Bloco-PMDB - Fernando Ribeiro* (S)
 Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro*
 Bloco-PT - Paulo Rocha**

Pernambuco

Bloco-PTB - Douglas Cintra* (S)
 Bloco-PT - Humberto Costa*
 Bloco-PSB - Fernando Bezerra Coelho**

São Paulo

Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira*
 Bloco-PT - Marta Suplicy*
 Bloco-PSDB - José Serra**

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Aécio Neves*
 Bloco-PDT - Zeze Perrella* (S)
 Bloco-PSDB - Antônio Anastasia**

Goiás

Bloco-PSDB - Lúcia Vânia*
 Bloco-DEM - Wilder Moraes* (S)
 Bloco-DEM - Ronaldo Calado**

Mato Grosso

Bloco-PR - Blairo Maggi*
 Bloco-PPS - José Medeiros* (S)
 Bloco-PR - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

Bloco-PP - Ana Amélia*
 Bloco-PT - Paulo Paim*
 Bloco-PDT - Lasier Martins**

Ceará

Bloco-PMDB - Eunício Oliveira*
 Bloco-PT - José Pimentel*
 Bloco-PSDB - Tasso Jereissati**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima*
 Bloco-PMDB - Raimundo Lira* (S)
 Bloco-PMDB - José Maranhão**

Espírito Santo

Bloco-PR - Magno Malta*
 Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço*
 Bloco-PMDB - Rose de Freitas**

Piauí

Bloco-PP - Ciro Nogueira*
 Bloco-PT - Regina Sousa* (S)
 Bloco-PTB - Elmano Férrer**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
 Bloco-DEM - José Agripino*
 Bloco-PT - Fátima Bezerra**

Santa Catarina

Bloco-PMDB - Luiz Henrique*
 Bloco-PSDB - Paulo Bauer*
 Bloco-PMDB - Dário Berger**

Alagoas

Bloco-PP - Benedito de Lira*
 Bloco-PMDB - Renan Calheiros*
 Bloco-PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Bloco-PSB - Antônio Carlos Valadares*
 Bloco-PSC - Eduardo Amorim*
 Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves**

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

Amazonas

Bloco-PMDB - Sandra Braga* (S)
 Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin*
 Bloco-PSD - Omar Aziz**

Paraná

Bloco-PT - Gleisi Hoffmann*
 Bloco-PMDB - Roberto Requião*
 Bloco-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Bloco-PT - Jorge Viana*
 Bloco-PSD - Sérgio Petecão*
 Bloco-PP - Gladson Cameli**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio do Amaral*
 Bloco-PMDB - Waldemir Moka*
 Bloco-PMDB - Simone Tebet**

Distrito Federal

Bloco-PDT - Cristovam Buarque*
 Bloco-PSD - Hélio José* (S)
 Bloco-PDT - Reguffe**

Rondônia

Bloco-PP - Ivo Cassol*
 Bloco-PMDB - Valdir Raupp*
 Bloco-PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira* (S)
 Bloco-PR - Vicentinho Alves*
 Bloco-PT - Donizeti Nogueira** (S)

Amapá

Bloco-PSB - João Capiberibe*
 Bloco-PSOL - Randolfe Rodrigues*
 Bloco-DEM - Davi Alcolumbre**

Roraima

Bloco-PT - Angéla Portela*
 Bloco-PMDB - Romero Jucá*
 Bloco-PDT - Telmário Mota**

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco de Apoio ao Governo - 25

PT-14 / PDT-6 / PP-5

Acir Gurgacz.....	PDT / RO
Ana Amélia.....	PP / RS
Angela Portela.....	PT / RR
Benedito de Lira.....	PP / AL
Ciro Nogueira.....	PP / PI
Cristovam Buarque.....	PDT / DF
Delcídio do Amaral.....	PT / MS
Donizeti Nogueira.....	PT / TO
Fátima Bezerra.....	PT / RN
Gladson Cameli.....	PP / AC
Gleisi Hoffmann.....	PT / PR
Humberto Costa.....	PT / PE
Ivo Cassol.....	PP / RO
Jorge Viana.....	PT / AC
José Pimentel.....	PT / CE
Lasier Martins.....	PDT / RS
Lindbergh Farias.....	PT / RJ
Marta Suplicy.....	PT / SP
Paulo Paim.....	PT / RS
Paulo Rocha.....	PT / PA
Regina Sousa.....	PT / PI
Reguffe.....	PDT / DF
Telmário Mota.....	PDT / RR
Walter Pinheiro.....	PT / BA
Zeze Perrella.....	PDT / MG

Bloco da Maioria - 22

PMDB-18 / PSD-4

Dário Berger.....	PMDB / SC
Edison Lobão.....	PMDB / MA
Eunício Oliveira.....	PMDB / CE
Fernando Ribeiro.....	PMDB / PA
Garibaldi Alves Filho.....	PMDB / RN
Hélio José.....	PSD / DF
João Alberto Souza.....	PMDB / MA
José Maranhão.....	PMDB / PB
Luiz Henrique.....	PMDB / SC
Omar Aziz.....	PSD / AM
Otto Alencar.....	PSD / BA
Raimundo Lira.....	PMDB / PB
Renan Calheiros.....	PMDB / AL
Ricardo Ferraço.....	PMDB / ES
Roberto Requião.....	PMDB / PR
Romero Jucá.....	PMDB / RR
Rose de Freitas.....	PMDB / ES
Sandra Braga.....	PMDB / AM
Sérgio Petecão.....	PSD / AC
Simone Tebet.....	PMDB / MS
Valdir Raupp.....	PMDB / RO
Waldemir Moka.....	PMDB / MS

Bloco Parlamentar da Oposição - 16

PSDB-11 / DEM-5

Aécio Neves.....	PSDB / MG
Aloysio Nunes Ferreira.....	PSDB / SP
Alvaro Dias.....	PSDB / PR

Antônio Anastasia.....	PSDB / MG
Ataídes Oliveira.....	PSDB / TO
Cássio Cunha Lima.....	PSDB / PB
Davi Alcolumbre.....	DEM / AP
Flexa Ribeiro.....	PSDB / PA
José Agripino.....	DEM / RN
José Serra.....	PSDB / SP
Lúcia Vânia.....	PSDB / GO
Maria do Carmo Alves.....	DEM / SE
Paulo Bauer.....	PSDB / SC
Ronaldo Caiado.....	DEM / GO
Tasso Jereissati.....	PSDB / CE
Wilder Morais.....	DEM / GO

Bloco Parlamentar União e Força - 9

PTB-3 / PR-4 / PSC-1 / PRB-1

Blaíro Maggi.....	PR / MT
Douglas Cintra.....	PTB / PE
Eduardo Amorim.....	PSC / SE
Elmano Férrer.....	PTB / PI
Fernando Collor.....	PTB / AL
Magno Malta.....	PR / ES
Marcelo Crivella.....	PRB / RJ
Vicentinho Alves.....	PR / TO
Wellington Fagundes.....	PR / MT

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia - 9

PSB-6 / PPS-1 / PSOL-1 / PCdoB-1

Antônio Carlos Valadares.....	PSB / SE
Fernando Bezerra Coelho.....	PSB / PE
João Capiberibe.....	PSB / AP
José Medeiros.....	PPS / MT
Lidice da Mata.....	PSB / BA
Randolfe Rodrigues.....	PSOL / AP
Roberto Rocha.....	PSB / MA
Romário.....	PSB / RJ
Vanessa Grazziotin.....	PCdoB / AM

Bloco de Apoio ao Governo.....	25
Bloco da Maioria.....	22
Bloco Parlamentar da Oposição.....	16
Bloco Parlamentar União e Força.....	9
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia.....	9
TOTAL.....	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55^a LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz** (Bloco-PDT-RO)	Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)	Paulo Paim* (Bloco-PT-RS)
Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG)	Garibaldi Alves Filho* (Bloco-PMDB-RN)	Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA)
Aloysio Nunes Ferreira* (Bloco-PSDB-SP)	Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)	Raimundo Lira* (Bloco-PMDB-PB)
Alvaro Dias** (Bloco-PSDB-PR)	Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR)	Randolfe Rodrigues* (Bloco-PSOL-AP)
Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)	Hélio José* (Bloco-PSD-DF)	Regina Sousa* (Bloco-PT-PI)
Angela Portela* (Bloco-PT-RR)	Humberto Costa* (Bloco-PT-PE)	Reguffe** (Bloco-PDT-DF)
Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)	Ivo Cassol* (Bloco-PP-RO)	Renan Calheiros* (Bloco-PMDB-AL)
Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE)	João Alberto Souza* (Bloco-PMDB-MA)	Ricardo Ferraz* (Bloco-PMDB-ES)
Ataídes Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)	João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)	Roberto Requião* (Bloco-PMDB-PR)
Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)	Jorge Viana* (Bloco-PT-AC)	Roberto Rocha** (Bloco-PSB-MA)
Blairo Maggi* (Bloco-PR-MT)	José Agripino* (Bloco-DEM-RN)	Romário** (Bloco-PSB-RJ)
Cássio Cunha Lima* (Bloco-PSDB-PB)	José Maranhão** (Bloco-PMDB-PB)	Romero Jucá* (Bloco-PMDB-RR)
Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PJ)	José Medeiros* (Bloco-PPS-MT)	Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
Cristovam Buarque* (Bloco-PDT-DF)	José Pimentel* (Bloco-PT-CE)	Rose de Freitas** (Bloco-PMDB-ES)
Dário Berger** (Bloco-PMDB-SQ)	José Serra** (Bloco-PSDB-SP)	Sandra Braga* (Bloco-PMDB-AM)
Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)	Lasier Martins** (Bloco-PDT-RS)	Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
Delcídio do Amaral* (Bloco-PT-MS)	Lidice da Mata* (Bloco-PSB-BA)	Simone Tebet** (Bloco-PMDB-MS)
Donizeti Nogueira** (Bloco-PT-TO)	Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ)	Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
Douglas Cintra* (Bloco-PTB-PE)	Lúcia Vânia* (Bloco-PSDB-GO)	Telmário Mota** (Bloco-PDT-RN)
Edison Lobão* (Bloco-PMDB-MA)	Luiz Henrique* (Bloco-PMDB-SQ)	Valdir Raupp* (Bloco-PMDB-RD)
Eduardo Amorim* (Bloco-PSC-SE)	Magno Malta* (Bloco-PR-ES)	Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM)
Elmano Férrer** (Bloco-PTB-P)	Marcelo Crivella* (Bloco-PRB-RJ)	Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
Eunício Oliveira* (Bloco-PMDB-CE)	Maria do Carmo Alves** (Bloco-DEM-SE)	Waldemir Moka* (Bloco-PMDB-MS)
Fátima Bezerra** (Bloco-PTB-RN)	Marta Suplicy* (Bloco-PT-SP)	Walter Pinheiro* (Bloco-PT-BA)
Fernando Bezerra Coelho** (Bloco-PSB-PE)	Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)	Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
Fernando Collor** (Bloco-PTB-AL)	Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)	Wilder Moraes* (Bloco-DEM-GO)
Fernando Ribeiro* (Bloco-PMDB-PA)	Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)	Zeze Perrella* (Bloco-PDT-MG)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

1º VICE-PRESIDENTE

Jorge Viana - (PT-AC)

2º VICE-PRESIDENTE

Romero Jucá - (PMDB-RR)

1º SECRETÁRIO

Vicentinho Alves - (PR-TO)

2º SECRETÁRIO

Zeze Perrella - (PDT-MG)

3º SECRETÁRIO

Gladson Cameli - (PP-AC)

4º SECRETÁRIA

Angela Portela - (PT-RR)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)

2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)

3º Elmano Férrer - (PTB-PI)

4º Douglas Cintra - (PTB-PE)

LIDERANÇAS

Bloco da Maioria (PMDB/PSD) - 22	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PP) - 25	Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM) - 16
-----	-----	-----
Líder do PMDB - 18	Líder Humberto Costa - PT (20,29)	Líder Alvaro Dias - PSDB (21)
Líder do PSD - 4	Vice-Líderes Acir Gurgacz (2,18)	Vice-Líder Ataídes Oliveira (25)
Omar Aziz (31)	Benedicto de Lira (15,18,40)	-----
Vice-Líder do PSD	Walter Pinheiro (32,35,40)	Líder do PSDB - 11
Sérgio Petecão (27)	Telmário Mota (4,30,40)	Cássio Cunha Lima (27)
	Regina Sousa (40)	Vice-Líderes do PSDB Paulo Bauer (23)
	-----	Aloysio Nunes Ferreira (40)
	Líder do PT - 14	Líder do DEM - 5
	Humberto Costa (20,29)	Ronaldo Caiado (18)
	Vice-Líderes do PT Paulo Rocha (20)	Vice-Líder do DEM José Agripino (33)
	Walter Pinheiro (32,36,40)	
	Lindbergh Farias (33)	
	Fátima Bezerra (34)	

	Líder do PDT - 6	
	Acir Gurgacz (2,18)	
	Vice-Líder do PDT	
	Telmário Mota (4,30,40)	

	Líder do PP - 5	

	Benedito de Lira (15,18,40)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PSOL/PCdoB) - 9	Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 9	
-----	-----	
Líder	Líder	
Lídice da Mata - PSB (16,25)	Fernando Collor - PTB (5,10)	
Vice-Líderes	Vice-Líderes	
José Medeiros (11,19,28)	Blairo Maggi (6)	
Vanessa Grazziotin (22,26)	Eduardo Amorim (8)	
Randolfe Rodrigues (24,27)	Marcelo Crivella (2,7)	
-----	-----	
Líder do PSB - 6	Líder do PTB - 3	
João Capiberibe (4,14)	Fernando Collor (5,10)	
Vice-Líder do PSB	Líder do PR - 4	
Roberto Rocha (45)	Blairo Maggi (3)	
-----	Líder do PSC - 1	
Líder do PPS - 1	Eduardo Amorim (8)	
José Medeiros (11,19,28)	Líder do PRB - 1	
-----	Marcelo Crivella (2,7)	
Líder do PSOL - 1		
Randolfe Rodrigues (24,27)		

Líder do PCdoB - 1		
Vanessa Grazziotin (22,26)		

Notas:

- Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado Líder do PSB (Of. 8/2015-GUPSB).
- Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado Líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).
- Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado Líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
- Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
- Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado Líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
- Em 01.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado Líder do DEM (Of. 5/n-2015/DEM).
- Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
- Em 01.02.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
- Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
- Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado Líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).

11. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
12. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
13. Em 03.02.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
14. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
15. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
16. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
17. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
18. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. s/n GSCN).
19. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of.18/2015-GS/MEDEI).
20. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
21. Em 04.02.2015, o Senador Álvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
22. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
23. Em 10.02.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado 1º vice-líder do PSDB (Of. 12/15 GLPSDB).
24. Em 11.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder do PSOL (Of. 3/2015/GSRRD).
25. Em 24.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
26. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of 01/2015-BSD).
27. Em 24.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of 01/2015-BSD).
28. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
29. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
30. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
31. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
32. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
33. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
34. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
35. Em 03.03.2015, o Senador Ataídes Oliveira foi designado vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
36. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
37. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
38. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
39. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).
40. Em 06.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB).
41. Em 17.03.2015, a Senadora Regina Souza foi designada 5º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 32/2015-GLDBAG).
42. Em 17.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 32/2015-GLDBAG).
43. Em 17.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 3º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 32/2015-GLDBAG).
44. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado 2º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (Of. 32/2015-GLDBAG).
45. Em 25.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 30/2015-GLPSB)

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRAÇAR DIAGNÓSTICO DA CRISE HÍDRICA

Finalidade: Comissão Temporária, criada nos termos do Requerimento nº 44, de 2015, composta por nove membros titulares e igual número de suplentes, para no prazo de noventa dias, para traçar diagnóstico da atual crise hídrica brasileira e de suas consequências e, assim, propor soluções eficazes.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

2) COMISSÃO EXTERNA PARA VERIFICAR IN LOCO A SITUAÇÃO NA VENEZUELA

Finalidade: Verificar, in loco, nos termos do Requerimento nº 77, de 2015, a situação na Venezuela, estabelecer diálogo com membros do parlamento local, e com interlocutores representativos das oposições e da sociedade civil, bem como, se possível, com as autoridades daquele país.

MEMBROS

Senador Ricardo Ferraço (PMDB)

Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)

Senador Sérgio Petecão (PSD)

Notas:

*. Em 25.03.2015, foram designados os Senadores Ricardo Ferraço, Randolfe Rodrigues e Sérgio Petecão para compor a Comissão (Portaria do Presidente nº 12, de 2015).

3) CT - REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Designação: 04/02/2014

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 3303-3492

E-mail: coceti@senado.leg.br

4) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DAS OBRAS DA TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Comissão Temporária, criada nos termos do Requerimento nº 40, de 2015, composta por seis membros titulares e igual número de suplentes, para no prazo de doze meses, acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras da Transposição e do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Requerimento nº 40, de 2015

MEMBROS

5) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010

Prazo final prorrogado: 19/12/2014

Prazo final prorrogado: 19/06/2015

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto

Arnaldo Versiani Leite Soares

Carlos Caputo Bastos

Carlos Mário da Silva Velloso

Edson de Resende Castro

Fernando Neves da Silva

Hamilton Carvalhido

Joelson Costa Dias

José Antonio Dias Toffoli

José Eilton de Figueiredo Júnior

Luciana Müller Chaves

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Márcio Silva

Marcus Vinícius Furtado Coelho

Roberto Montelro Gurgel Santos

Raimundo Cezar Britto

Torquato Lorena Jardim

Geraldo Agostini Filho

José Rollemberg Leite Neto

Walter de Almeida Guilherme

Roberto Carvalho Velloso

Henrique Neves da Silva

Ezikelly Silva Barros

Notas:

*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agostini Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

**. Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

*****. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

*****. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

*****. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

*****. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

*****. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

*****. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.

*****. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.

*****. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.

*****. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.

*****. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.

Secretário(a): Reinalson Prado
Telefone(s): 61 33033492
Fax: 61 33021176
E-mail: coceti@senado.leg.br

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI DO ASSASSINATO DE JOVENS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 115, de 2015, composta por onze senadores titulares e sete suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, investigar o assassinato de jovens no Brasil.

Leitura: 05/03/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
	1.
	2.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
	1.
	2.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
	1.

2) CPI DAS PRÓTESES

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 93, de 2015, do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete membros titulares e cinco suplentes, para, no prazo de cento e oitenta dias, investigar as irregularidades e os crimes relacionados aos procedimentos médicos de colocação de órteses e próteses no País, desde a indicação e execução dos procedimentos até a cobrança pelos produtos e serviços prestados.

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

Leratura: 02/03/2015

Designação: 25/03/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ^[1]	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)
Senador Paulo Paim (PT-RS)	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	1.
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ^[2]	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Romário (PSB-RJ)	1. Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Magno Malta (PR-ES)	1.

Notas:

- *. Em 25.03.2015, o Senador Romário foi designado membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Of. 27/2015-GLPSDB).
- **. Em 25.03.2015, os Senadores Humberto Costa e Paulo Paim foram designados membros titulares, e o Senador Donizeti Nogueira, membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Of. 28/2015-GLDBAG).
- ***. Em 25.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado membro titular, pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Of. 82/2015-GLPSDB).
- ****. Em 25.03.2015, o Senador Romero Jucá foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Maioria, para compor a CPI (Of. 77/2015-GLPMDB).
- *****. Em 25.03.2015, o Senador Magno Malta foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI (Of. 16/2015-BLUFOR).
- *****. Em 25.03.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI, em vaga cedida pelo Bloco da Maioria (Of. 24/2015-BLUFOR).
- 1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
- 2. Em 25.03.2015, vaga cedida ao Bloco Parlamentar União e Força (Of. 66/2015-GLPMDB).

3) CPI DO HSBC

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 94, de 2015, composta por onze senadores titulares e seis suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, irregularidades praticadas pelo HSBC na abertura de contas na Suíça.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽³⁾

Leitura: 02/03/2015

Designação: 18/03/2015

Instalação: 24/03/2015

Prazo final: 19/09/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽³⁾	
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2. Senador Paulo Paim (PT-RS)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)	1.
VAGO (2)	2.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁴⁾	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP)	1. Senador José Medeiros (PPS-MT)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR-MT)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

Notas:

*. Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Rocha, Fátima Bezerra, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; os Senadores Ciro Nogueira e Paulo Paim, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Ofs. 29 e 37/2015-GLDBAG; e Mem. 51/2015-GLDPP).

**. Em 18.03.2015, os Senadores Ricardo Ferraço, Walcimar Moka e Sérgio Petecão foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 75/2015-GLPMDB).

***. Em 18.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular, e o Senador Wellington Fagundes, membro suplente, pelo Bloco União e Força, para compor a CPI (Of. 15/2015-BLUFOR).

****. Em 18.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, e o Senador José Medeiros, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Of. 26/2015-BLSDEM).

*****. Em 18.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular, e o Senador Aloysio Nunes Ferreira, membro suplente, pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Ofs. 60 e 61/2015-GLPSDB).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 19.03.2015, o Senador Walcimar Moka deixou de compor a Comissão (Of. nº 81/2015-GLPMDB).

3. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Rocha, o Senador Randolfe Rodrigues, e o Senador Ricardo Ferraço, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado (Memo nº 1/2015 - CPIHSBC).

4. Em 25.03.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. nº 24/2015-GLDEM).

Secretário(a): Rogério Faleiro Machado - Adjunto - Eduardo do Lago de Sá

Telefone(s): 61 33033510/11

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽⁹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽¹⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽³⁾	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT)	1. Senador José Pimentel (PT)
Senador Delcídio do Amaral (PT)	2. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Lindbergh Farias (PT)	3. Senadora Marta Suplicy (PT)
Senador Walter Pinheiro (PT)	4. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Reguffe (PDT)	5. Senador Cristovam Buarque (PDT) ⁽⁵⁾
Senador Telmário Mota (PDT)	6. Senador Jorge Viana (PT)
Senador Benedito de Lira (PP)	7. Senador Gladson Cameli (PP)
Senador Ciro Nogueira (PP)	8. Senador Ivo Cassol (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Romero Jucá (PMDB)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senador Waldemir Moka (PMDB)	2. Senador Eunício Oliveira (PMDB)
Senador Raimundo Lira (PMDB)	3. Senador José Maranhão (PMDB)
Senadora Sandra Braga (PMDB)	4. Senadora Lúcia Vânia (PSDB) ⁽⁷⁾
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	5.
Senador Roberto Requião (PMDB)	6.
Senador Omar Aziz (PSD)	7.
Senador Luiz Henrique (PMDB)	8. Senador Hélio José (PSD)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador José Agripino (DEM)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM)
Senador Wilder Moraes (DEM)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
Senador Alvaro Dias (PSDB) ⁽¹⁾	4. Senador Antonio Anastasia (PSDB)
Senador Tasso Jereissati (PSDB)	5. Senador José Serra (PSDB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	2. Senador Roberto Rocha (PSB)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	3. Senador José Medeiros (PPS)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)
Senador Marcelo Crivella (PRB)	2. Senador Elmano Férrer (PTB)
Senador Wellington Fagundes (PR)	3. Senador Blairo Maggi (PR) ⁽⁴⁾

Notas:

* Em 25.02.2015, os Senadores Douglas Cintra, Marcelo Crivella e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Amorim e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAE (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores Lúcio da Mata, Roberto Rocha e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CAE [Of. 3/2015-GLBSD].

***. Em 25.02.2015, os Senadores Gleisi Hoffmann, Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias, Walter Pinheiro, Reguffe e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Humberto Costa, Fátima Bezerra e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CAE [Of. 4/2015-GLDBAG].

****. Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Caiado, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE [Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM].

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores Ataídes Oliveira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE [Of. 13/2015-GLPSDB].

*****. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Gladson Cameli e Ivo Cassol membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CAE [Mem. 21 a 24/2015-GLDPP].

*****. Em 05.03.2015, os Senadores Romero Jucá, Waldemir Moka, Raimundo Lira, Sandra Braga, Ricardo Ferrago, Roberto Requião, Omar Aziz e Luiz Henrique foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Eunício Oliveira, José Maranhão e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria para compor a CAE [Of. 043/2015-GLPMDB].

1. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador José Serra [Of. 23/2015-GLPSDB].

2. Em 03.03.2015, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer [Of. 42/2015-GLPSDB].

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo [Of. 19/2015-GLDBAG].

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força [Of. 13/2015-BLUFOR].

5. Em 06.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Fátima Bezerra [Of. 20/2015-GLDBAG].

6. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio do Amaral e Raimundo Lira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado [Of. nº 17/2015-CAE].

7. Em 18.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente em vaga cedida ao PSDB pelo Bloco da Maioria [Ofs. 51/2015-GLPMDB e 81/2015-GLPSDB].

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 3303-4605 / 3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 311-3516/4605

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605/3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LÔNGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 12, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ¹⁾VICE-PRESIDENTE: Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ¹⁹⁾	
Senador Humberto Costa (PT)	1. Senador Paulo Paim (PT)
Senador Paulo Rocha (PT)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT)
Senadora Marta Suplicy (PT)	3. Senador José Pimentel (PT)
Senadora Regina Sousa (PT)	4. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senadora Angéla Portela (PT)	5. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Senadora Ana Amélia (PP)	6. Senador Benedito de Lira (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador João Alberto Souza (PMDB)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB)	2. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)
Senador Waldemir Moka (PMDB)	3. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Dário Berger (PMDB)	4. Senador Sérgio Petecão (PSD) ²⁰⁾
Senador Edison Lobão (PMDB) ¹⁶⁾	5.
Senador Otto Alencar (PSD)	6.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Senador Wilder Moraes (DEM)
Senadora Lúcia Vânia (PSDB)	2. VAGO ¹⁵⁾
VAGO	3.
	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB) ²¹⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Senador Romário (PSB)	2. Senador Roberto Rocha (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB) ²²⁾	
Senador Marcelo Crivella (PRB)	1. Senador Vicentinho Alves (PR) ^{13,2)}
Senador Elmano Férrer (PTB)	2. VAGO
Senador Eduardo Amorim (PSC) ²³⁾	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAS (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CAS (Of. 04/2015-GLPSD).

***. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Regina Sousa e Angéla Portela como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Walter Pinheiro e Fátima Bezerra como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CAS (Of. 7/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Wilder Moraes, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Lúcia Vânia e Tasso Jereissati foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Of. 15/2015-GLPSD).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Benedito de Lira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CAS (Mems. 25 e 26/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores João Alberto Souza, Rose de Freitas, Waldemir Moka, Dário Berger, Sérgio Petecão e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CAS (Of. 010/2015-GLPMDB).

1. A partir de 25.02.2015, o Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e o Bloco Parlamentar União e Força compartilham as vagas de terceiro titular e terceiro suplente.

2. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 11/2015-BLUFOR).

3. Em 03.03.2015, o Senador Eduardo Amorim deixou a suplência e foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of.10/2015-BLUFOR).

4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 14/2015-GLDBAG).

5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 47/2015-GLPSD).

6. Em 12.03.2015, o Senador Edison Lobão foi designado membro titular em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 58/2015-GLPMDB).

7. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Edison Lobão e Maria do Carmo Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CAS).

8. Em 18.03.2015, o Senador Tasso Jereissati deixa de integrar, como suplente, a CAS (Of. 80/2015-GLPSD).

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador José Maranhão (PMDB-PB) ^[4]VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ^[5]

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ^[3]	
Senadora Marta Suplicy (PT)	1. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT)	2. Senador Jorge Viana (PT)
Senador José Pimentel (PT)	3. Senador Lindbergh Farias (PT)
Senadora Fátima Bezerra (PT)	4. Senadora Angéla Portela (PT)
Senador Humberto Costa (PT)	5. Senador Zezé Perrella (PDT)
Senador Acir Gurgacz (PDT)	6. Senador Paulo Palm (PT)
Senador Benedito de Lira (PP)	7. Senador Ivo Cassol (PP)
Senador Ciro Nogueira (PP)	8. Senadora Ana Amélia (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	1. Senador Roberto Requião (PMDB)
Senador Edison Lobão (PMDB)	2. Senador Omar Aziz (PSD)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB) ^[6]
Senador Romero Jucá (PMDB)	4. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senadora Simone Tebet (PMDB)	5. Senador Dário Berger (PMDB)
Senador Valdir Raupp (PMDB) ^[6]	6. Senadora Rose de Freitas (PMDB)
Senador Luiz Henrique (PMDB)	7. Senador Sérgio Petecão (PSD)
Senador José Maranhão (PMDB)	8.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador José Agripino (DEM)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	2. Senador Wilder Moraes (DEM)
Senador Aécio Neves (PSDB)	3. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador José Serra (PSDB) ^[4]	4. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
Senador Antônio Anastasia (PSDB)	5. Senador Alvaro Dias (PSDB) ^[2]
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Antônio Carlos Valadares (PSB)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Senador Roberto Rocha (PSB)	2. Senador João Capiberibe (PSB)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)	3. Senador José Medeiros (PPS)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Douglas Cintra (PTB)
Senador Marcelo Crivella (PRB)	2. Senador Blairo Maggi (PR)
Senador Magno Malta (PR)	3. Senador Elmano Férrer (PTB)

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Fátima Bezerra, Humberto Costa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Walter Pinheiro, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Angéla Portela, Zezé Perrella e Paulo Palm como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCJ (Of. 3/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Marcelo Crivella e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra, Blairo Maggi e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCJ (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, João Capiberibe e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Of. 05/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Adão Neves, Álvaro Dias e Antônio Anastasia foram designados membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Of. 16/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lima e Ciro Nogueira foram designados membros titulares, e os Senadores Ivo Cassol e Ana Amélia membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CCJ (Mem. 27 a 29 e 44/2015-GUPTB).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Edson Lobão, Ricardo Faria, Romano José, Simone Tebet, Garibaldi Alves Filho, Luiz Henrique e José Maranhão foram designados membros titulares, e os Senadores Roberto Recôncio, Omar Aziz, Valdir Raupp, Walnir Motta, Délio Berger, Rose de Freitas e Stélio Puccetti, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 021/2015-GUPTB).

1. Em 27.02.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Álvaro Dias (Of. 26/2015-GLPSDB).

2. Em 27.02.2015, o Senador Álvaro Dias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Tasso Jereissati (Of. 21/2015-GLPSDB).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLD8AG).

4. Em 18.03.2015, a Comissão muda a legião o Senador José Maranhão Presidente dalegado ao legado (Of. 1/2015-CC).

5. Em 25.03.2015, a Comissão muda alegado o Senador José Maranhão-Vice-Presidente da comitiva (Of. 3/2015-CC).

6. Em 25.03.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Garibaldi Alves Filho, que passa à suplência (Of. 92/2015-GUPTB).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 61 3303-4915

E-mail: socomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Lideranças do PSDB e do DEM comunicaram a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 33/11-GLPSDB, de 18.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 61-3303-3972

Fax: 61-3303-4315

E-mail: socomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4915

E-mail: socomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽²⁾	
Senadora Fátima Bezerra (PT)	1. Senadora Marta Suplicy (PT)
Senadora Ângela Portela (PT)	2. Senadora Regina Sousa (PT)
Senador Donizeti Nogueira (PT)	3. Senador Zeze Perrella (PDT) ⁽⁴⁾
Senador Cristovam Buarque (PDT)	4. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senador Lasier Martins (PDT)	5. Senador Telmário Mota (PDT)
Senador Paulo Paim (PT)	6. Senador Lindbergh Farias (PT)
Senador Ivo Cassol (PP)	7. Senador Ciro Nogueira (PP)
Senador Gladson Cameli (PP) ⁽⁵⁾	8. Senadora Ana Amélia (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senadora Simone Tebet (PMDB)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB)
Senadora Sandra Braga (PMDB)	2. Senador Roberto Requião (PMDB)
Senador João Alberto Souza (PMDB)	3. Senador Ricardo Ferraço (PMDB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB)	4. Senador Hélio José (PSD)
Senador Otto Alencar (PSD)	5.
Senador Dário Berger (PMDB) ⁽³⁾	6.
	7.
	8.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Senador José Agripino (DEM)
Senador Wilder Moraes (DEM)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM)
Senador Alvaro Dias (PSDB)	3. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Antonio Anastasia (PSDB)	4. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
VAGO ⁽⁶⁾	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Lídice da Mata (PSB)	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)
Senador Romário (PSB)	2. Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)
Senador Roberto Rocha (PSB)	3. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR)	1.
Senador Eduardo Amorim (PSC)	2.
Senador Douglas Cintra (PTB)	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Fátima Bezerra, Ângela Portela, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, Lasier Martins e Paulo Paim como membros titulares; e os Senadores Marta Suplicy, Regina Sousa, José Pimentel, Walter Pinheiro, Telmário Mota e Lindbergh Farias como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CE (Of. 5/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CE (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata, Romário e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Antônio Carlos Valadares, Randolfe Rodrigues e Fernando Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CE (Of. 06/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, Sandra Braga, Júlio Alberto Souza, Ricardo Faria e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Palmito Ura, Roberto Requião, Alcides Furtado e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CE (Of. 15/2015-GLPMDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Álvaro Dias, Antônio Anastasia e Lúcia Vânia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Aluízio Alves, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Of. 17/2015-GLPSD).

*****. Em 03.03.2015, os Senadores Ivo Cassol e Benedito de Lima foram designados membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira e Ana Amélia, como membros suplentes, pelo PR, para compor a CE (Memorandos nos. 30, 31, 32 e 47/2015-GICPR).

1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegiu os Senadores Renan e Rômulo Soárez, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente desta colegiado (Of. 1/2015-CE).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLBAG).

3. Em 04.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 34/2015-GLPMDB).

4. Em 06.03.2015, a Senadora Zeila Perrella foi designada membro suplente pelo Bloco Pela Unidade e Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 21/2015 GLBAG).

5. Em 17.03.2015, o Senador Geddel Vieira Lima foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lima (Of. 36/2015-GLBAG).

6. Em 24.03.2015, vago em virtude de a Senadora Lúcia Vânia ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015 - GLPSD).

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

(Requerimento Da Comissão De Educação 26, de 2000)

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, edição, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

(Requerimento Da Comissão De Educação 1, de 2002)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 311-3498/4604/2

Fax: 311-3121/1319

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS

Finalidade: Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

(Requerimento 811, de 2001)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽²⁾	
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Donizeti Nogueira (PT)	2. Senadora Regina Sousa (PT)
Senador Reguffe (PDT)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT) ⁽³⁾
Senador Paulo Rocha (PT)	4. Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁵⁾
Senador Ivo Cassol (PP)	5. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽⁶⁾
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB)
VAGO	2. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Otto Alencar (PSD)	3. Senador Luiz Henrique (PMDB)
	4. Senadora Sandra Braga (PMDB) ⁽⁶⁾
	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB)	2. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Senador Alvaro Dias (PSDB)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Lídice da Mata (PSB)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Senador João Capiberibe (PSB)	2. Senador Roberto Rocha (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Blairo Maggi (PR) ⁽⁴⁾
Senador Douglas Cintra (PTB)	2.

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Davi Alcolumbre como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e João Capiberibe foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 08/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CMA (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerra, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Alvaro Dias como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Of. 24/2015-GLPSOB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, Sandra Braga e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CMA (Of. 16/2015-GLPMDB).

*****. Em 26.02.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular, pelo PP, para compor a CMA (Of. 37/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reuniu elegeu os Senadores Otto Alencar e Ataídes Oliveira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Mem. nº 1/2015-CMA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015 o Senador Benedito de Lira foi indicado membro suplente pelo PP (Mem. nº 52/2015-GLDPP).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

5. Em 17.03.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 31/2015-GLDBAG).

6. Em 17.03.2015, a Senadora Sandra Braga foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 36/2015-GLPMDB).

7. Em 24.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of. 38/2015-GLDBAG).

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hidráulicos no Brasil.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 38, de 2009)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomama@senado.gov.br

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLÍMPIADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 48, de 2009)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomama@senado.gov.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ¹¹VICE-PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) ¹⁶

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ¹⁰	
Senador Paulo Paim (PT)	1. Senador Lindbergh Farias (PT)
Senadora Regina Sousa (PT)	2. Senadora Angela Portela (PT)
Senadora Marta Suplicy (PT)	3. Senador Telmário Mota (PDT) ¹³
Senadora Fátima Bezerra (PT)	4. Senador Cristovam Buarque (PDT) ²
Senador Donizeti Nogueira (PT)	5. Senador Humberto Costa (PT)
	6.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Dário Berger (PMDB)	1. Senadora Simone Tebet (PMDB)
Senador Hélio José (PSD)	2. Senador Sérgio Petecão (PSD)
Senador José Maranhão (PMDB)	3.
	4.
	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM)
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador João Capiberibe (PSB)	1. Senador Romário (PSB)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)	2. Senador José Medeiros (PPS)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Magno Malta (PR)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC) ¹⁵
Senador Vicentinho Alves (PR)	2.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Magno Malta e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH [Of. 04/2015-BLUFOR].

**. Em 25.02.2015, os Senadores João Capiberibe e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDH [Of. 11/2015-GLPSD].

***. Em 25.02.2015, os Senadores Paulo Paim, Regina Sousa, Marta Suplicy, Fátima Bezerra e Donizeti Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Lindbergh Farias, Angela Portela, Lasier Martins, Reguffe e Humberto Costa como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDH [Of. 9/2015-GLDBAG].

****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDH [Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM].

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Dário Berger, Hélio José e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Simone Tebet e Sérgio Petecão como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDH [Of. 14/2015-GLPMDB].

1. Em 03.03.2015, a Comissão reuniu elegeu o Senador Paulo Paim Presidente deste colegiado [Of. nº 017/2015-CDH].

2. Em 03.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Reguffe [Of.15/2015].

3. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins [Of.16/2015].

4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo [Of. 19/2015-GLDBAG].

5. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH [Of. 14/2015-BLUFOR].

6. Em 24.03.2015, a Comissão reuniu elegeu o Senador João Capiberibe Vice-Presidente deste colegiado [Of. nº 24/2015-CDH].

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCHI nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Palha Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomdh@senado.gov.br

6.2) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 7, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Palha Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Finalidade: Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 18, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Palha Lyrio

Reuniões: Quarta a-Finhas: 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-4251

Fax: 3303-4646

E-mail: scomdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ¹³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Luiz Henrique (PMDB-SC) ¹³⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ¹⁴⁾	
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senador José Pimentel (PT)
Senador Lindbergh Farias (PT)	2. Senador Telmário Mota (PDT)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT)	3. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Senador Lasier Martins (PDT)	4. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Cristovam Buarque (PDT)	5. Senadora Marta Suplicy (PT)
Senadora Ana Amélia (PP)	6. Senador Benedito de Lira (PP) ¹⁵⁾
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Edison Lobão (PMDB)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB)
Senador Roberto Requião (PMDB)	2. Senador Raimundo Lira (PMDB)
Senador Luiz Henrique (PMDB)	3. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	4. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Senador Hélio José (PSD)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador José Agripino (DEM)	1. Senador Ronaldo Caiado (DEM)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
Senador Tasso Jereissati (PSDB) ¹⁶⁾	3. Senador José Serra (PSDB)
Senador Antônio Anastasia (PSDB) ¹⁴⁾	4. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB) ^{15,2)}
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	1. Senador João Capiberibe (PSB)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	2. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB)
Senador Magno Malta (PR)	2. Senador Wellington Fagundes (PR)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular e o Senador Ronaldo Caiado, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Lasier Martins e Cristovam Buarque como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Telmário Mota, Delcídio do Amaral, Humberto Costa e Marta Suplicy como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRE (Of. 8/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Crivella e Wellington Fagundes, como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRE (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores João Capiberibe e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CRE (Of. 9/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Of. 20/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Ciro Nogueira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CRE (Mems. 35 e 36/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Edison Lobão, Roberto Requião, Luiz Henrique, Eunício Oliveira e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Raimundo Lira, Valdir Raupp, Romero Jucá e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CRE (Of. 018/2015-GLPMDB).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antônio Anastasia, que passou a ocupar vaga de membro suplente (Of. 45/2015-GLPSDB).

3. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Luiz Henrique, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CRE).

4. Em 13.03.2015, o Senador Antônio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 62/2015-GLPSDB).

5. Em 13.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antônio Anastasia (Of. 63/2015-GLPSDB).

6. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira (Of. 35/2015-GLDBAG).

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽⁶⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽²⁾	
Senador Delcídio do Amaral (PT)	1. Senador Jorge Viana (PT)
Senador Walter Pinheiro (PT)	2. Senadora Angéla Portela (PT)
Senador Lasier Martins (PDT)	3. Senador José Pimentel (PT)
Senador Acir Gurgacz (PDT)	4. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Telmário Mota (PDT)	5. Senador Cristovam Buarque (PDT)
Senador Ciro Nogueira (PP) ⁽⁶⁾	6. Senador Ivo Cassol (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)	1. Senador Edison Lobão (PMDB)
Senadora Sandra Braga (PMDB)	2. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senador Valdir Raupp (PMDB)	3. Senador Dário Berger (PMDB)
Senador Fernando Ribeiro (PMDB)	4. Senador Eunício Oliveira (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽⁴⁾	5. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Hélio José (PSD)	6. Senadora Rose de Freitas (PMDB) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM)
Senador Wilder Moraes (DEM)	2. Senador José Agripino (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3.
Senador Paulo Bauer (PSDB)	4.
	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	1. Senador Roberto Rocha (PSB)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	2.
	3.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR) ⁽³⁾	1. Senador Douglas Cintra (PTB)
Senador Wellington Fagundes (PR)	2. Senador Vicentinho Alves (PR) ⁽¹⁾
Senador Elmano Férrer (PTB)	3. Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽³⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Lasier Martins, Acir Gurgacz e Telmário Mota como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Angéla Portela, José Pimentel, Paulo Rocha e Cristovam Buarque como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CI [Of. 6/2015-GLDBAG].

**. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Douglas Cintra pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CI [Of. 04/2015-BLUFOR].

***. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CI [Of. 07/2015-GLBSD].

****. Em 25.02.2015, os Senadores Ronaldo Caiado e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e José Agripino, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI [Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM].

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro e Paulo Bauer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI [Ofs. 21/2015-GLPSDB].

*****. Em 26.02.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular e o Senador Ivo Cassol como membro suplente, pelo PP, para compor a CI [Memorandos nos. 33 e 34/2015-GLDPP].

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Garibaldi Alves Filho, Sandra Braga, Valdir Raupp, Fernando Ribeiro, Rose de Freitas e Hélio José foram designados membros titulares; e os Senadores Edison Lobão, Waldemir Moka, Dário Berger, Eunício Oliveira e Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CI [Of. 020/2015-GLPMDB].

1. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força [Of. nº 12/2015-BLUFOR].

2. Em 04/03/2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo [Of. 13/2015-GLBPAV].
3. Em 04/03/2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Edmar Amorim que passa a ocupar vaga de suplente [Of. 13 e 14/2015-BUPUF].
4. Em 10/03/2015, o Senador Ricardo Faria foi designado membro titular em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passa a compor a comissão como membro suplente [Of. 52/2015-SUPMDF].
5. Em 17/03/2015, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Gleison Cameli [Of. 34/2015-GLDIBA6].
6. Em 18/03/2015, a Comissão reunida elegerá os Senadores Garibaldi Alves Filho e Ricardo Faria, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste Colegiado [Of. 03/2015-CL].

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moreira

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infra-Estrutura 6, de 2007)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infra-Estrutura 32, de 2007)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moreira

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infra-Estrutura 8, de 2012)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moreira

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

0

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infra-Estrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽²⁾VICE-PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽³⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽⁴⁾	
Senador José Pimentel (PT)	1. Senador Donizeti Nogueira (PT)
Senador Paulo Rocha (PT)	2. Senadora Regina Sousa (PT)
Senador Humberto Costa (PT)	3. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Senador Walter Pinheiro (PT)	4. Senador Lasier Martins (PDT) ⁽⁵⁾
Senador Gladson Cameli (PP)	5. Senador Ciro Nogueira (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senadora Simone Tebet (PMDB)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB)
Senador José Maranhão (PMDB)	2. VAGO ⁽⁶⁾
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)
Senador João Alberto Souza (PMDB) ⁽⁷⁾	4. Senador Romero Jucá (PMDB)
	5. Senador Dário Berger (PMDB)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
VAGO ⁽⁸⁾	2. Senadora Lúcia Vânia (PSDB)
Senador Antônio Anastasia (PSDB) ⁽⁹⁾	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB) ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador José Medeiros (PPS)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)	2. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽¹¹⁾
Senador Elmano Férrer (PTB)	2.
Notas:	
*. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular, e os Senadores Fernando Bezerra e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDR [Of. 12/2015-GLBSD].	
**. Em 25.02.2015, os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Humberto Costa e Walter Pinheiro foram designados membros titulares, e os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa, Fátima Bezerra e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDR [Of. 12/2015-GLDBAG].	
***. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR [Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM].	
****. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR [Of. 04/2015-BLUFOR].	
*****. Em 26.02.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR [Of. 22/2015-GLPSDB].	
*****. Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, José Maranhão e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, e os Senadores Sandra Braga, João Alberto Souza, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá e Dário Berger como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDR [Of. 15/2015-GLPMDB].	
*****. Em 02.03.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular, e o Senador Ciro Nogueira como membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CDR [Mem. 38 e 39/2015-GLDPP].	
*****. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CDR [Of. 18/2015-GLBSD].	
1. Em 03.03.2015, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota [Of. 17/2015-GLDBAG].	
2. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado [Of. 115/2015-CDR].	
3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo [Of. 19/2015-GLDBAG].	
4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR [Of. 14/2015-BLUFOR].	
5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição [Of. 46/2015-GLPSDB].	
6. Em 06.03.2015, o Senador Antônio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição [Of. 50/2015-GLPSDB].	
7. Em 12.3.2015, o Senador João Alberto Souza deixa a suplência e passa a ser membro titular pelo Bloco da Maioria [Of. 56/2015-GLPMDB].	
8. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Alberto Souza Vice-Presidente deste colegiado [Of. 153/2015-CDR].	

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 2, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amélia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 5, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽²⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽²⁾	
Senador Acir Gurgacz (PDT)	1. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Donizeti Nogueira (PT)	2. Senador Lasier Martins (PDT)
Senador Zezé Perrella (PDT)	3.
Senador Delcídio do Amaral (PT)	4.
Senadora Ana Amélia (PP)	5. Senador Benedito de Lira (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Waldemir Moka (PMDB)	1. Senador José Maranhão (PMDB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senador Dário Berger (PMDB)	3. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD)	4. Senador Luiz Henrique (PMDB)
	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Wilder Moraes (DEM)
Senadora Lúcia Vânia (PSDB) ⁽³⁾	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador José Medeiros (PPS)	1.
	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR)	1. Senador Douglas Cintra (PTB)
Senador Blairo Maggi (PR)	2. Senador Elmano Férrer (PTB)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Wilder Moraes como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA [Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM].

**. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Blairo Maggi foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra e Elmano Férrer como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRA [Of. 04/2015-BLUFOR].

***. Em 25.02.2015, os Senadores Acir Gurgacz, Donizeti Nogueira, Zezé Perrella e Delcídio do Amaral foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Lasier Martins como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRA [Of. 11/2015-GLDBAG].

****. Em 26.02.2015, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA [Ofs. 18/2015-GLPSDB].

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Waldemir Moka, Rose de Freitas, Dário Berger e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores José Maranhão, Valdir Raupp, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CRA [Of. 17/2015-GLPMDB].

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular; e o Senador Benedito de Lira, como membro suplente, pelo PP, para compor a CRA (Memorandas nos. 40 e 41/2015-GLDPP).

*****. Em 03.03.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CRA [Of. 14/2015-GLBSD].

1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ana Amélia e Acir Gurgacz, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado [Of. nº 10/2015-CRA].

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo [Of. 19/2015-GLDBAG].

3. Em 06.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição [Of. 48/2015-GLPSDB].

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Finalidade: REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽²⁾	
Senador Cristovam Buarque (PDT)	1. Senador Zeze Perrella (PDT)
Senador Lasier Martins (PDT)	2. Senador Jorge Viana (PT)
Senador Walter Pinheiro (PT)	3. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Senadora Angela Portela (PT)	4. Senador Telmário Mota (PDT)
Senador Ivo Cassol (PP)	5. Senador Gladson Cameli (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB)
Senador João Alberto Souza (PMDB)	2. Senador Edison Lobão (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD)	3. Senador Luiz Henrique (PMDB)
Senador Omar Aziz (PSD) ⁽³⁾	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB)
Senador Hélio José (PSD) ⁽⁴⁾	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM)	1. Senador José Agripino (DEM)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador José Medeiros (PPS)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽⁵⁾	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Marcelo Crivella (PRB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽⁶⁾
Senador Vicentinho Alves (PR)	2.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCT (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e o Senador José Agripino como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerra, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCT (Of. 10/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Cristovam Buarque, Lasier Martins, Walter Pinheiro e Angela Portela foram designados membros titulares; e os Senadores Zezé Perrella, Jorge Viana, Delcídio do Amaral e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCT (Of. 13/2015-GLDBAG).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Of. 19/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, João Alberto Souza, Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, Edison Lobão, Luiz Henrique e Rose de Freitas, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCT (Of. 12/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular e o Senador Gladson Cameli membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CCT (Mem. 42 e 43/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Presidente deste colegiado (Mem. nº 1/2015-OCT).

2. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia (Of. 18/2015-GLBSD).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 14/2015-BLUFOR).

5. Em 10.03.2015, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 40/2015- GLPMDB).

6. Em 24.03.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 87/2015-GLPMDB).

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Finalidade: Discutir os serviços prestados ao cidadão e à sociedade mediante o uso de informática.

(Requerimento Da Comissão De Ciência, Tec., Inov., Com. E Informática 4, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽¹⁾	
Senador Paulo Paim (PT)	1. Senadora Angéla Portela (PT)
Senadora Fátima Bezerra (PT)	2. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Cristovam Buarque (PDT)	3. Senador Ivo Cassol (PP)
Senador Gladson Cameli (PP)	4. Senadora Gleisi Hoffmann (PT)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Luiz Henrique (PMDB) ^(6,3)	1. Senador Garibaldis Alves Filho (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB)
VAGO ⁽⁴⁾	3. Senador Edison Lobão (PMDB)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Moraes (DEM)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR)	1. Senador Blairo Maggi (PR) ⁽²⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CSF (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CSF (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 12.03.2015, os Senadores Hélio José, Sérgio Petecão e Waldemir Moka foram designados membros titulares; os Senadores Garibaldis Alves Filho, Valdir Raupp e Edison Lobão, membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CSF (Of. 19/2015-GLPMDB).

****. Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Paim, Fátima Bezerra, Cristovam Buarque e Gladson Cameli foram designados membros titulares; os Senadores Angéla Portela, Paulo Rocha, Ivo Cassol e Gleisi Hoffmann, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CSF (Of. 30/2015-GLDAG).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDAG).

2. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

3. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Hélio José ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015-GLPMDB).

4. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Waldemir Moka ter deixado de integrar a Comissão (Of. 90/2015-GLPMDB).

5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Fagundes Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CSF).

6. Em 25.03.2015, o Senador Luiz Henrique foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 091/2015-GLPMDB).

Secretário(a): Waldir Bezerra Miranda

Telefone(s): 61 33031095

E-mail: csf@senado.leg.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR (Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
	COORDENADOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Matrização: 01/01/2015

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 6ª Eleição Geral: 06/03/2007

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 7ª Eleição Geral: 14/07/2009

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 8ª Eleição Geral: 26/04/2011

4ª Eleição Geral: 13/03/2003 9ª Eleição Geral: 06/03/2013

5ª Eleição Geral: 23/11/2005

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
PT	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
PSDB	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
PTB	
VAGO	1. VAGO
PP	
VAGO	1.
PDT	
VAGO	1.
PSB	
VAGO	1. VAGO
DEM	
VAGO	1. VAGO
PR	
VAGO	1. VAGO
PSD	
VAGO	1. VAGO

Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)

VAGO

Atualização: 31/01/2015

Notas:

*. Mais um membro em virtude do caput do art. 23 da Resolução nº 20, de 1993.

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

SENADOR	CARGO
	COORDENADOR
	Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
 Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
 Telefone(s): 3303-5255
 Fax: 3303-5260
 E-mail: saop@senado.leg.br

4) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (1)	PROCURADORA
	Atualização: 31/01/2015

Notas:

1. A Senadora Vanessa Grazziotin foi designada Procuradora Especial da Mulher, conforme ato do Presidente do Senado no. 02, de 2015, publicado no BMSF em 12/02/2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento
 Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
 Telefone(s): (61) 3303-5255
 Fax: (61) 3303-5260
 E-mail: scop@senado.leg.br

5) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL
(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)

SENADOR	CARGO
	OUVIDORA-GERAL
	Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
 Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
 Telefone(s): 3303-5255
 Fax: 3303-5260
 E-mail: scop@senado.leg.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ*(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:**

1ª Designação: 03/12/2001
2ª Designação: 26/02/2003
3ª Designação: 03/04/2007
4ª Designação: 12/02/2009
5ª Designação: 11/02/2011
6ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS**PMDB**

VAGO

PT

VAGO

PSDB

VAGO

PTB

VAGO

PP

VAGO

PDT

VAGO

PSB

VAGO

DEM

VAGO

PR

VAGO

PSD

VAGO

PCdoB

VAGO

PV

VAGO

PRB

VAGO

PSC

VAGO

PSOL

VAGO

7) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

*(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽¹⁾1^a Designação: 23/03/20102^a Designação: 14/03/20113^a Designação: 11/03/20134^a Designação: 04/03/2015**MEMBROS****PMDB**

Senador Eunício Oliveira (CE)

PT

Senador Delcídio do Amaral (MS)

PSDB

Senador Tasso Jereissati (CE)

PSB

Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)

PDT

Senador Acir Gurgacz (RO)

PR

Senador Blairo Maggi (MT)

PSD

Senador Otto Alencar (BA)

DEM

Senador José Agripino (RN)

PP

Senador Ciro Nogueira (PI)

PTB

Senador Douglas Cintra (PE)

PPS

Senador José Medeiros (MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSOL

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ)

Atualização: 19/03/2015

Notas:1. Eleitos na 1^a reunião de 2015, realizada em 18/03/2015.

8) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

*(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

1^a Designação: 30/11/2010
 2^a Designação: 14/03/2011
 3^a Designação: 21/03/2012
 4^a Designação: 11/03/2013
 5^a Designação: 20/05/2014
 6^a Designação: 04/03/2015

MEMBROS**PMDB**

Senador Garibaldi Alves Filho (RN)

PT

Senador Paulo Paim (RS)

PSDB

Senador Flexa Ribeiro (PA)

PSB

Senadora Lidice da Mata (BA)

PDT

Senador Lasier Martins (RS)

PR

Senador Magno Malta (ES)

PSD

Senador Sérgio Petecão (AC)

DEM

Senadora Maria do Carmo Alves (SE)

PP

Senador Gladson Cameli (AC)

PTB

Senador Fernando Collor (AL)

PPS

Senador José Medeiros (MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSOL

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ)

Atualização: 17/03/2015

Notas:1. Eleitos na 1^a reunião de 2015, realizada em 17.03.2015.

9) COMISSÃO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Art. 17 da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011.)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1^a Designação: 14/03/2011
2^a Designação: 21/03/2012
3^a Designação: 11/03/2013
4^a Designação: 26/03/2014

MEMBROS

PMDB

VAGO

PT

VAGO

PSDB

VAGO

PTB

VAGO

PP

VAGO

PDT

VAGO

PSB

VAGO

DEM

VAGO

PR

VAGO

PSD

VAGO

PCdoB

VAGO

PV

VAGO

PRB

VAGO

PSC

VAGO

PSOL

VAGO

SD

VAGO

PROS

10) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL*(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)***Número de membros:** 18 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:**

1ª Designação: 12/09/2012

2ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS**PMDB**

VAGO

PT

VAGO

PSDB**PTB**

VAGO

PP

VAGO

PDT**PSB**

VAGO

DEM

VAGO

PR

VAGO

PSD

VAGO

PCdoB

VAGO

PV

VAGO

PRB

VAGO

PSC

VAGO

PSOL

VAGO

Representante da sociedade civil organizada

VAGO

Pesquisador com produção científica relevante

VAGO

Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente

VAGO

11) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS*(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)***PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTB-AL)

MEMBROS

PTB

Senador Fernando Collor (AL)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PMDB

Senador Romero Jucá (RR)

(1)**Notas:**

1. O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.

12) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO*(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)***Número de membros:** 16 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:**

1ª Designação: 20/12/2013

MEMBROS**PMDB**

VAGO

PT

VAGO

PSDB

VAGO

PTB**PP****PDT**

VAGO

PSB

VAGO

DEM**PR**

VAGO

PSD

VAGO

PCdoB

VAGO

PV

VAGO

PRB

VAGO

PSC

VAGO

PSOL

VAGO

SD

VAGO

Atualização: 31/01/2015

13) CONSELHO DA COMENDA DORINA GOUVEIA NOWILL*(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:**

1ª Designação: 22/08/2013

MEMBROS**PMDB**

VAGO

PT

VAGO

PSDB

VAGO

PTB**PP**

VAGO

PDT

VAGO

PSB

VAGO

DEM

VAGO

PR**PSD**

VAGO

PCdoB

VAGO

PV**PRB**

VAGO

PSC

VAGO

PSOL

VAGO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

COMPOSIÇÃO COMISSÕES MISTAS

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(Resolução nº 1, de 2006-CN) Processado referente à composição de 2013: OFN nº 11/2013

Finalidade: Examinar e emitir parecer, nos termos do § 1º, do art. 166 da Constituição Federal de 1988.

Número de membros: 11 Senadores e 33 Deputados

1º VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Relator do PLDO: Vital do Rêgo (-)⁽³¹⁾

Relator do PLOA: Senador Romero Jucá (PMDB-RR)⁽³⁰⁾

Designação: 19/03/2014

Instalação: 25/03/2014

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Eunício Oliveira - PMDB/CE	1. VAGO
Romero Jucá - PMDB/RR	2. VAGO ⁽³²⁾
Waldemir Moka - PMDB/MS	3. Valdir Raupp - PMDB/RO ⁽³⁾
Ana Amélia - PP/RS	4. VAGO
Gleisi Hoffmann - PT/PR	1. Humberto Costa - PT/PE ⁽²⁸⁾
Jorge Viana - PT/AC	2. Angela Portela - PT/RR
Zeze Perrella - PDT/MG	3. Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM
VAGO	1. VAGO
Flexa Ribeiro - PSDB/PA	2. VAGO
VAGO ⁽²⁹⁾	1. VAGO
VAGO ⁽³⁴⁾	2. VAGO ⁽³⁴⁾
Vicentinho Alves - PR/TO	1. Ataídes Oliveira - PSDB/TO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
PT	
VAGO {33}	1. VAGO {33}
VAGO {33}	2. VAGO {16,33}
VAGO {33}	3. VAGO {7,33}
VAGO {33}	4. VAGO {33}
VAGO {33}	5. VAGO {33}
PMDB	
VAGO {29,4,27,33}	1. VAGO {4,33}
VAGO {4,33}	2. VAGO {9,33}
VAGO {9,33}	3. VAGO {33}
VAGO {33}	4. VAGO {25,33}
VAGO {33}	5. VAGO {26,33}
PSDB	
VAGO {33}	1. VAGO {10,33}
VAGO {33}	2. VAGO {15,33}
VAGO {33}	3. VAGO {17,33}
PSD	
VAGO {33}	1. VAGO {33}
VAGO {33}	2. VAGO {24,33}
VAGO {3,33}	3. VAGO {3,33}
PP	
VAGO {33}	1. VAGO {33}
VAGO {8,33}	2. VAGO {33}
VAGO {33}	3. VAGO {33}
PR	
VAGO {33}	1. VAGO {33}
VAGO {33}	2. VAGO {33}
PSB	
VAGO {19,33}	1. VAGO {33}
VAGO {33}	2. VAGO {33}
DEM	
VAGO {33}	1. VAGO {11,33}
VAGO {33}	2. VAGO {33}
SD	
VAGO {6,20,33}	1. VAGO {6,21,20,33}
PTB	
VAGO {33}	1. VAGO {33}
Bloco PV, PPS	
VAGO {12,23,33}	1. VAGO {33}
PROS	
VAGO {5,33}	1. VAGO {5,33}

TITULARES	SUPLENTES
PDT	
VAGO (18,33)	1. VAGO (18,33)
PCdoB	
VAGO (33)	1. VAGO (33)
PSC	
VAGO (33)	1. VAGO (13,33)
PSOL	
VAGO (2,33)	1. VAGO (2,33)
PRB	
VAGO (33)	

Notas:

1. Designado o Senador Valdir Raupp, como membro suplente, em substituição ao Senador Luiz Henrique, em 24-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 58 de 2014, da Liderança do PMDB.
2. Designados, como membro titular, o Deputado Ivan Valente e, como membro suplente, o Deputado Chico Alencar em vagas existentes, em 19-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 10 de 2014, da Liderança do PSOL.
3. Designados, o Deputado Urzeni Rocha, como membro titular, em substituição ao Deputado Moreira Mendes, que passa à condição de suplente, em 26-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 197 de 2014, da Liderança do PSD.
4. Designados os Deputados Sandro Mabel e Gastão Vieira, como titulares, e o Deputado João Magalhães, como suplente, em vagas existentes, em 27-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme os Ofícios nos 241 e 242, de 2014, da Liderança do PMDB.
5. Designado o Deputado Givaldo Carimbão, como membro titular, em vaga existente, e o Deputado Dr. Jorge Silva, como membro suplente, em substituição ao Deputado Miro Teixeira, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 38 de 2014, da Liderança do PROS.
6. Designados os Deputados Henrique Oliveira, como membro titular, e Benjamin Maranhão, como suplente, em vagas existentes, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 90 de 2014, da Liderança do SDD.
7. Designado o Deputado Cláudio Puty, como membro suplente, em substituição ao Deputado Marco Maia, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 307 de 2014, da Liderança do PT.
8. Designado o Deputado João Leão, como membro titular, em substituição ao Deputado Dimas Fabiano, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 182 de 2014, da Liderança do PP.
9. Designados o Deputado Hermes Parcianello, como membro suplente, e o Deputado Lucio Vieira Lima, como membro titular, em vagas existentes, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme os Ofícios nºs 278 e 279, de 2014, respectivamente, da Liderança do PMDB.
10. Designado o Deputado Izaci, como membro suplente, em vaga existente, conforme o Ofício nº 414 de 2014, da Liderança do PSDB.
11. Designado o Deputado Carlos Melles, como membro suplente, em vaga existente, em 10-4-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 142 de 2014, da Liderança do DEM.
12. Designado o Deputado Paulo Wagner, como membro titular, em substituição ao Deputado Eurico Júnior, em 10-4-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 142 de 2014, das Lideranças do PPS e do PV.
13. Designado o Deputado Filipe Pereira, como membro suplente, em vaga existente, em 14-4-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 152 de 2014, da Liderança do PSC.
14. Designado o Senador Moacirido Cavalcante, como membro titular, em substituição ao Senador Marcelo Crivella, em 15-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 59 de 2014, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força.
15. Designado o Deputado Cesar Colnago, como suplente, em vaga existente, em 30-4-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 492, de 2014, da Liderança do PSDB.
16. Designado o Deputado Geraldo Simões, em substituição ao Deputado Márcio Macêdo, em 13-5-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 528, de 2014, da Liderança do PT na Câmara dos Deputados.
17. Designado o Deputado Alfredo Kaefer, como suplente, em vaga existente, em 4-6-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 650, de 2014, da Liderança do PSDB.
18. Designado, como membro titular, o Deputado Marcos Rogério, em substituição ao Deputado Félix Mendonça Júnior, e, como membro suplente, o Deputado Félix Mendonça Júnior, em substituição ao Deputado Marcos Rogério, em 9-7-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 207, de 2014, da Liderança do PDT.
19. Vago em razão da afastamento do Deputado Alexandre Toledo em 10-7-2014, nos termos do art. 56, II e §1º, da Constituição Federal e arts. 235, II e III, e 236, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.
20. Designado, como membro titular, o Deputado Benjamin Maranhão, em substituição ao Deputado Henrique Oliveira, e, como membro suplente, o Deputado Henrique Oliveira, em substituição ao Deputado Benjamin Maranhão, em 6-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 343, de 2014, da Liderança do SD.
21. Designado, como membro suplente, o Deputado Laercio Oliveira, em substituição ao Deputado Henrique Oliveira, em 12-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 353, de 2014, da Liderança do SD.
22. Designado, como membro titular, o Senador Alfredo Nascimento, em substituição ao Senador Antônio Carlos Rodrigues, em 12-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 73, de 2014, da Liderança do BLUFOR.
23. Designado, como membro titular, o Deputado Penna, em substituição ao Deputado Paulo Wagner, em 18-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 168, de 2014, das Lideranças do PV e do PPS.
24. Designado, como membro titular, o Deputado Geraldo Thadeu, em substituição ao Deputado Roberto Dornier, em 18-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 528, de 2014, da Liderança do PSD.

25. Designado, como membro suplente, o Deputado Júnior Colnago, em vaga existente, em 20-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1038, de 2014, da Liderança do PMDB.
26. Designado, como membro suplente, o Deputado Professor Betânia, em vaga existente, em 20-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1038, de 2014, da Liderança do PMDB.
27. Designado, como membro titular, o Deputado Eduardo Cunha, em substituição ao Deputado Alexandre Santos, em 24-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1054, de 2014, da Liderança do PMDB.
28. Designado, como membro suplente, o Senador Humberto Costa, em substituição ao Senador João Capiberibe, em 24-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 83, de 2014, da Liderança do PT.
29. Designado, como membro titular, o Deputado Alexandre Santos, em substituição ao Deputado Eduardo Cunha, em 26-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1062, de 2014, da Liderança do PMDB.
30. Relator do PLDA 2015 (PLN 13/2014)
31. Relator do PLDO 2015 (PLN 3/2014)
32. Em virtude de renúncia ao mandato para assumir o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União, conforme ofício nº 23, de 2014, lido em Plenário em 23/12/2014
33. Vago em virtude do final da 54^a Legislatura.

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

I - Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária - CRIS

COORDENADOR: Deputado Izalci (PSDB-DF)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PCdoB	Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB / AM)
PMDB	Senador João Alberto Souza (PMDB / MA)
SD	Senador Vicentinho Alves (PR / TO)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PSDB	Deputado Nilson Leitão (PSDB)
PSDB	Deputado Izalci (PSDB)
PSD	Deputado Urcani Rocha
PSC	Deputado Sílvio Costa (PSC)
PSOL	Deputado Ivan Valente (PSOL)
PROS	Deputado Givaldo Carimbão (PROS)
PMDB	Deputado João Magalhães
DEM	Deputado Felipe Maia (DEM)

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

IV - Comitê de Admissibilidade de Emendas - CAEM

COORDENADOR: Deputado Gastão Vieira (-)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PSB	Senador João Capiberibe (PSB / AP)
PSDB	Senador Flexa Ribeiro (PSDB / PA)
PR	Deputado Alfredo Nascimento (PR / AM)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Deputado Gastão Vieira
PR	Deputado João Maia
PSD	Deputado Eleno Lima
PTB	Deputado Arnon Bezerra (PTB)
PSB	Deputado Paulo Figueiro (PSB)
PP	Deputado Sandes Júnior (PP)
PT	Deputado Ronaldo Zulce
PSDB	Deputado Cesar Colnago

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
RELATORES SETORIAIS DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA - CMO

ÁREA TÉMATICA	RELATOR SETORIAL
I - Infraestrutura	Deputado Waldenor Pereira (PT-BA)
II - Saúde	Senador Jorge Viana (PT-AC)
III - Integração Nacional e Meio Ambiente	Deputado Rodrigo de Castro (PSDB-MG)
IV - Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte	Deputado Cyro Miranda (-)
V - Planejamento e Desenvolvimento Urbano	Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)
VI - Fazenda, Desenvolvimento e Turismo	Deputado Geraldo Resende (PMDB-MS)
VII - Justiça e Defesa	Senador Vicentinho Alves (PR-TO)
VIII - Poderes do Estado e Representação	Deputado João Lito (-)
IX - Agricultura e Desenvolvimento Agrário	Deputado Moreira Mendes (-)
X - Trabalho, Previdência e Assistência Social	Deputado João Carlos Bacelar (PR-BA)

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

II - Comitê de Avaliação da Receita - CAR

COORDENADOR: Deputado Paulo Pimenta (PT-RS)¹¹¹

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Senador Vital do Rêgo
PTB	Senador Moacirito Cavalcanti
PSDB	Senador Cyro Miranda

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	Deputado Paulo Pimenta (PT)
PMDB	Deputado Sandro Mabel
PSB	Deputado Alexandre Rosi
PSD	Deputado Roberto Dornel
PDT	Deputado Manoel Rogério (PDT)
PP	Deputado Belinho Rosado
PPS	Deputado Arnaldo Jardim (PPS)

Notas:

1. Designado, como membro titular, o Deputado Paulo Pimenta, em substituição ao Deputado Pedro Licosi, em 8-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 595, de 2014, da Liderança do PT.

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

III - Comitê de Avaliação das Inform. sobre Obras e

Serviços com Indícios de Irregularidades Graves - COI

COORDENADOR: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PT	Senadora Gleisi Hoffmann (PT / PR)
PP	Senadora Ana Amélia (PP / RS)
PMDB	Senador Valdir Raupp (PMDB / RO)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	Deputado Acaí Carvalho (PT)
PT	Deputado Luiz Alberto
PMDB	Deputado Alexandre Santos
PR	Deputado Luciano Castro
PSD	Deputado Moreira Mendes
PP	Deputado Lázaro Bortolho (PP)
PCdoB	Deputado Daniel Almeida (PCdoB)
SD	Deputado Benjamin Maranhão (SD)

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização - 2015**Número de membros: 10 Senadores e 30 Deputados****PRESIDENTE: VAGO****1º VICE-PRESIDENTE: VAGO****2º VICE-PRESIDENTE: VAGO****3º VICE-PRESIDENTE: VAGO****Designação: 17/03/2015****Senado Federal**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Rose de Freitas - PMDB/ES	1. VAGO
Raimundo Lira - PMDB/PB	2. Hélio José - PSD/DF
Valdir Raupp - PMDB/RO	3. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	
Acir Gurgacz - PDT/RO	1. Gleisi Hoffmann - PT/PR
Walter Pinheiro - PT/BA	2. Angela Portela - PT/RR
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer - PSDB/SC	1. Davi Alcolumbre - DEM/AP
Wilder Morais - DEM/GO	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
Roberto Rocha - PSB/MA	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Eduardo Amorim - PSC/SE	1. VAGO
PP	
Benedito de Lira - AL	1. Ivo Cassol - RO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
PMDB, PP, PTB, DEM, PRB, SD, PSC, PHS, PTN, PMN, PRP, PSDC, PEN, PRTB	
Edmar Arruda - PSC/PR	1. Danilo Forte - PMDB/CE
Carlos Henrique Gaguim - PMDB/TO	2. VAGO
César Halum - PRB/TO	3. Expedito Netto - SD/RO
Genecias Noronha - SD/CE	4. Jhonatan de Jesus - PRB/RR
Hildo Rocha - PMDB/MA	5. Kailo Maniçoba - PHS/PE
João Arruda - PMDB/PR	6. Luiz Carlos Busato - PTB/RS
Lelo Coimbra - PMDB/ES	7. Mauro Lopes - PMDB/MG
Marcelo Aro - PHS/MG	8. Paes Landim - PTB/PI
Nilton Capixaba - PTB/RO	9. Vitor Vallim - PMDB/CE
Ricardo Teobaldo - PTB/PE	10. Washington Reis - PMDB/RJ
Lázaro Botelho - PP/TO	11. Cacá Leão - PP/BA
Ricardo Barros - PP/PR	12. Sandes Júnior - PP/GO
Elmar Nascimento - DEM/BA	13. Pedro Fernandes - PTB/MA
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
José Rocha - PR/BA	1. Gorete Pereira - PR/CE
Nilto Tatto - PT/SP	2. João Carlos Bacelar - PR/BA
Paulo Pimenta - PT/RS	3. Jorge Solla - PT/BA
Valtenir Pereira - PROS/MT	4. José Airton Cirilo - PT/CE
Wadson Ribeiro - PCdoB/MG	5. Leo de Brito - PT/AC
Wellington Roberto - PR/PB	6. Orlando Silva - PCdoB/SP
Zé Geraldo - PT/PA	7. Rafael Motta - PROS/RN
Zeca Dirceu - PT/PR	8. Weliton Prado - PT/IM
Jaime Martins - PSD/MG	9. Rômulo Gouveia - PSD/PB
Walter Loshki - PSD/SP	10. Átila Lins - PSD/AM
PSDB, PSB, PPS, PV	
Caio Nárcio - PSDB/MG	1. César Messias - PSB/AC
Giuseppe Vecchi - PSDB/GO	2. Leopoldo Meyer - PSB/PR
Gonzaga Patriota - PSB/PE	3. William Woo - PPS/SP
Hissa Abrahão - PPS/AM	4. Domingos Sávio - PSDB/MG
João Fernando Coutinho - PSB/PE	5. Izalci - PSDB/DF
VAGO	6. VAGO
PDT	
Pompeu de Mattos - RS	1. VAGO
PSOL	
Edmilson Rodrigues - PA	1. Cabo Daciolo - RJ

Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Finalidade: Acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados

PRESIDENTE: Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Sarney Filho (PV-MA)

RELATOR: Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)

Designação: 19/03/2015

Instalação: 25/03/2015

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. VAGO
Sandra Braga - PMDB/AM	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	
Jorge Viana - PT/AC ⁽²⁾	1. VAGO
Donizeti Nogueira - PT/TO ⁽²⁾	2. VAGO
Cristovam Buarque - PDT/DF ⁽²⁾	3. Ivo Cassol - PP/RO ⁽²⁾
Gladson Cameli - PP/AC ⁽²⁾	4. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro - PSDB/PA	1. Aloysio Nunes Ferreira - PSDB/SP
Maria do Carmo Alves - DEM/SE ⁽⁵⁾	2. Ronaldo Caiado - DEM/GO ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
Fernando Bezerra Coelho - PSB/PE	1. Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Douglas Cintra - PTB/PE	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
PMDB, PP, PTB, DEM, PRB, SD, PSC, PHS, PTN, PMN, PRP, PSDC, PEN, PRTB	
Eros Biondini - PTB/MG	1. Carlos Henrique Gaguim - PMDB/TO
Marcus Vicente - PP/ES	2. Luiz Carlos Busato - PTB/RS
Roberto Balestra - PP/GO	3. VAGO
Sergio Souza - PMDB/PR	4. VAGO
VAGO	5. VAGO
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
Angelim - PT/AC	1. Alessandro Molon - PT/RJ
Leônidas Cristina - PPS/CE	2. Átila Lins - PSD/AM ⁽³⁾
Jaime Martins - PSD/MG ⁽³⁾	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
PSDB, PSB, PPS, PV	
Ricardo Tripoli - PSDB/SP	1. Antonio Carlos Mendes Thame - PSDB/SP
Sarney Filho - PV/MA	2. Janete Capiberibe - PSB/AP
PDT ⁽¹⁾	
Giovani Cherini - RS	1. VAGO

Notas:

1. Rodizio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.
2. Designados, como membros titulares, os Senadores Jorge Viana ,Donizetti Nogueira, Cristovam Buarque, em vagas existentes, e o Senador Gladson Cameli, em substituição ao Senador Ivo Cassol; e, como membro suplente, o Senador Ivo Cassol, em substituição ao Senador Gladson Cameli, em 24-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 41, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
3. Designado, como membro titular, o Deputado Jaime Martins, em vaga existente, e, como membro suplente, o Deputado Átila Lins, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 181, de 2015, da Liderança do PSD.
4. O Senador Waldemir Moka declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 93, de 2015, da Liderança do Bloco de Maioria,
5. Designada, como membro titular, a Senadora Maria do Carmo, em vaga existente, e, como membro suplente, o Senador Ronaldo Caiado, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 22, de 2015, da Liderança do DEM.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho**Telefone(s): 61 3303-3122****E-mail: mudancasclimaticas@senado.gov.br**

**Comissão Mista Representativa do Congresso
Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas**
(Criada pela Resolução nº 2/2007-CN)

Finalidade: A Comissão Mista representará o Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas (FIPA), cabendo-lhe exercer os direitos e cumprir os deveres inerentes à participação nesta organização.

Número de membros: 10 Senadores e 10 Deputados

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência

(Resolução nº 2, de 2013-CN - Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

Finalidade: A atividade da CCAI tem por principal objetivo, dentre outros, a fiscalização e o controle externos das atividades de inteligência e contrainteligência e de outras a elas relacionadas, no Brasil ou no exterior.

Número de membros: 6 Senadores e 6 Deputados

PRESIDENTE: Deputada Jô Moraes (PCdoB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)	Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Líder da Maioria Deputado Leonardo Picciani (PMDB/RJ)	Líder do Bloco Parlamentar da Maioria Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE)
Líder da Minoria Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)	Líder do Bloco Parlamentar Minoria Senador Alvaro Dias (PSDB/PR)
Deputado indicado pela Liderança da Maioria Deputado Benito Gama (PMDB/BA) ⁽¹⁾	Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria VAGO
Deputado indicado pela Liderança da Minoria Deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR) ⁽²⁾	Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar Minoria VAGO
Deputado indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional VAGO	Senador indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional VAGO

Notas:

1. Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria, o Deputado Luiz Carlos Jorge Hauly para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 65/2015/GABMIN, despachado na sessão do Senado Federal de 05/03/2015.

2. Designado, em razão da indicação da Liderança da Maioria, o Deputado Benito Gama para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 452/2015/Líder do Bloco da Maioria, despachado na sessão do Senado Federal de 25/03/2015.

Comissão Mista do Congresso Nacional de Assuntos Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

(Resolução nº 2, de 2014-CN)

Finalidade: A Comissão Mista é órgão de ligação entre o Congresso Nacional e a Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (AP-CPLP)

Número de membros: 2 Senadores e 4 Deputados

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES

Secretário: Clarissa Kiwa Scarton Hayashi

Telefone(s): 61 3303-3503

E-mail: cocom@senado.leg.br

Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

(Resolução nº 1, de 2014-CN)

Finalidade: Dispõe sobre a criação da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher.

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)

VICE-PRESIDENTE: Deputada Keiko Ota (PSB-SP)

Designação: 05/03/2015

Instalação: 10/03/2015

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Simone Tebet - PMDB/MS	1. VAGO
Rose de Freitas - PMDB/ES	2. VAGO
Sandra Braga - PMDB/AM	3. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	
Angela Portela - PT/RR	1. Fátima Bezerra - PT/RN
Marta Suplicy - PT/SP	2. Regina Sousa - PT/PI
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia - PSDB/GO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Magno Malta - PR/ES	1. VAGO
PP	
Ana Amélia - RS	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
PMDB, PP, PTB, DEM, PRB, SD, PSC, PHS, PTN, PMN, PRP, PSDC, PEN, PRTB	
Conceição Sampaio - PP/AM	1. Cristiane Brasil - PTB/RJ
Dulce Miranda - PMDB/TO	2. Josi Nunes - PMDB/TO
Elcione Barbalho - PMDB/PA	3. Raquel Muniz - PSC/MG
Jéssica Sales - PMDB/AC	4. Rosangela Gomes - PRB/RJ
Jozi Rocha - PTB/AP	5. Simone Morgado - PMDB/PA
Júlia Marinho - PSC/PA	6. Soraya Santos - PMDB/RJ
VAGO	7. Delegado Edson Moreira - PTN/MG (7)
Tia Eron - PRB/BA (11)	8. VAGO
Ezequiel Teixeira - SD/RJ (2)	9. VAGO
Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO (3)	10. VAGO
Christiane de Souza Yared - PTN/PR (7)	11. VAGO
Iracema Portella - PP/PI (8)	12. VAGO
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
Clarissa Garotinho - PR/RJ	1. José Rocha - PR/BA
Dr. Jorge Silva - PROS/ES	2. Ronaldo Fonseca - PROS/DF
Erika Kokay - PT/DF (4)	3. VAGO
Luzianne Lins - PT/CE (4)	4. VAGO
Moema Gramacho - PT/BA (4)	5. VAGO
Rogério Rosso - PSD/DF (5)	6. VAGO
Alice Portugal - PCdoB/BA (6)	7. VAGO
VAGO	8. VAGO
PSDB, PSB, PPS, PV	
Bruna Furlan - PSDB/SP	1. Arnaldo Jordy - PPS/PA
Carmen Zanotto - PPS/SC	2. VAGO
Janete Capiberibe - PSB/AP	3. VAGO
Keiko Ota - PSB/SP	4. VAGO
Shéridan - PSDB/RR	5. VAGO
Mariana Carvalho - PSDB/RO (10)	6. VAGO
PDT	
Flávia Morais - GO (9)	1. VAGO
PSOL (1)	
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO

Notas:

1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.
2. Designado, como membro titular, o Deputado Ezequiel Teixeira, em vaga existente, em 9-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do SD.
3. Designada, como membro titular, a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do DEM.
4. Designadas, como membros titulares, as Deputadas Erika Kokay, Luzianne Lins e Moema Gramacho, em vagas existentes, em 10-03-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do PT.
5. Designado, como membro titular, o Deputado Rogério Rosso, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 70, de 2015, da Liderança do PSD.
6. Designada, como membro titular, a Deputada Alice Portugal, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 75, de 2015, da Liderança do PSD.
7. Designada, como membro titular, a Deputada Christiane de Souza Yared, em vaga existente, e, como membro suplente, o Delegado Edson Moreira, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
8. Designada, como membro titular, a Deputada Iracema Portella, em vaga existente, em 11-3-2015 (Sessão do Congresso Nacional), conforme Ofício nº 250, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
9. Designada, como membro titular, a Deputada Flávia Morais, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 17, de 2015, da Liderança do PDT.
10. Designada, como membro titular, a Deputada Mariana Carvalho, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 277, de 2015, da Liderança do PSD.
11. A Deputada Marinha Raupp deixou de integrar a comissão, em 26/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 481, de 2015, da Liderança do Bloco de PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS

ATN nº 1, de 2015 - CMCLF

Finalidade: Comissão mista destinada à consolidação da legislação federal, à regulamentação dos dispositivos da Constituição Federal, a modernização e o fortalecimento econômico e social do País.

Número de membros: 7 Senadores e 7 Deputados

CÂMARA DOS DEPUTADOS

SENADO FEDERAL

CONSELHOS e ÓRGÃOS

Conselho da Ordem do Congresso Nacional

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

Eleição Geral: 04/02/2015

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
Presidente Deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ)	Presidente Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)
1º Vice-Presidente Deputado Waldir Maranhão (PP/MA)	1º Vice-Presidente Senador Jorge Viana (PT/AC)
2º Vice-Presidente Deputado Glacobo (PR/PR)	2º Vice-Presidente Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
1º Secretário Deputado Beto Mansur (PRB/SP)	1º Secretário Senador Vicentinho Alves (PR/TD)
2º Secretário Deputado Felipe Bornier (PSD/RJ)	2º Secretário Senador Zeze Perrella (PDT/MG)
3º Secretário Deputada Mara Gabrilli (PSDB/SP)	3º Secretário Senador Gladson Cameli (PP/AC)
4º Secretário Deputado Alex Canziani (PTB/PR)	4º Secretário Senadora Angela Portela (PT/RR)
Líder da Maioria VAGO	Líder do Bloco Parlamentar da Maioria VAGO
Líder da Minoria Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)	Líder do Bloco Parlamentar Minoria VAGO
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Deputado Arthur Lira (PP/AL)	Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Senador José Maranhão (PMDB/PB)
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)	Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)

Atualização: 19/03/2015

Conselho de Comunicação Social

**Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991
Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2013**

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 13 titulares e 13 suplentes.

**Eleição Geral: 05/06/2002
Eleição Geral: 22/12/2004
Eleição Geral: 17/07/2012**

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	VAGO	VAGO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	VAGO	VAGO
Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III)	VAGO	VAGO
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	VAGO	VAGO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	VAGO	VAGO
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	VAGO	VAGO
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	VAGO	VAGO
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO

Conselho do Diploma do Mérito Educativo Darcy Ribeiro

Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 3 Senadores e 3 Deputados

CÂMARA DOS DEPUTADOS
PMDB VAGO
PSDB VAGO
PT VAGO

SENADO FEDERAL
PDT VAGO
PMDB VAGO
PTB VAGO
Presidente do Congresso Nacional VAGO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

scop@senado.leg.br

**Edição de hoje: 144 páginas
(O.S. 11041/2015)**

Secretaria de Editoração
e Publicações – SEGRAF

**SENADO
FEDERAL**

